

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE  
CAMPUS DE FRANCISCO BELTRÃO – PR  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM GEOGRAFIA**

**JOICE APARECIDA ANTONELLO ABRÃO**

**ANÁLISE DOS PRINCIPAIS ELEMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS  
UTILIZADOS POR AUTORES DA GEOGRAFIA AO ESTUDAR O SUDOESTE DO  
PARANÁ**

**Francisco Beltrão, PR**

**2012**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE**  
**CAMPUS DE FRANCISCO BELTRÃO – PR**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM GEOGRAFIA**

**JOICE APARECIDA ANTONELLO ABRÃO**

**ANÁLISE DOS PRINCIPAIS ELEMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS**  
**UTILIZADOS POR AUTORES DA GEOGRAFIA AO ESTUDAR O SUDOESTE DO**  
**PARANÁ**

Dissertação de Mestrado elaborado junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – área de concentração: “Produção do Espaço e Meio Ambiente”, na linha de pesquisa “Desenvolvimento Econômico e Dinâmicas Territoriais”, para obtenção do Título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Aurélio Saquet.

**Francisco Beltrão, PR**

**2012**

Catálogo na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas - UNIOESTE – Campus Francisco Beltrão

Abrão, Joice Aparecida Antonello  
A163 Análise dos principais elementos teórico-metodológicos  
utilizados por autores da Geografia ao estudar o Sudoeste do  
Paraná. / Joice Aparecida Antonello Abrão. – Francisco  
Beltrão, 2012.  
175f.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Aurélio Saquet  
Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Oeste  
do Paraná – Campus de Francisco Beltrão.

1. Agricultura familiar. 2. Espaço. 3. Território – Sudoeste  
do Paraná. I. Saquet, Marcos Aurélio. II. Título.

CDD – 981.62

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CCH  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – NÍVEL DE MESTRADO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

ANÁLISE DOS PRINCIPAIS ELEMENTOS TEÓRICOS METODOLÓGICOS  
UTILIZADOS POR AUTORES DA GEOGRAFIA AO ESTUDAR O SUDOESTE DO  
PARANÁ

**Autora:** Joice Aparecida Antonello Abrão  
**Orientador:** Prof. Dr. Marcos Aurélio Saquet

Este exemplar corresponde à redação final da  
Dissertação defendida por Joice Aparecida Antonello  
Abrão e aprovada pela comissão julgadora.

Data: 03 / 09 / 2012

Assinatura:

Joice Ap: Antonello Abrão

Comissão Julgadora:

Prof. Dr. Marcos Aurélio Saquet (UNIOESTE – F.B)

Profª. Dra. Roseli Alves dos Santos (UNIOESTE – F.B)

Prof. Dr. Manoel Calaça (UFG)

*Dedico essa dissertação, as pessoas que no meu dia a dia de uma maneira ou de outra, consciente ou inconscientemente, contribuem na minha formação. De modo especial aos meus pais Celso e Marli; meus irmãos Tiago e Diogo e meu esposo/companheiro/amigo Irinei pelo apoio incondicional e incomensurável; ao meu amigo Luis Carlos Braga e ao professor Marcos A. Saquet os quais foram notáveis nas conversas, nos momentos de descontração, nas aulas, nas viagens e nas orientações. Minha homenagem in memoriam a grande amiga Franciele Galina: gostaria muito que estivesse presente entre nós, com seu saudoso sorriso, para compartilhar dessa conquista!*

## AGRADECIMENTOS

Agradecer é um gesto nobre de reconhecimento do bem que outras pessoas nos fazem, e não são poucas. No entanto, é muito difícil agradecer a todos sem esquecer, inevitavelmente, de alguém, mas, aos que aqui não citar minhas desculpas e meus agradecimentos sinceros!

Primeiramente, agradeço a Deus, por fazer-me apta a capacitar-me todos os dias. Devo isso também, e, sobretudo, a duas pessoas: o senhor Celso Antonello e a Senhora Marli T. K. Antonello, os quais ensinaram-me desde sempre, que o mais importante em nossas vidas é o crescimento interior. A base e a estrutura do que sei e sou, quem deu-me, foram estas pessoas, meu pai e minha mãe. Se estou aqui hoje, é porque tive vocês como meus primeiros mestres.

Muitos mestres e doutores passam cotidianamente por nossas vidas, mediando o conhecimento, abrindo portas e mostrando caminhos, sejam eles professores, pais, amigos, conhecidos ou familiares. Este trabalho resulta desse contato. Por isso, quero agradecer a professora Dr<sup>a</sup> Roseli Alves dos Santos, a mestre que abriu-me as portas para a iniciação científica, tornando-se, além de orientadora, uma grande amiga que me incentivou e ajudou-me a pensar o projeto de pesquisa para seleção do mestrado; contribuiu significativamente, juntamente com o professor Marlon Clovis Medeiros no momento da qualificação, e ainda, ao lado do professor Manoel Calaça compôs a banca de defesa.

Em seguida, agradeço ao professor Dr. Marcos Aurelio Saquet, o mestre a quem tive a satisfação de conhecer e admirar por sua intelectualidade e dedicação. Pessoa não comum, sábia, e muito respeitada no Brasil e noutros países. Amigo e um grande orientador, a quem devo muito, por sua colaboração, por mostrar-se paciente, por preocupar-se com nosso aprendizado, rendimento e saúde, por tolerar os momentos de stress e por ser companheiro nos momentos de descontração e de angústia (principalmente nos primeiros voos). A sua mediação foi imprescindível.

Agradeço aos “pitacos” do professor Luis Carlos Flavio e o carinho da professora Silvia Regina Pereira, ambos sempre muito amigáveis e prestativos; na mesma extensão, deixo meus agradecimentos aos amigos e colegas do GETERR (Grupo de Estudos Territoriais) e à professora Claudia Helena, por mostrar-se sempre disposta a fazer as revisões gramaticais e os abstracts. Igualmente, agradeço a todos.

Não posso deixar de agradecer, a CAPES e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), pelo auxílio monetário garantindo a consecução da pesquisa;

Aos professores e demais funcionários da UNIOESTE e do curso de Pós-Graduação, pelo carinho e dedicação com que nos recebem e transmitem o conhecimento, instigando-nos à reflexão e ao debate, de modo particular aos professores Marcos Aurelio Saquet, Marli Terezinha Schlosser, José Luiz Zanella e Edson Belo Clemente de Souza, com os quais cursamos as disciplinas e construímos os primeiros artigos dentro do programa de Mestrado.

Agradeço a colaboração consciente e inconsciente, presente e virtual de familiares, amigos, colegas e docentes. De maneira muito carinhosa, quero agradecer as orações e ligações diárias da minha mãe (Marli) que, ao mesmo tempo em que me mantinha informada sobre os últimos acontecimentos da família, me distraía das leituras, das escritas e das reflexões para expressar seu carinho, sua preocupação, seu zelo, a saudade e todo seu amor. “Os nossos pais amam-nos porque somos seus filhos, é um fato inalterável. Nos momentos de sucesso, isso pode parecer irrelevante, mas nas ocasiões de fracasso, oferecem um consolo e uma segurança que não se encontram em qualquer outro lugar” (Bertrand Russell).

Agradeço ao meu esposo Irinei, pelos momentos em que chorei e você carinhosamente me confortou com seus abraços e me fez sorrir; pelos momentos em que perdi a paciência e você com suas palavras amenas e doces me acalmou e incentivou; pelas tantas vezes que cuidou de mim quando sofria com as constantes enxaquecas; pelos momentos de alegria que dividimos juntos nas idas e vindas das viagens aos eventos; em fim, chegar ao final foi possível porque tinha você comigo desde o início.

Às minhas amigas dos jogos de vôlei e de futsal, pelas caneladas, boladas, cotoveladas etc. Não podendo esquecer-me dos meus tios Amauri e Isolete, meu primo Diego e dos pequenos “furacões” Heitor e Eduarda.

A todos, meus sinceros agradecimentos por tudo, mas principalmente pela oportunidade de guardar comigo, um pouco do muito de vocês!

*A tarefa não é tanto ver aquilo que ninguém viu, mas pensar o que ninguém ainda pensou sobre aquilo que todo mundo vê.*

(Arthur Schopenhauer)



## RESUMO

Esta pesquisa tem como finalidade analisar uma tese e quatro dissertações da Geografia humana em que os autores estudam a dinâmica territorial da agricultura no Sudoeste do Paraná. Fizemos um paralelo dos principais conceitos e concepções utilizados pelos autores escolhidos, a fim de identificar e analisar como eles interpretam a agricultura familiar no Sudoeste paranaense. Assim, organizamos, para cada obra, um quadro síntese, com o intuito de apresentar as concepções de Geografia, espaço, território, desenvolvimento e agricultura familiar presentes na tese “O Processo de Modernização da Agricultura no Sudoeste Paranaense” de Roselí Alves dos Santos e nas dissertações “Sindicalismo rural e agricultura familiar no município de Francisco Beltrão - PR”, “A COAGRO e seu processo de territorialização no Sudoeste do Paraná”, “A dinâmica territorial das agroindústrias artesanais de Francisco Beltrão/PR” e “A Territorialização da produção leiteira e fumageira na linha Itaíba – Marmeleiro /PR” respectivamente, escritas por Lizandra Pirin, José Marcos Senhorini, Marcio Freitas Eduardo e Luis Carlos Braga. Na orientação de análise geográfica, observamos notória ascendência à concepção histórico-crítica, atrelada a estudos da teoria marxista. O território está no centro das interpretações em praticamente todas as obras; sua compreensão passa pela processualidade histórica e é tido como referência da categoria geográfica para explicar os conflitos de classes, de grupos, a divisão social e territorial do trabalho, o processo de valorização do capital, das forças produtivas, das relações de consumo etc. Não há nas obras analisadas conformidade conceitual sobre desenvolvimento e agricultura familiar no Sudoeste do Paraná, o que nos leva, a partir da análise conjunta das obras, a uma interpretação dinâmica desses conceitos a partir da combinação de diferentes elementos territoriais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Geografia, Agricultura familiar, espaço, território e desenvolvimento

## ABSTRACT

This research has like purpose to analyze a thesis and four dissertations of the human Geography in that the writers study the territory dynamics of the agriculture in the Southwest of the Paraná. We do parallel of the main concepts and conceptions utilized by writers chosen, after all to identify and to analyze as they interpret the familiar agriculture in the southwest of the Paraná. So, we organize, to each work, a board synthesis, with the intuition of the introduce conceptions of Geography, space, territory, development and familiar agriculture present in the thesis “The process modernization of the agriculture in the Southwest of the Paraná” of Roseli Alves dos Santos and in the dissertations “Rural syndicalism and familiar agriculture in the municipality of Francisco Beltrão – PR”, “The COAGRO and its process territorialization in the Southwest of the Paraná”, “The territory dynamics of the agribusinesses handiwork of Francisco Beltrão/PR”, and “Territorialization of dairy and tobacco production in the district Itaíba – Marmeleiro/PR” respectively, written by Lizandra Pirin, José Marcos Sinhorini, Marcio Freitas Eduardo and Luis Carlos Braga. In the orientation of geographic analysis, we observe notorious ancestry to the historical-critical conceptions, fastened to study of the Marxist theory. The territory is in the center of the interpretations in practicality all works; your comprehension passes by process historic and is had explain the conflict of classes, of groups, of social division and territorial of the work, the capital valorization process, of the productive force, of the relations of consumption etc. No, there are in the analyzed works conceit conformity about development and familiar agriculture in the Southwest of the Paraná, what us take, from the altogether analysis of the works, the dynamic interpretation of these concepts from of the combination of different elements territorials.

**KEY-WORDS:** Geography, familiar agriculture, space, territory, development.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Projeto regional de integração do cooperativismo no Paraná.....	120
--	-----

## LISTA DE MAPAS

Mapa 01: Recorte de estudo de Santos (2008).....	89
--	----

## LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Seleção das obras da Geografia analisadas.....	16
Quadro 02: Compreensões de Geografia, território, espaço, agricultura familiar, modernização e desenvolvimento segundo Roseli Alves dos Santos (2008).....	96
Quadro 03: Compreensões de Geografia, território, espaço, agricultura familiar, sindicalismo rural e desenvolvimento na dissertação de Lizandra Pirin.....	108
Quadro 04: Compreensões de Geografia, território, espaço, cooperativismo, desenvolvimento e agricultura familiar na dissertação de José Marcos Senhorini.....	124
Quadro 05: Principais referências e compreensões de Geografia, território, espaço, desenvolvimento, agricultura familiar e agroartesanato na dissertação de Marcio Freitas Eduardo (2008).....	132
Quadro 06: Principais referências e compreensões de Geografia, território, espaço, desenvolvimento e agricultura familiar na dissertação de Braga (2010).....	151
Quadro 07: concepções de Geografia, território, espaço, desenvolvimento e agricultura familiar utilizadas por Santos (2008), Pirin (2006), Senhorini (2007), Eduardo (2008) e Braga (2010) ao estudar a produção familiar no Sudoeste do Paraná.....	160

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Estrutura fundiária do Sudoeste do Paraná - número de estabelecimentos e área em hectares (ha) – 1995/96.....	94
--	----

## LISTA DE SIGLAS

ACARPA: Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná  
ACI: Aliança Cooperativa Internacional  
AP: Ação Popular  
ASSESOAR: Associação de Estudos e Orientação Rural  
ATER: Assistência Técnica e Extensão Rural  
CAI: Complexo Agroindustrial  
CANGO: Colônia Agrícola Nacional General Osório  
CEPAL: Comissão Econômica para América Latina e o Caribe  
CITLA: Clevelândia Industrial e Territorial Ltda.  
CLAF: Cooperativa de Leite da Agricultura Familiar  
CLT: Consolidação das Leis do Trabalho  
CNS: Conselho Nacional de Seringueiros  
COAGRO: Cooperativa Agropecuária Capanema Ltda.  
CONTAG: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura  
COOPAFI: Cooperativa de Comercialização da Agricultura Familiar Integrada  
CPT: Comissão Pastoral da Terra  
CRESOL: Cooperativa de Crédito Rural e Interação Solidária  
CUT: Central Única dos Trabalhadores  
DAC: Departamento de Assistência ao Cooperativismo  
DERAL: Departamento de Economia Rural  
D-M-D': dinheiro-mercadoria-dinheiro linha  
EMATER: Instituto Paranaense de assistência Técnica e Extensão Rural  
EPCN: Econômico, político, cultural e natural  
FAO: Organização das Nações Unidas para a Agricultura Familiar  
FETAEG: Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás  
FETRAF – SUL: Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul  
GETSOP: Grupo Executivo para as terras do Sudoeste do Paraná  
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
IPARDES: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social  
LATCO: Indústria e Comércio de Laticínios

MAB: Movimento dos Atingidos por Barragens  
MASTES: Movimento dos Agricultores sem Terra do Sudoeste  
MDA: Ministério do Desenvolvimento Agrário  
M-D-M: mercadoria-dinheiro-mercadoria  
MEB: Movimento de Educação de Base  
MERCOSUL: Mercado Comum do Sul  
MMTR: Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais  
MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra  
NORCOOP: Projeto Norte de Cooperativismo  
OCA: Organização das Cooperativas da América  
OCB: Organização das Cooperativas Brasileiras  
OCE: Organizações das Cooperativas dos Estados  
OCEPAR: Organização das Cooperativas do Estado do Paraná  
OGM: Organismo Geneticamente Modificado  
PCA: Paradigma do Capitalismo Agrário  
PCB: Partido Comunista do Brasil  
PIC: Projeto Iguazu de Cooperativismo  
PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
PQA: Paradigma da Questão Agrária  
PREDECOOP: Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor a Produção Agropecuária.  
PROAGRO: Programa de Garantia da Atividade Agropecuária  
PRONAF: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
SDT: Secretaria de Desenvolvimento Territorial  
SEAB: Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento  
SICREDI: Sistema de Cooperativas de Crédito  
SIM: Selo de Inspeção Municipal  
SIP: Sistema de Inspeção Paranaense  
SLOT: Sistema Local Territorial  
STR: Sindicato dos Trabalhadores Rurais  
SULCOOP: Projeto Sul de Cooperativismo  
TDR: Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	16
<b>CAPÍTULO I - O PENSAMENTO GEOGRÁFICO: HISTÓRIA QUE TRANSCENDE OS TEMPOS</b> .....	23
1.1. O CONHECIMENTO GEOGRÁFICO.....	23
1.1.1. A Geografia Moderna.....	24
1.1.2. A Institucionalização da Geografia no Brasil.....	28
1.1.3. O Materialismo histórico-dialético e a Geografia Crítica.....	30
1.1.4. A Geografia humanística fenomenológica.....	34
<b>CAPÍTULO II - CONCEPÇÕES DE ESPAÇO GEOGRÁFICO E TERRITÓRIO</b> .....	39
2.1. CONCEPÇÕES DE ESPAÇO GEOGRÁFICO .....	39
2.2. CONCEPÇÕES DE TERRITÓRIO.....	47
<b>CAPÍTULO III - DOIS PARADIGMAS EM QUESTÃO: OS CONCEITOS DE CAMPONÊS E AGRICULTOR FAMILIAR CONFORME O PARADIGMA DA QUESTÃO AGRÁRIA E O PARADIGMA DO CAPITALISMO AGRÁRIO</b> .....	59
3.1. INTERPRETAÇÕES DE QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL.....	61
3.1.1. O que é questão agrária.....	62
3.1.2. Paradigmas, o que são?.....	68
3.2. O PARADIGMA DA QUESTÃO AGRÁRIA.....	71
3.3. O PARADIGMA DO CAPITALISMO AGRÁRIO.....	74
3.4. O CONFLITO PARADIGMÁTICO: AGRICULTURA CAMPONESA X AGRICULTURA FAMILIAR.....	77
<b>CAPÍTULO IV - ESTUDOS QUE ENVOLVEM AGRICULTURA FAMILIAR NO SUDOESTE DO PARANÁ</b> .....	85
4.1. A AGRICULTURA FAMILIAR A PARTIR DA APREENSÃO DO CONCEITO DE TERRITÓRIO E RELAÇÕES CAPITALISTAS DE PODER NOS DIFERENTES RITMOS QUE SE APRESENTA NO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA NO SUDOESTE DO PARANÁ – A TESE DE ROSELÍ ALVES DOS SANTOS.....	86

4.1.1. Estrutura da tese.....	86
4.1.2. Análise da tese.....	90
4.2. SINDICALISMO RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR EM FRANCISCO BELTRÃO/PR – A DISSERTAÇÃO DE LIZANDRA PIRIN.....	101
4.2.1. Estrutura da dissertação.....	101
4.2.2. Análise da dissertação.....	102
4.2.2.1. A criação do novo sindicalismo rural no contexto histórico brasileiro.....	102
4.2.2.2. O sindicalismo rural e agricultura familiar no Sudoeste do Paraná: o caso de Francisco Beltrão.....	109
4.3. A COAGRO E SEU PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO NO SUDOESTE DO PARANÁ – A DISSERTAÇÃO DE JOSÉ MARCOS SINHORINI.....	113
4.3.1. Estrutura da dissertação.....	115
4.3.2. Análise da dissertação.....	117
4.3.2.1. O cooperativismo agropecuário no Paraná: a territorialização da COAGRO no Sudoeste do estado.....	120
4.4. ANÁLISE DA DINÂMICA TERRITORIAL DAS AGROINDÚSTRIAS ARTESANAIS RURAIS DE FRANCISCO BELTRÃO/PR – A DISSERTAÇÃO DE MÁRCIO FREITAS EDUARDO.....	126
4.4.1. Estrutura da dissertação.....	126
4.4.2. Análise da dissertação.....	130
4.5. A TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL EM ESPAÇOS DA AGRICULTURA FAMILIAR – A DISSERTAÇÃO DE LUÍS CARLOS BRAGA.....	142
4.5.1. Estrutura da dissertação.....	143
4.5.2. Análise da dissertação.....	146
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>157</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>162</b>

## INTRODUÇÃO

Quando iniciamos esta pesquisa não imaginávamos a dimensão e a complexidade dos desafios com que nos depararíamos, sobretudo em relação aos conceitos e categorias da Geografia essenciais às análises e à construção do conhecimento.

No projeto inicial de pesquisa, além das obras da Geografia, havíamos almejado estudar e analisar, também, obras da Sociologia, da Economia e da História. No entanto, percebemos, juntamente com os membros da banca do exame de qualificação, que não seria possível estudar as dez obras conforme estávamos propondo, devido ao limite de tempo para defesa e à complexidade do tema. Sendo assim, conjuntamente, optamos por analisar cinco obras que reúnem a produção intelectual de autores da Geografia em seus diferentes objetos de investigação, tal qual demonstramos no quadro 01.

<b>Quadro 01 – Obras da Geografia analisadas</b>			
<b>TESES</b>		<b>DISSERTAÇÕES</b>	
<b>Título</b>	<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Autor</b>
O Processo de Modernização da Agricultura no Sudoeste Paranaense.	Roseli Alves dos Santos (2008) UNESP -Presidente Prudente	Sindicalismo Rural e Agricultura Familiar no Município de Francisco Beltrão – PR	Lizandra Pirin (2006) UEL
		A COAGRO e seu processo de territorialização no sudoeste do Paraná.	José Marcos Sinhorini (2007) UNESP – Presidente Prudente
		A dinâmica territorial das agroindústrias artesanais de Francisco Beltrão/PR	Marcio Freitas Eduardo (2008) UNESP – Presidente Prudente
		Territorialização da produção leiteira e fumageira na linha Itaíba – Marmeleiro /PR	Luiz Carlos Braga (2010) UNIOESTE – Francisco Beltrão
Organização: ABRÃO, Joice A. A			

As escolhas das obras analisadas não seguem nenhum critério de hierarquia entre si. Trata-se de estudos produzidos, na sua maioria (com exceção da de Lizandra Pirin), por autores vinculados ao Grupo de Estudos Territoriais (GETERR) da UNIOESTE, Campus de Francisco Beltrão, que fizeram seus estudos a partir de uma abordagem territorial.



Nosso objetivo principal, ao estudar as obras, foi analisar as interpretações feitas sobre agricultura familiar evidenciando os conceitos de desenvolvimento, território e espaço geográfico juntamente com a concepção de Geografia. A proposta de estudarmos as abordagens teórico-conceituais da agricultura familiar em obras da Geografia escritas sobre a agricultura do Sudoeste paranaense, parte do pressuposto de que não se trata de algo exclusivo desse território, porém, apresenta elementos espaço-temporais singulares historicamente definidos.

Os objetivos específicos que orientaram nosso estudo são:

1. Compreender os paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário que fundamentam os conceitos e classificações de agricultura familiar.
2. Estudar o processo histórico que levou a origem do termo agricultura familiar.
3. Estudar, nas dissertações e teses, como os autores compreendem e classificam a agricultura familiar no Sudoeste do Paraná.
4. Identificar, nas dissertações e teses, os principais conceitos utilizados em relação à agricultura familiar e como são compreendidos.

Como trabalhamos com uma tese e quatro dissertações, entendemos que, estes dois momentos distintos da formação acadêmica, não devem ser alocados num mesmo patamar de análise. Assim, sem estabelecer uma hierarquia entre as obras analisadas, buscaremos igualmente subsídios que possibilitem compreender essa forma de organização social predominante no Sudoeste do Paraná, denominada agricultura familiar.

Desenvolvemos nosso pensamento a partir “do trabalho epistemológico de discussões e reflexão daquilo que é acumulado pelas leituras da realidade, resultando em novos conhecimentos em níveis mais abstratos e mais profundos sobre aquilo que é produzido pelos Geógrafos” (SPOSITO, 2004, p. 15). As principais dificuldades remetem-se, portanto, a própria limitação teórica. A pesquisa em si, nos cobrou muita leitura, tanto para fundamentar nosso referencial, quanto para compreender o objeto de análise de cada autor, que por vezes se fez limitado, obrigando-nos a buscar suporte em outras referências.

Nossa pesquisa é essencialmente bibliográfica, e a Geografia, por ser uma ciência social “fundamenta-se na sua produção científica, sobretudo em conceitos” (SPOSITO, 2004, p. 61), portanto, é estritamente necessário compreendê-los consoante ao movimento da sociedade no tempo e no espaço. Conforme Breitbach (1998), fundamentada nas leis da

dialética<sup>1</sup>, entendemos que, todo pesquisador para conhecer uma realidade, desvendar sua *essência* e perceber suas leis de movimento, faz uso da sua capacidade de abstração, pois para obter o conhecimento é preciso decompor o todo, “identificar suas partes essenciais, apontar o que é secundário para que, compreendida sua coerência interna, ele seja novamente reconstituído em outros moldes” capazes de explicar as novas formas de organização da sociedade (BREITBACH, 1988, p.124). Logo, o conceito está presente na mente do pesquisador desde os primeiros momentos da pesquisa, mesmo que de maneira implícita. “Serve como ponto de partida da observação, uma vez que designa, por abstração, aquilo que num primeiro momento não é diretamente perceptível, e vai paulatinamente sendo explicitado na medida em que a realidade fenomênica vai sendo desvendada” (Idem, p.123). Deste modo, “o processo de conhecimento executa um movimento em espiral, pois, partindo do concreto imediato, da aparência das coisas, passa pela abstração e chega novamente ao concreto, desta vez, compreendido e recomposto em sua real ordem interna” (Idem, p.124).

Os conceitos, bem como, as doutrinas, as teorias e as categorias, são elementos do método, relativamente importantes na Geografia, visto que, por meio deles

podemos ler a realidade, por várias ‘portas de entrada’: podemos interpretar, dialeticamente, o que produziram autores neopositivistas ou fenomenológicos e vice-versa. Podemos interpretar o que os sujeitos ligados ao materialismo histórico produziram pelo método hipotético-dedutivo ou pela fenomenologia e vice-versa (SPOSITO, 2004, p. 51).

O conceito, mesmo quando ainda não está completamente formulado, exerce a função de guia da observação de uma realidade. A Geografia, por exemplo,

está inserida dentro de um contexto metodológico específico, sempre relacionado a um método, a um conjunto de procedimentos que revela a postura do pesquisador [...] Pode-se dizer, então, que o conceito é o “fio condutor” da observação, ao mesmo tempo em que, numa outra etapa do processo de conhecimento, ele é o resultado deste (BREITBACH, 1988, p.123).

Igualmente, percebemos que, em geral, a delimitação legal do conceito de agricultor familiar combina critérios como o tamanho da propriedade, a predominância familiar da mão-de-obra e a gestão também familiar da unidade produtiva. Para Altafin (2007), tal delimitação serve para incluir a diversidade de situações existentes no país, bem como, as funções da agricultura familiar na dinâmica econômico-social dos territórios, tais como:

---

<sup>1</sup> Sobre as leis e categorias da Dialética, ver Sposito (2004, p. 63 e 64).

garantir a segurança alimentar, gerar empregos, preservação ambiental e resgatar um modo de vida que associe conceitos de cultura, tradição e identidade.

Neste sentido, conforme explica Terra (2009), todo conceito é definido pelas características próprias à realidade contudente e é consoante a Sposito (2004, p. 61), “elaborado pela descrição de um fenômeno”. Para Breitbach (1988) trata-se de um processo que se faz e refaz permanentemente, portanto, não é algo pronto e acabado. Sposito (2004) ratifica ainda que, o conceito muda consoante a forma de pensar da sociedade por diversas razões, como por exemplo, o desenvolvimento tecnológico/científico/informacional, aculturações, conflitos de interesses etc.

Todo conceito possui a sua história e pode ser identificado com seu autor ou autores (pessoas, grupos ou tendências científicas), porque é elaborado com base em uma referência inicial (científica ou filosófica), com seus elementos internos devidamente articulados que definem sua consciência a partir da própria constituição, remetendo, sempre que evocados, a outros conceitos para efeito de comparação ou de superação (SPOSITO, 2004, p. 60).

Por isso, são variadas as concepções em relação à classificação de agricultura familiar, assim como, não havemos de negar, que existem agricultores familiares em diferentes estágios de reprodução social, generalizados a uma única concepção, o de agricultor familiar. Entretanto, não há um consenso sobre a classificação do que seja agricultura familiar. Além disto, destacamos que há uma contraposição política e econômica entre agricultura familiar e o que determinam de campesinato e também de agricultura patronal. Com base em Sposito (2004), poderíamos alegar que, enquanto conceito, agricultura familiar teria como base de referência o campesinato. No entanto, a partir do que podemos verificar nas análises das obras selecionadas, os autores não compreendem a agricultura familiar comparando-a ao campesinato, embora tenha sido mencionada a presença de elementos que o caracterizam, tais como, a produção de subsistência e o trabalho familiar. A compreensão de agricultura familiar no Sudoeste do Paraná, embora não tenha sido analisada conceitualmente por nenhum dos autores pesquisados, baseia-se na colonização efetiva dada, sobretudo, a partir da década de 1940.

Nosso interesse em estudar o Sudoeste do Paraná se dá pelo fato de que é um território em que predomina uma identidade marcada consensualmente pela agricultura familiar, sendo compreendida assim também, por algumas entidades de organização política e social, tais como: a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (FETRAF-SUL), a Associação de Estudos e Orientação Rural (ASSESOAR) entre outras, e

por alguns teóricos que a concebem a partir de diferentes ritmos e perspectivas de desenvolvimento, mas que, de modo geral, reconhecem a importância socioeconômica da agricultura familiar no espaço rural e a necessidade de pensá-la e enxergá-la como uma agricultura que valoriza os preceitos da sustentabilidade territorial. Contudo, há, também, uma estrutura fundiária centrada em pequenas unidades de produção mercantil.

Sobre o território da agricultura familiar se processam e se materializam diversas relações de poder, de forma articulada ou isolada, promovendo mudanças e/ou permanências territoriais, conforme estudamos em Antonello, Schmitz e Santos (2009). Concomitante a esta forma de organização produtiva, há uma agricultura centrada, conforme percebemos em Santos (2008), na produção técnica e mecanizada, com interesses agroexportadores. Mesmo assim, conforme demonstra a autora, as unidades de produção familiar até vinte hectares, representam entre as décadas de 1970 e 1995, 70% do total de estabelecimentos rurais no Sudoeste; entretanto, compreendem significativamente 35% da área agropecuária. Embora a agricultura familiar apresente um aumento no número de estabelecimentos e de área, verifica-se a coexistência da diminuição dos menores estratos de área (menos que cinco hectares), em decorrência da sua inviabilidade econômica gerada, sobretudo, pela forma capitalista de produção imposta ao Sudoeste do Paraná. Entretanto, existem exceções neste processo.

Conforme o Censo Agropecuário (2006) divulgado pelo IBGE, atualmente são 5.175.489 estabelecimentos considerados unidades produtivas familiares<sup>2</sup> em todo território brasileiro. Deste total, o segundo maior número de agricultores familiares se concentram na região Sul, totalizando 1.006.181 estabelecimentos. No estado do Paraná são 371.051 estabelecimentos, sendo que, 44.479 destes, o equivalente a 12% estão situados no Sudoeste do estado. Para os estudiosos a respeito do Sudoeste do Paraná, o predomínio das pequenas propriedades onde a mão-de-obra familiar consiste na principal força de trabalho, são resultados do próprio processo de expansão capitalista.

Neste sentido, reconhecendo a importância da formulação de conceitos no processo de formação do conhecimento “as ciências, de um modo geral, e a Geografia, em particular, em busca da compreensão das novas formas de sociabilidade” e, portanto, da apropriação e reprodução do espaço geográfico, precisa continuamente “(re) formular algumas de suas categorias e conceitos, seja por ganharem conotações novas, seja por terem perdido seu

---

<sup>2</sup> Conforme o IBGE, as unidades de produção familiares são correspondentes a até 50 hectares.

poder explicativo, gerando dificuldades de natureza teórica quanto operacional” (TERRA, 2009, p. 02).

Deste modo,

a Geografia, como ciência social, está diretamente implicada neste esforço de melhor compreender o movimento da sociedade e dos processos socioespaciais, à luz das contribuições de uma teoria social crítica no debate contemporâneo, pois as exigências do nosso tempo é a construção de uma Geografia crítica para além da crítica do capital (Idem, p.02).

Portanto, considerando os conceitos como uma construção social inerente a explicação de algum aspecto da realidade, para compreendê-lo é necessário apreender a história das ciências e das técnicas que o estruturam (TERRA, 2009). Na mesma extensão Breitbach (1988) avalia que existe certa hierarquia entre os fenômenos: “há os que têm e os que não têm fundamento na essência” (p.122). Numa pesquisa geográfica, as categorias por essência da Geografia, por exemplo, “são determinações de existência, ou seja, expressam algo tão essencial que, se deixadas de lado, o conhecimento de uma realidade pode se tornar inviável, ou, no mínimo, seriamente comprometido” (BREITBACH, 1988, p.122).

Por isso, entendemos que o uso de determinados conceitos em detrimento de outros, indica a maneira de observar a realidade que figura na mente do sujeito (BREITBACH, 1988). É o que ocorre, a nosso ver, nas obras que analisamos. Assim, organizamos o texto em duas partes distintas, mas correlatas, divididas em quatro capítulos. A primeira parte corresponde aos três capítulos iniciais, em que trabalhamos as premissas da abordagem do pensamento geográfico, os conceitos de espaço e território, destacando o método dialético e fenomenológico e o conflito paradigmático da questão agrária e do capitalismo agrário.

No primeiro capítulo, empreendemos, algumas reflexões sobre os conceitos de espaço e território, abordados como continuidade na história da ciência e da evolução do pensamento geográfico. Podemos verificar no texto que, o desenvolvimento da Geografia está intrínscico às diversas apreensões e análises de mundo calcadas em diferentes abordagens de espaço, território, paisagem, região e lugar. No segundo capítulo, primamos pelo estudo das concepções de espaço e território a fim de avançarmos no desvendamento dos paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário, para então verificar como cada autor estudado aborda o espaço, o território e a agricultura familiar.

Igualmente, no debate existente sobre a Questão Agrária, na Geografia, vêm se produzindo discussões e análises pertinentes e bastante significativas com relação a essas

temáticas, principalmente, a de território. Assim sendo, principalmente a partir da década de 1990, entender o que é o território camponês concomitante ao território da agricultura familiar, constitui importantes elementos reflexivos da Geografia Agrária, especialmente a partir de interpretações, objetivas e subjetivas, que articulam a *(i)materialidade* dos territórios. Logo, procuramos no terceiro capítulo, compreender os dois paradigmas que norteiam os debates em Geografia Agrária, considerando que, a partir deles, diversas correntes apreendem um conjunto de pensamentos, teorias e teses que procuram explicar, objetiva e subjetivamente, o camponês e o agricultor familiar.

Na seqüência, dispomos de uma relação de estudos realizados na Geografia a cerca do dinamismo da agricultura familiar no Sudoeste do Paraná. Conforme já apresentamos no quadro 01, o recorte utilizado são os trabalhos defendidos no formato de teses e dissertações, embora reconheçamos a existência de outros trabalhos. Esta parte do texto corresponde ao quarto capítulo e às considerações finais. A partir da pesquisa bibliográfica, analisamos as obras selecionadas e “mesmo sabendo dos limites de se inserir universo tão amplo e complexo em um quadro bastante simplificado” (SPOSITO, 2004, p. 52), organizamos em quadros sínteses, os principais elementos teórico-metodológicos utilizados pelos autores da Geografia ao estudar aspectos da agricultura familiar no Sudoeste do Paraná.

Observando a temática da tese e das dissertações produzidas em relação ao Sudoeste do Paraná, percebemos a possibilidade de abordar a agricultura familiar a partir das diferentes dimensões utilizadas pelos autores, ou seja, econômica, política e cultural. Estas diferentes abordagens ocorrem na busca de compreensão do Sudoeste do Paraná a partir das perspectivas da Geografia, da História, da Sociologia, da Economia etc. Consideramos que este aspecto ajuda a comprovar o gênero de abordagem de cada autor, e, ainda revela o quanto à formação e a postura ideológica devem ser levadas em consideração nas análises. Porém, mais importante que isso, ratifica o debate transdisciplinar significativo quando se objetiva estabelecer o diálogo necessário para a confrontação das idéias e o desenvolvimento, na medida do possível, de novas análises para focar o território.

As leituras direcionadas, os fichamentos e a elaboração dos quadros sínteses constituem os principais elementos metodológicos da pesquisa realizada no âmbito do Grupo de Estudos Territoriais (GETERR) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

De modo geral, verificamos em cada obra os autores mais citados, as concepções de cada autor sobre território, espaço, desenvolvimento e Geografia, buscando verificar a influência destas concepções na compreensão de agricultura familiar.

## CAPÍTULO I - O PENSAMENTO GEOGRÁFICO: HISTÓRIA QUE TRANSCENDE OS TEMPOS

### 1.1. O CONHECIMENTO GEOGRÁFICO

Até o final do século XVIII a Geografia, criada na antiguidade pelos gregos, “mantém-se como ciência da localização dos lugares e da cartografia” (FERREIRA e SIMÕES, 1986, p.37). Paralelo a esta concepção, desenvolvem-se duas tendências: “a geografia matemática, ligada a astronomia e a geometria; e, a geografia descritiva, resultante da descrição do mundo conhecido” (idem, p. 38).

Ainda no século XVIII, à geografia, incide o pensamento do filósofo Emanuel Kant (1724-1804). A filosofia kantiana assume relativa importância à medida que levanta questões sobre a natureza do conhecimento geográfico. Para Kant o conhecimento pode ser adquirido por dois processos: através da experiência e do raciocínio. Ou seja, provém tanto da experiência como da razão, isto é, “das percepções de cada indivíduo interpretadas pelos seus esquemas conceptuais, que são produto do seu raciocínio sobre as experiências anteriores” (FERREIRA e SIMÕES, 1986, p.58). Sendo assim, a Geografia significa em Kant, “um conhecimento empírico, na medida em que, como ciência, deriva das experiências do homem. Mas é mais do que conhecimento comum, porque sistematiza e classifica os fatos e, além disso, está circunscrita à superfície da Terra” (idem, p. 58).

Para tanto, “o conhecimento geográfico compunha um saber vinculado à filosofia, às ciências da natureza e à matemática” (MORAES, 1986, p.33-34). Deste modo, na visão kantiana, conforme Ferreira e Simões (1986, p. 59), as disciplinas que compõem o conhecimento estão organizadas em três conjuntos: “*ciências sistemáticas*, que estudam as categorias dos fenômenos (botânica, geologia, sociologia); *ciências históricas*, que estudam as relações entre os fenômenos no tempo; e *ciências geográficas*, que estudam os fatos nas suas relações espaciais” (grifos do original). Sendo assim, em relação à física, a Geografia diferencia-se das outras ciências, “por possuir um vasto corpo teórico, como princípios e leis, muitas vezes expressos matematicamente”. Já em relação à história, enquanto a Geografia descreve a natureza no presente e no espaço, isto é, apresenta uma dimensão espacial, a história descreve a evolução do homem ao longo do tempo sob uma dimensão temporal (Idem, p. 58).

Neste sentido, a Geografia inclui-se:

Nas ciências ideográficas<sup>3</sup>, no caso da geografia regional; nas ciências nomotéticas<sup>4</sup>, no caso da Geografia sistemática; nas ciências da natureza, considerando a geografia física; nas ciências humanas, considerando a geografia humana (FERREIRA e SIMÕES, 1986, p.25).

Isso não significa que a Geografia seja uma ciência que se reparte, mas uma ciência que se liga às outras (Geologia, Matemática, Botânica, Meteorologia, Astronomia, Física, Química etc. – no caso da Geografia Física – Sociologia, Filosofia, Demografia, Economia, História etc. – no caso da Geografia Humana).

#### 1.1.1. A Geografia moderna

No século XIX, a Geografia se desenvolve a par das outras ciências. Neste sentido, destacam-se, inicialmente, as contribuições dos cientistas alemães (considerados fundadores da geografia moderna) Alexander von Humboldt (1769-1859) e Karl Ritter (1779-1859). Ambos dão à Geografia descritiva um caráter sistemático e uma metodologia científica.

Humboldt objetivava encontrar uma “ciência integradora pela qual pudesse demonstrar a harmonia da natureza, pois considerava a Terra um todo orgânico, em que os diversos fenômenos são interdependentes” (FERREIRA e SIMÕES, 1986, p.61). Via a Geografia como uma ciência síntese que tratava da localização absoluta de todos os lugares. Interessou-se pela diferenciação espacial e considerou a paisagem resultado da interação de vários fenômenos. O mesmo fenômeno poderia, assim, ser estudado tanto a nível mundial como regional. Ao geógrafo caberia, medir, pesar e traçar as características gerais e, a partir da observação, reconhecer a conexão entre os elementos e a causalidade existente na natureza (MORAES, 1986).

Para o filósofo e historiador Karl Ritter, cada delimitação de área contém individualidades, denominadas por “sistema natural”. À Geografia caberia estudar estas individualidades e compará-las. Como resultado, o geógrafo obteria um conjunto de elementos. Resultaria daí, uma totalidade, sob a qual, o homem era o principal elemento. Para

---

<sup>3</sup> Estas ciências fazem a descrição dos fatos particulares, ou singulares. Estão na base das ciências do espírito, que se dedicam ao estudo de fenômenos únicos e não pretendem formular leis de aplicação universal.

<sup>4</sup> Estas ciências procuram leis gerais de aplicação universal. Estão na base das ciências naturais.



Ritter, o conhecimento geográfico é um aglomerado de dados e sua pretensão era organizar este saber, a fim de estabelecer uma base teórica e científica a partir da apreensão histórica (MORAES, 1986).

A partir das contribuições de Humboldt e Ritter ficou estabelecido o método da geografia descritiva. Enquanto Humboldt deu à Geografia um caráter de ciência sistemática, Ritter tentou explicar, a partir da descrição e análises regionais, a relação entre os fenômenos nelas existentes. De modo geral, percebemos em ambos, como objeto da geografia, o estudo da forma dos fenômenos naturais e antrópicos, bem como de sua distribuição no espaço.

No final do século XVIII e início do século XIX ocorrem os primeiros censos, aumentando o interesse por cartografar os fenômenos a partir das informações obtidas. Concomitante a estudos temáticos, surgem, então, os primeiros mapas de distribuição da população, do clima, da vegetação etc. Após a morte de Humboldt e Ritter, a Geografia, embora sofra certo declínio, mantém-se como disciplina no ensino primário e secundário resultando na afirmação do nacionalismo (sobretudo na Alemanha), expandindo-se, mais tarde, para a universidade, firmando-se, então, como ciência (FERREIRA E SIMÕES, 1986). Surge a denominada Escola Alemã de Geografia, de caráter “determinista”.

O século XIX é o século das grandes viagens de exploração ao interior dos continentes (África, América Latina e Ásia). As sociedades de geografia surgem intimamente ligadas a estas explorações: elas organizam expedições, conferências, exposições, elaboram mapas, instalam estações meteorológicas e editam revistas. Financeiramente, são apoiadas pelos estados que praticam uma política colonialista. As sociedades de geografia surgem, portanto, ligadas à expansão do colonialismo europeu (FERREIRA e SIMÕES, 1986, p.65).

Embora não haja avanços significativos no pensamento geográfico, permanece como uma disciplina bastante dinâmica ao longo da segunda metade do século XIX, em que, continua-se a empregar o método de Ritter: descrever a relação entre o homem e o meio em que vive.

Em meados do século XIX surge, com Augusto Comte, a filosofia positivista moderna. “Na sua essência, o positivismo não admite a separação entre o mundo físico e o mundo do espírito, entre as ciências da natureza e as ciências do homem. Para Comte tudo obedece a um complexo físico-químico” (FERREIRA e SIMÕES, 1986, p.68).

Esta filosofia exerce grande influência sobre o pensamento científico em geral, e, alicerçada às idéias evolucionistas de Darwin, “o estudo da relação homem meio parece,

assim, poder explicar as diferenciações culturais e econômicas ao longo da superfície da Terra” (Idem, p.68).

O chamado determinismo desenvolve-se primeiramente na Alemanha com Friedrich Ratzel (1844-1904). Célebre por sua obra *Antropogeografia* define como objeto de estudo da Geografia a influência das condições naturais sobre os comportamentos da humanidade. A seu ver, o espaço físico seria determinante na formação psicológica dos indivíduos e na estruturação das sociedades. Tenta demonstrar que as forças naturais determinam a distribuição das pessoas na Terra econômica e socialmente, “obstaculizando ou acelerando” este processo (MORAES, 1986). Enquanto Alexander Von Humboldt e Karl Ritter, vivenciaram o aparecimento do ideal de unificação na Alemanha enquanto estava dividida em principados, ducados e condados controlados pela aristocracia agrária, Ratzel esteve presente na constituição do Estado nacional alemão. O progresso, para ele, resultaria do aumento do uso dos recursos da natureza, em especial o uso do solo (MORAES, 1986).

Ratzel privilegia a análise das relações entre Estado e espaço. O território representa as condições de trabalho e existência da sociedade. O progresso implicaria a conquista de novos territórios. Com estes argumentos, Ratzel elabora o conceito de “espaço vital” (espaço necessário para a expansão territorial de um povo, neste caso, do povo alemão). Este representaria o equilíbrio entre a população e os recursos disponíveis em uma dada área. Além da formação e permanência territorial, o progresso estaria intimamente ligado a disponibilidade desses recursos. O interesse de Ratzel pelo estudo do espaço e do Estado dão origem a Geopolítica - estudo da dominação dos territórios (MORAES, 1986).

Ratzel teve o mérito de dar a geografia um método científico, podendo ser considerado o primeiro a ter estudado cientificamente a geografia humana. Além disso, manteve a unidade entre a geografia física e a geografia humana, pois no seu trabalho, o homem está sempre relacionado com o ambiente físico (FERREIRA e SIMÕES, 1986, p.71).

Posteriormente, os discípulos de Ratzel darão mais ênfase a esta teoria desenvolvendo-a principalmente nos Estado Unidos<sup>5</sup>.

Em reação ao positivismo, desenvolve-se, no fim do século XIX, o historicismo. Segundo esta teoria, por serem diferentes, não se pode aplicar um mesmo método para as ciências naturais e humanas. Por isso, ao invés de hipóteses e deduções, deve-se realizar

---

<sup>5</sup> Sobre este assunto ver FERREIRA e SIMÕES, 1986, p. 69 a 72.

estudos de casos, concretos e únicos. Resgata-se, então, a distinção feita por Kant entre as ciências sistemáticas e idiográficas.

Do historicismo surge, na Geografia, o chamado possibilismo opondo-se ao pensamento “determinista”. No “possibilismo” o homem não resulta do ambiente, mas atua sobre ele retirando um conjunto de possibilidades para desenvolver-se. A partir desse pensamento, a Geografia define seu objeto de estudo (a região), tornando-se uma *ciência-ponte* entre as ciências naturais e humanas.

Cresce, então, a Escola Francesa de Geografia, de caráter possibilista e funcionalista, que tem no historiador e geógrafo Paul Vidal de La Blache (1845-1918) seu grande teórico. A geografia francesa se desenvolve como uma forma de reação à geografia alemã. Busca-se apreender o espaço a partir de uma perspectiva teórica que deslegitimasse o pensamento alemão e fornecesse fundamentos para a expansão territorial e econômica francesa (MORAES, 1986). Para tanto, em ambos os países (mas principalmente na França), a Geografia é concebida como o estudo da relação do homem com a Terra.

Para La Blache, a Geografia define seu papel através da identificação das regiões da superfície terrestre onde as particularidades são essenciais. Ao geógrafo, sob esta perspectiva regional, caberia delimitar e descrever os elementos naturais que dão unidade e individualidade às regiões. O Estado deveria, portanto, conhecer todas as características naturais e humanas existentes no território a fim de adquirir condições de possibilitar a ascensão econômica e desenvolvimento social. Embora este pensamento se aproxime muito a ideia de “espaço vital”, La Blache critica Ratzel por este trabalhar com a tese de que a natureza era determinante para a sobrevivência e desenvolvimento de um povo. Defende, assim, que o homem poderia agir sobre as condições naturais do território, modificando-as a seu favor. Deste modo, o Estado teria possibilidades de transformar o território gerando, por seu poder, melhores condições de vida a população (MORAES, 1986).

A aproximação de Vidal de La Blache com a História deu origem a Geografia Histórica. O homem, na análise lablacheana, ao mesmo tempo em que é influenciado pelo meio, atua sobre este, a partir de um acervo de técnicas, hábitos, usos e costumes transmitidos socialmente, gerando, nas diferentes paisagens, “gênero de vida”, ou seja, uma relação de equilíbrio entre população e os recursos provenientes da natureza. Deste modo, o homem seria capaz de se desenvolver em um limitado espaço geográfico. Embora o teórico enfatize a relação homem-natureza, não aborda as relações existentes entre os próprios homens (MORAES, 1986).

“Seu objetivo é observar as relações mútuas entre o homem e o ambiente físico, nas quais não se podem estabelecer limites entre fenômenos naturais e culturais porque eles se interpenetram” (FERREIRA e SIMÕES, 1986, p.75).

Contudo, as contribuições da Geografia alemã e da Geografia francesa não partilham somente conhecimento, mais um estilo de vida e concepções de mundo em que os autores estavam inseridos, principalmente, no que tange às questões políticas, isto é, de regulação e controle dos territórios a fim de aumentar o poder de influência do Estado. A proposta comum era de elevar, a então Geografia Moderna, à condição de "ciência respeitável".

Já no século XX, mais precisamente os períodos de 1930-40 é, por muitos autores, considerado decisivo na evolução das ciências sociais. Depois de 1945, as ciências veem-se solicitadas a responder a novos tipos de problemas (FERREIRA e SIMÕES, 1986).

As modificações no contexto político, econômico, cultural e natural ocorridos no período pós II Guerra Mundial resultam em transformações também nos domínios científicos. Para que a Geografia fosse inserida neste contexto, precisaria possuir uma nova utilidade. A proposta de uma “Nova Geografia” desencadeia o estabelecimento de outros paradigmas metodológicos baseados na subjetividade, no rigor dos modelos propostos e na unificação de uma metodologia científica fundamentada nos princípios lógicos da ciência matemática (BESPALEC e ANSELMO, 2009). Esta Geografia denominada Teorética-Quantitativa, se torna instrumento de planejamento regional realizada pelos Estados.

### 1.1.2. A institucionalização da Geografia no Brasil

As mudanças ocorridas no Brasil após a Revolução de 1930, que acaba com a hegemonia política e econômica da burguesia do café e desencadeia o fortalecimento da inserção do país no sistema capitalista, gera novas necessidades, que, por sua vez, exigem do Estado, agora mais racional, moderno e centralizador, um re-arranjo territorial. O Governo Vargas utiliza, então, o conhecimento geográfico para realizar um levantamento territorial do país visando, principalmente a expansão do sistema capitalista industrial. A Geografia surge atrelada às preocupações com a geologia e a cartografia da época, isto é, de reconhecer e representar o território realizando estudos sobre as várias regiões que compõe o território nacional.

O planejamento estatal vai conferir à Geografia e ao geógrafo um dos momentos de ápice de sua história. Este profissional utiliza as técnicas cartográficas da inventariação, da descrição e da sistematização sobre as diferenciações dos modos de vida territoriais dos povos e seus ambientes, transferindo-as para a elaboração dos planos governamentais (MOREIRA, 2010).

A década de 1930 representa um marco histórico na legitimação da Geografia enquanto ciência no Brasil. A partir de tradições acadêmicas, sobretudo francesa, cria-se o curso de Geografia na Universidade de São Paulo, em 1934, e na Universidade do Brasil (atual UFRJ), em 1935; a Associação dos Geógrafos Brasileiros, em 1934; o Conselho Nacional de Geografia e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1938 (estes dois últimos pelo convênio entre municípios, Estados e Governo Central). Estas instituições deram impulso à institucionalização da Geografia no Brasil.

Apesar de ligada às universidades, a Geografia produzida pelo IBGE, influenciada pela abordagem de Ratzel, estava comprometida com os interesses do Estado, sendo representado por diferentes esferas do poder: engenheiros, militares e políticos. Deste modo, as propostas destinadas às estruturas territoriais partiam principalmente desta “cúpula” e não dos geógrafos. Deste modo, na administração territorial, o IBGE, enquanto órgão de instrumento técnico-científico deu suporte à formulação, implantação e execução de políticas públicas e territoriais.

Assim, os problemas relacionados com a grande extensão territorial, com a relação do homem com a terra, sócio-econômicos e a crescente urbanização, que eram objetivos imediatos do Estado a serem solucionados, objetivou os estudos de geógrafos na década de 1930. E foi através dos trabalhos de campo, da fidelidade com o visível e do estudo geográfico das mais diferentes áreas do país que os geógrafos positivistas-funcionalistas desenvolveram seus estudos, constituindo trabalhos de rico material empírico que alicerçaram a Geografia brasileira. Portanto, é na década de 1930, no contexto da política do nacionalismo, e de um novo tipo de desenvolvimento capitalista no Brasil, agora com suas atividades assentadas na indústria e no comércio interno, que a Geografia tem seu reconhecimento enquanto ciência, atingindo seu momento de maior peso e influência junto ao Estado e à sociedade brasileira (BARROS, 2000, p. 32).

Até 1960, a Geografia brasileira, enquanto disciplina universitária esteve voltada para a escola francesa. A partir da segunda metade da década de 1960, a situação começa a mudar. É a partir daí que a chamada “revolução quantitativa” – desenvolvida nos EUA, Reino Unido, Suécia e Rússia entre, 1940 e 1950, difunde-se no Brasil, concomitante ao processo de intensificação das atividades de planejamento territorial promovido pelo governo militar de

então. Os estudos, desta nova geografia, voltam-se, então, para modelos matemáticos e estatísticos.

Ressalva Ferreira (2002) que entre 1950 e 1970 ocorrem, a nível mundial, grandes transformações sociais e econômicas gerando alterações no pensamento científico das ciências sociais. Os modelos em que se apoia a Geografia quantitativa são insuficientes para explicar os problemas sociais e econômicos do subdesenvolvimento que passam a ser analisados sob a ótica de dominação do sistema capitalista. “É necessário introduzir na análise social uma nova dimensão psicológica e valorizar a experiência pessoal” (FERREIRA e SIMÕES, 1986, p. 92). Surgem, assim, em todas as ciências sociais, os movimentos críticos ou radicais baseados no materialismo histórico e dialético. Ocorre, então, a ascensão de uma geografia ligada a questões sociais, de espaços desiguais, dos sistemas econômicos, resultado da luta de classes (SILVA, 2009).

Caracterizando-se como as abordagens epistemológicas mais recentes da história do pensamento geográfico, procuramos compreender o materialismo histórico dialético e a fenomenologia, bases da Geografia Crítica que culminam em novas percepções e análises de mundo pela Geografia a partir dos conceitos de espaço, território, paisagem, região e lugar.

### 1.1.3. O materialismo histórico-dialético e a Geografia Crítica

O materialismo histórico, embora já existisse enquanto método científico e filosófico desde o início do século XX, adquire centralidade nas ciências sociais na década de 1960. Na Geografia, surge, sobretudo a partir da década de 1970 quando, em oposição à Geografia Clássica (Tradicional e Quantitativa), surge a Geografia Crítica. Busca-se analisar as relações desiguais entre os homens e a conseqüente espacialização dessa desigualdade, procurando manter uma relação com o meio físico. Isto acontece, principalmente, com a introdução da perspectiva econômica nas análises geográficas, as quais deixam transparecer uma série de contradições que as Geografias Clássicas se mostraram incapazes de explicar, quanto mais, resolver. O propósito da Geografia Crítica, neste contexto, mais do que expor tais contradições sócio-espaciais é compreendê-las, principalmente, subsidiar a transformação das contradições dispostas pelo sistema capitalista e sua manifestação ideológica.

Outra contribuição da Geografia Crítica é o resgate do interesse pela busca de uma reorientação metodológica, além de reforçar a aproximação (embora não solucionou seus

impasses) entre Geografia Física e Humana, entendendo-os como saberes que coexistem na relação entre os fatores naturais e sociais.

No caso do Brasil, a Geografia Crítica se insere no cenário político de uma ditadura militar, e no cenário intelectual de uma expansão da Geografia Quantitativa, apoiada, institucionalmente pelo IBGE. Nesta conjuntura, a insatisfação com os estudos regionais e a carência de elementos metodológicos para tratar das contradições sócio-espaciais gera uma insatisfação entre os geógrafos, os quais foram excluídos do processo de atuação ideológica e política (FERREIRA, 2002).

Na segunda metade da década de 1970 a Geografia Crítica assume, no Brasil, maior expressão, em que o espaço constitui seu objeto de análise. Conforme Moraes (1986), a dialética aparece, ao mesmo tempo, como unidade e diversidade no interior do pensamento geográfico. Foram importantes nessa reformulação metodológica autores como Ruy Moreira, Armando Corrêa da Silva, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Milton Santos, entre outros. Os legados dessa via interpretativa dominam ainda hoje a análise da História do Pensamento Geográfico no Brasil.

Duas fases distinguem-se no movimento de renovação [...] A primeira reunindo os anos de virada das décadas de 1970-80. É a fase das mudanças mais efetivas, fase da crítica que indaga sobre o sentido e o significado do discurso geográfico (“o que é, para que serve e para quem serve a geografia”), renovando onde era possível. A segunda situa-se a partir da segunda metade da década de 1980. É a fase em que a renovação vira uma oficialidade (uma “geografia crítica”), muda o ritmo e o sentido de rumo e assim confunde sua primazia e se consome nessa mudança. A primeira fase é um movimento que redescobre a geografia. A segunda, que a leva a opacificar-se (MOREIRA, 2010, p.36).

Ao geógrafo, não basta somente localizar, demarcar e mapear o espaço; neste quadro de realidade é preciso saber ler e compreender as mudanças (MOREIRA, 2010).

O período é caracterizado por um forte crescimento industrial de âmbito mundial, porém mais destacado nos países capitalistas, sendo suas diferenciações apresentadas de acordo com a estruturação do sistema político e econômico existente em cada país. Esse modo de produção industrial se caracterizou pela propagação do modelo fordista praticado nos EUA, com produção em massa e em grande escala e mecanização da mão-de-obra. O baixo preço do petróleo foi um dos fatores que propiciaram esse crescimento, bem como incentivaram a propagação da indústria automobilística. O aumento populacional juntamente com o crescimento da expectativa de vida foram notáveis. Constata-se também uma intensificação na produção de alimentos e uma racionalização das técnicas agrícolas

evidenciada pelo aumento da produtividade das terras (BESPALEC e ANSELMO, 2009, p.74-75).

Não obstante, todas as mudanças técnico-científicas e industriais provocaram a propagação da ideologia do consumo, bem como, a necessidade de questionar o papel da ciência e a responsabilidade social dos cientistas. Na Geografia Crítica, baseada no materialismo histórico e dialético, a sociedade passa a ser compreendida conforme a dinâmica de construção do espaço geográfico apreendido a partir dos conceitos básicos da Geografia: espaço, paisagem, lugar, território e região.

Destaca-se a noção de totalidade e, a partir de aspectos relacionais, procura-se compreender as diferentes configurações territoriais considerando os componentes i-materiais que condicionam a emergência de novos elementos de reflexão geográfica a partir de atitudes antipositivistas presentes em obras e autores que propugnam em favor da fenomenologia ou do materialismo histórico dialético (SAQUET, 2007).

Trata-se de um movimento cheio de sinuosidades. O debate é sobre a crise do potencial e dos limites da natureza física, social e política dos países diante das idéias de industrialização/urbanização. Muitos autores procuram explicar essa crise sob diferentes perspectivas e, ao mesmo tempo, propondo diversos caminhos de renovação para esta ciência. A partir das publicações de “*A Geografia*” e “*A Geografia serve antes de mais nada para fazer a Guerra*”, de Yves Lacoste, “*Por uma Geografia Nova*”, de Milton Santos, e “*Marxismo e Geografia*” de Massimo Quaini, formulou-se o roteiro da mudança (MOREIRA, 2010, p.30). Dentre outros, destacam-se David Harvey, Giuseppe Dematteis, Claude Raffestin, Paul Claval, Horácio Capel, Manoel Correa de Andrade (SILVA, 2009).

Segundo Quaini (2002) a base do materialismo histórico está na crítica da filosofia hegeliana, conduzida por Marx a partir do início de 1840. Tanto é que, para Quaini (2002), a crise na e/ou da Geografia só existe porque a ela, até então, não se incorporou o marxismo. Por isso, na obra *Marxismo e Geografia*, demonstra a necessidade de superar a busca por um objeto de estudo da Geografia para a adoção do método marxista como elemento de convergência da reflexão científica. Em todo o livro – no qual sintetiza os escritos de Engels e Marx sobre natureza e sociedade - faz um grande esforço para validar ou legitimar este método, pois, para o autor, muitas respostas podem ser obtidas em Engels e Marx referentes ao espaço geográfico, a chamada crise ambiental e sobre o (re) ordenamento racional do território.



Quaini (2002, p. 21) explica propedeuticamente que, a essência do método marxista (ou materialismo histórico) é a união entre teoria (ciência) e história, em que, o presente explicaria o passado: “(...) *faço história do passado partindo do presente como sendo o único real (...)*”. Entende que o presente não é passado, mas rompe com este para que se torne inovador em relação a ele. Contudo, o passado é composto por eventos preparatórios para o aparecimento do presente, “*realizando sempre a originalidade do passado em relação ao presente (...)* o próprio presente é somente uma forma transitória”. Sendo assim, não pode haver análise histórica sem conceituação, isto é, sem teoria, sem ciência. Bem como não pode haver ciência sem historicidade.

O materialismo histórico constitui-se, portanto, como (...) resolução da filosofia, da história e da filosofia da natureza na história natural e humana. Ele instaura uma nova relação entre natureza e homem (...) coloca-se num plano decididamente humanista e integralmente historicista e, enquanto tal, não perde de vista nem a *historicidade da natureza* nem a *naturalidade da história* (QUAINI, 2002, p. 43 – grifos do autor).

Para Gomes (2005) a renovação do pensamento geográfico e a própria modernidade estão inseridos numa dualidade do novo *versus* o tradicional. Decorre que as tradições e/ou permanências territoriais, neste caso, não significam uma permanência defasada e refratária a qualquer mudança. O mesmo pode ser dito para o novo, o qual não se trata de um movimento em permanente e completa mutação, ou seja, existem permanências no novo e, este, está no velho. As mudanças significam, ao mesmo tempo, continuidades: o novo contém o velho e este, aquele (SAQUET, 2007).

Inerente ao tempo histórico, o conhecimento geográfico difere em cada corrente de pensamento. O que visualizamos periodicamente são mudanças e permanências dadas a partir de diferentes temporalidades aprimorando o saber, induzindo-o para uma superioridade explicativa ou seu melhor ajuste à realidade contundente. Há uma constante atualização (no sentido de incorporar novos elementos e ir além) dos pólos epistemológicos (MOREIRA, 2010).

No conhecimento geográfico, no decorrer dos séculos, procurou-se conhecer, analisar e compreender as renovações naturais, culturais, econômicas e políticas dos territórios, bem como o papel do homem de principal agente transformador do espaço. E é, conforme demonstra Moraes (1986), com a Geografia Crítica, que se adquire o compromisso social do discurso geográfico e se aborda a dominação de classe na sociedade capitalista. Deste modo, ligada de forma intrínseca ao conceito de ciência, a Geografia é uma forma crítica de

representação e interpretação espaço-temporal das relações econômicas, políticas, culturais e naturais sustentadas a partir de um eixo epistemológico que combina paisagem, território e espaço em análises voltadas tanto para a totalidade quanto às especificidades e/ou singularidades territoriais.

Monopolista sobre o espaço geográfico, o capital controla os homens e a natureza, para os tornar homens e natureza para o capital [...] E esta geografia da alienação degrada o homem e a natureza, exprimindo-se como crise ecológica, crise energética, crise alimentar, crise moral, segregação, ditaduras, obsoletismo planejado. Fomenta a escassez para forjar necessidades novas e renovar as necessidades velhas, subordinando a existência dos homens e os movimentos da natureza ao circuito das mercadorias [...] a mercantilização do verde, do lazer, e do ar puro [...] oferecidos como venda de “qualidade de vida” [...] (MOREIRA, 1992, p.106-107).

Ainda na década de 1970, emerge outra corrente do pensamento geográfico – a Geografia humanista, concomitante a retomada da Geografia cultural acentuando sua produção nas décadas seguintes. Do ponto de vista metodológico, tal vertente se orienta nas filosofias do significado, especialmente a fenomenologia e o existencialismo, assentando-se na subjetividade, na intuição, nos sentimentos, nas experiências, no simbolismo; privilegiando o singular e não o particular ou o universal (FERREIRA e SIMÕES, 1986). Embora o lugar constitua seu conceito chave, há uma re-valorização dos conceitos de paisagem e território. Além disso, o espaço adquire significado de espaço vivido.

Sendo assim,

Uma geografia humanista considera a cultura como central para seu objetivo: compreender o mundo vivido de grupos humanos. Uma geografia marxista deve reconhecer que o mundo vivido, apesar de simbolicamente constituído, é material e não deve negar sua objetividade (COSGROVE, 1998, p.6 *apud* BESPALÉC e ANSELMO, 2009, p.85).

#### 1.1.4. A Geografia humanística fenomenológica

Consoante a Moreira (1992, p.111), a geografia humanística fenomenológica é um movimento que perpassa vários países contra as estratégias de uma geografia de homens para

o capital, principalmente as que excluem os vínculos orgânicos de uma “geografia de homens para si mesmos”.

No Brasil, sobretudo na década de 1970, o humanismo fenomenológico é trabalhado na Geografia pelo reconhecimento de como as pessoas percebem o seu redor e o meio físico. Duas matrizes se entrecruzam: uma desenvolvida na França e outra na Grã-Bretanha. Na primeira proposta,

[...] as referências fundamentais dos trabalhos sobre o espaço vivido são variadas e parecem ser antes inspiradas pelas ciências sociais do que por uma filiação filosófica precisa. Este movimento do espaço vivido se nutriu essencialmente de uma bibliografia francesa, e seus suportes mais fortes são aqueles da escola francesa de geografia da primeira metade deste século, sobretudo os de Vidal de La Blache e de Pierre Deffontaines (GOMES, 2005, p.316 e 317).

Comenta Silva (2009) que a preocupação central, nesta corrente, não consiste em desvendar a origem do fenômeno, muito menos contemplá-lo no processo histórico em que se desenvolve, procurando, talvez, encontrar soluções. A crítica se materializa nos sentimentos, nos signos, nas relações sociais corriqueiras. Ao mesmo tempo, adquire uma postura crítica, humana e social por não se ater somente a descrição dos lugares, reconhecendo também, a necessidade de apreender o sentimento, as emoções, as idéias e experiências individuais e/ou coletivas da sociedade.

Entretanto, outra matriz do “humanismo fenomenológico” apresenta a necessidade de criar um sistema teórico rígido, de objetivação e legitimação que busque o essencial na experiência particular buscando atribuir significados às decisões sobre a organização espacial que foge aos esquemas propostos pelos modelos econômicos (FERREIRAS e SIMÕES, 1986). Em ambas as menções fenomenológicas, há revalorização do conceito de lugar, das tradições e da depreciação das modernidades da sociedade atual. Procura enfatizar o ser humano não como um ser passivo, mas também como um agente racional, com anseios próprios, portanto, capaz de modificar ou discordar de uma ordem imposta (BESPALEC e ANSELMO, 2009).

A geografia humanista apoia-se nas filosofias do significado, principalmente na fenomenologia e no existencialismo. Nela os geógrafos encontram subsídios reflexivos da própria existência. É interpretada segundo o método hermenêutico que considera os aspectos próprios a cada fenômeno. Encontram-se em pauta, os conceitos de paisagem e território fruto da vivência do homem em um determinado lugar. O lugar passa a ser conceito chave

enquanto que o espaço adquire o significado de espaço vivido (CORRÊA, 2003). A história aparece como fornecedora de dados inerentes à compreensão espaço-temporal na relação entre os seres humanos e a natureza.

No final dos anos 1970, sob influência da Geografia humanista, começou-se a esboçar, na Geografia, um processo de recuperação da abordagem cultural. Passou-se reconhecê-la segundo a produção de sistemas culturais (valores morais, éticos, hábitos e significados expressos nas práticas sociais espacializadas de maneira diferenciada), sistemas simbólicos (mitos e ritos unificadores) e um sistema imaginário que liga os dois últimos dando-lhes identidade espacial (FERREIRA e SIMÕES, 1986).

Sob este enfoque cultural, propõe-se que a Geografia volte-se para o estudo da relação do homem com o mundo em que vive, no qual a natureza, a sociedade e a cultura mantêm-se como elementos complexos, sobre os quais, só se obtêm respostas a partir da compreensão dos costumes, práticas e crenças de vários povos e do sentido que as pessoas dão aos espaços. Esta renovação cultural, na Geografia, adquire várias designações, tais como: Geografia Cultural, Geografia fenomenológica, Geografia da Percepção, Geografia humanística e Geografia humanista (FERREIRA e SIMÕES, 1986).

Deste modo, busca-se entender, também nesta corrente, como as atividades e os fenômenos geográficos interferem na formação e qualidade da consciência humana. A cultura, a filosofia da percepção, o mundo vivido, a paisagem, o território, o lugar etc. adquirem, na Geografia, o posicionamento dos geógrafos culturalistas contra a visão alienante de mundo.

Neste aspecto, a abordagem humanística está centrada na percepção de sujeitos, na representação e em símbolos da vida cotidiana, numa tentativa de re-valorizar aspectos culturais e identitários que dão singularidades aos lugares (SAQUET, 2007). O espaço geográfico, neste sentido, apresenta-se como espaço de vivência, o qual envolve o tempo, as histórias, os sentimentos, os valores, as crenças, os costumes etc. Dependendo da abordagem, incorporam-se elementos históricos, materiais e subjetivos (ANTONELLO e SAQUET, 2010).

De modo geral, esta Geografia baseia-se em duas premissas básicas: de que “o homem possui imagens mentais do meio sendo possível medi-las; e que, existe uma forte relação entre essa imagem mental do meio e o comportamento do mundo real” (FERREIRAS e SIMÕES 1986, p. 96). Assim, a imagem mental que se tem de um espaço, seja ele qual for, é fundamental para perceber e organizar o meio. “Para o geógrafo, esta imagem é um filtro que existe entre o homem e o meio real” (Idem, p. 96). A ele compete analisar esta imagem e

compará-la ao mundo real. Esta análise pressupõe que, os homens não têm acesso ao mundo<sup>6</sup> real, mas apenas à percepção, ou seja, à ideia de mundo construída pelo próprio homem. “Para tanto, as decisões tomadas sobre organização espacial, ao atuarem sobre a imagem de um espaço, aproximam-se mais da realidade do homem do que os modelos econômicos, estáticos o faziam” (FERREIRAS e SIMÕES, 1986, p. 97).

No Brasil, de modo geral, a Geografia Cultural expandiu-se principalmente a partir da década de 1990 acompanhando a pluralidade de temas, tais como: cultura popular, folclore, etnia, gênero, religião, paisagem, música, a literatura e poesia.

A cultura passa a ser considerada como um contexto, isto é, um reflexo da prática social e simultaneamente um meio no qual essa prática se efetiva e uma condição na qual essa mesma prática tende a se reproduzir. A cultura é, assim, uma construção social, construída e reconstruída, constituinte e reconstituente, porém vivida diferenciadamente pelos diversos grupos sociais, resultantes de uma combinação de traços relativos à classe, gênero, idade, etnia e religião, entre outros aspectos (CORRÊA e ROSENDAHL, 2008, p.75).

Contudo, ao longo do processo de construção do pensamento geográfico evidenciam-se diferentes maneiras de perceber e refletir os fenômenos sócio-espaciais. Desde finais dos anos 1950, noutros países e no Brasil, a Geografia deixa de ser uma ciência meramente descritiva e busca analisar as desigualdades existentes entre os homens e a conseqüente espacialização da heterogeneidade, visando sempre às relações com o meio físico. Para tanto, na construção do conhecimento, utiliza, em suas análises, os conceitos de espaço, paisagem, lugar, região, território e, mais recentemente, das redes. Propicia ao homem compreender o espaço em que vive baseado em valores, sentimentos e atitudes.

A partir da Geografia cultural, enfatiza-se a necessidade de compreender as realidades sociais influenciadas por elementos histórico-culturais de grupos responsáveis pela apropriação e construção de determinado espaço geográfico e isso é relevante para a compreensão das dinâmicas dos diferentes locais repletos de sentimentos, ideais, anseios e experiências.

Conceitos como espaço e território reaparecem nas discussões geográficas e adquirem centralidade. Este último é considerado como um espaço definido a partir de relações de poder que se constroem em redes sociais, que atuam interna e externamente ao território em escalas que variam do local ao global, cuja espacialidade e temporalidade se expressam de

---

<sup>6</sup> O mundo na Fenomenologia, não é um mero mundo de fatos e negócios, mas um mundo de bens maiores tais como vontades, valores, memórias, experiências, sentimentos etc.

modo des-contínuo. Conseqüentemente, é controlado por grupos humanos que produzem territorialidades específicas, das quais se origina o poder.

Portanto, apresentamos, a partir de agora, algumas interpretações a respeito dos conceitos de espaço e território. Estes conceitos estão presentes nas dissertações e teses (da Geografia) em que os autores estudam a agricultura do Sudoeste do Paraná. Portanto, faz-se necessário compreender estes conceitos, para que posteriormente, na análise das teses e dissertações, possamos sintetizá-los e analisá-los.

## **CAPÍTULO II - CONCEPÇÕES DE ESPAÇO GEOGRÁFICO E TERRITÓRIO.**

Pretendemos nesse texto, sistematizar dois conceitos considerados centrais no pensamento geográfico: espaço e território. Conscientes de que este debate irá nos ajudar a elucidar algumas dúvidas em torno das concepções e abordagens das geografias produzidas no Brasil e noutros países, no pós 1970, auxiliando também na compreensão de como os conceitos são abordados nas dissertações e teses escritas sobre a agricultura do Sudoeste do Paraná, nosso objeto de estudo.

A Geografia possui alguns conceitos-chaves para sintetizar sua objetivação. O conceito de espaço geográfico adquire ímpeto na Geografia Crítica. No Brasil, dentre outros, Milton Santos se torna referência nacional e internacional sobre o assunto. Segundo ele, o espaço deve ser compreendido a partir de sistemas de ações e objetos, que surgem a partir da intencionalidade social, por meio da qual o homem se apropria do espaço natural transformando-o em espaço geográfico. O espaço geográfico não é apenas palco, receptor de ações; têm valor de uso e de troca, distintos significados e é elemento constituinte do território, sendo estes indissociáveis, isto é, um está no outro (SAQUET, 2007).

Como objetivamos analisar obras da Geografia, faz-se necessário conhecer e compreender suas diferentes abordagens, visto que, ao trabalharem a agricultura no Sudoeste do Paraná, bem como, as relações de poder imbricadas à lógica territorial e ao sentido contemporâneo que o trabalho adquire, os autores utilizam o território como conceito central para desvendar a dialética da produção e apropriação dos espaços.

### **2.1. CONCEPÇÕES DE ESPAÇO GEOGRÁFICO**

No livro “O que é Geografia”, Ruy Moreira refere-se à Geografia como um saber tão antigo quanto à própria história dos homens. O autor busca compreender a história da Geografia inerente a história geral do saber. Conclui que a sociedade é tema de estudo da Geografia. Porém, não se refere a uma sociedade de homens iguais, mas a uma sociedade de classes sociais. Sob este aspecto, a Geografia propõe estudar a sociedade a partir daquilo que é expressão material visível da sociedade, ou seja, o espaço (MOREIRA, 1992).

É preciso,

colocar os fundamentos de um espaço verdadeiramente humano, um espaço que una os homens por e para o seu trabalho, mas não para em seguida os separar entre classes, entre exploradores e explorados; um espaço matéria inerte trabalhado pelo homem, mas não para se voltar contra ele; um espaço, Natureza social aberta à contemplação direta dos seres humanos, e não um artifício; um espaço instrumento de reprodução da vida, e não uma mercadoria trabalhada por outra mercadoria, o homem artificializado (GOMES, 1991, p.69).

O Brasil contém um acervo teórico bastante amplo quanto à dialética da totalidade espacial, dentre tantos, destacam-se os trabalhos de Milton Santos, Ruy Moreira, Ariovaldo Umbelino, Antônio Carlos Roberto Moraes, Armando Corrêa da Silva e Roberto Lobato Corrêa. Estes autores compreendem a produção e reprodução do espaço geográfico como realidade espacial e temporal em movimento (GOMES, 1991).

Inicialmente, o espaço não constitui um conceito-chave na Geografia, era percebido apenas como desígnio de área, embora já fosse abordado por Ratzel como base indispensável para a vida do homem, encerrando as condições de trabalho, quer natural, quer aquelas socialmente produzidas. Ratzel desenvolve os conceitos de território (apropriação de uma porção do espaço por um determinado grupo) e “espaço vital” (expressa as necessidades territoriais de uma sociedade em função de seu desenvolvimento tecnológico, do total de população e dos recursos naturais). A concepção de “espaço vital”, por vezes, se confunde com a de território conforme era atrelada a ele uma relação de poder. O potencial de domínio do espaço transforma-se em elemento crucial na história do homem e, através da política, em território, ambos, conceitos-chaves para a Geografia (MORAES, 1986).

O espaço, como elemento norteador, reaparece no âmbito dos debates da Geografia Crítica atrelado a estudos marxistas. É definido como o *locus* da reprodução das relações sociais de produção. Posteriormente, o espaço passa a ser apreendido como fenômeno (i) material, isto é, como produto das relações entre homem-homem e homem-natureza podendo influenciar no mesmo sistema que o criou (MOREIRA, 2010).

Os geógrafos críticos passam a defender, então, o espaço social como objeto da Geografia, objeto este entendido como processo. A formação do espaço geográfico contempla o tempo histórico. Girardi (2008) analisando Henri Lefebvre identifica, no autor, as seguintes contribuições para a compreensão de espaço geográfico:

- a) O espaço não é algo dado, ele é produzido pelo homem a partir da transformação da natureza pelo seu trabalho;
- b) as relações sociais são constituintes do espaço e é a partir delas que o homem altera a natureza;
- c) as relações sociais de produção, consumo e reprodução (social) são



determinantes na produção do espaço; d) o espaço deve ser estudado a partir das formas, funções e estruturas, e e) novas relações podem dar funções diferentes para formas preexistentes, pois o espaço não desaparece, ele possui elementos de diferentes tempos (p.31).

Só o fenômeno técnico, na sua total abrangência, permite alcançar a noção de espaço geográfico. A técnica é um conjunto de “instrumentos” que a sociedade utiliza para alterar a natureza e criar o espaço geográfico; é a técnica que une os sistemas de ações e os sistemas de objetos; ela permite a relação homem-natureza e homem-homem e, desta forma, a produção do espaço geográfico (GIRARDI, 2008).

Harvey (2005) entende o espaço geográfico como multidimensional construído historicamente por cada sociedade. Compreende o espaço e o tempo, na vida social/cotidiana, com o propósito de identificar alguns vínculos materiais existentes entre processos político-econômicos e culturais para assim, explorar a ligação entre o pós-modernismo e a transição do fordismo para modalidades mais flexíveis de acumulação do capital. O modo de produção vigente em cada sociedade é determinante para a produção do espaço. Explica que cada modo de produção resulta numa nova dimensão espacial, de forma que o espaço é produzido pelo processo de produção e, ao mesmo tempo, dá suporte ao seu desenvolvimento (GIRARDI, 2008).

Para Ruy Moreira (1992, p.88), o espaço geográfico é a história em seu devir perpétuo, isto é, encontra-se em permanente processo de transformação, acompanhando e condicionando a evolução das sociedades: “O espaço é a sociedade pelo simples fato de que é a história dos homens produzindo e reproduzindo sua existência por intermédio do processo de trabalho”. “Porque não existe tempo fora do espaço, e espaço fora do tempo, uma vez que o real é o espaço-temporal” (MOREIRA, 2010, p.143).

Não obstante, o espaço em Milton Santos é um sistema complexo em permanente evolução resultante da ação de fatores externos e internos materializados na paisagem conforme as condições locais próprias,

[...] constitui uma realidade objetiva, um produto social em permanente processo de transformação. O espaço impõe sua própria realidade, por isso, a sociedade não pode operar fora dele. Conseqüentemente, para estudar o espaço cumpre apreender sua relação com a sociedade, pois é esta que dita a compreensão dos efeitos dos processos (tempo e mudança) e especifica as noções de forma, função e estrutura, elementos fundamentais para a nossa compreensão da produção do espaço (SANTOS, 2008b, p.67).

A noção de espaço é inseparável da ideia de tempo. Tanto é que Milton Santos observa o espaço como subproduto do tempo, como acumulação desigual de tempos, isto é, a formação de um espaço supõe o acúmulo de ações localizadas em diferentes momentos históricos.

Massey (2009) também trabalha tempo e espaço implicados um no outro. O mundo vivido é temporal e, ao mesmo tempo, espacial, e a representação é uma tentativa de apreender os dois aspectos desse mundo. O espaço “conquista” o tempo a partir da representação da história da vida do mundo real, contudo, o tempo só é possível de ser representado através de sua “subordinação” ao espaço e aos modelos espaciais.

A proposta de Massey (2009) é construir a ideia de espaço pensado como produto de inter-relações, sempre em construção, aberto, inacabado, contemporaneidade dinâmica e heterogênea. Por isso, o tempo (passado, presente e futuro) para ela, é visto como dimensão da mudança e, o espaço, como dimensão social: da coexistência contemporânea.

Ressalta Gomes (1991, p.68) que, espaço e tempo são realidades objetivas concretas, cuja conexão dialética manifesta-se sempre com interdependência e interação: “Não há espaço sem tempo e tempo sem espaço”.

Na concepção filosófica do materialismo dialético, espaço e tempo são duas dimensões de uma mesma realidade: a materialidade do mundo. Não há matéria fora do espaço e do tempo, como também não há espaço e tempo fora da matéria. Eles são inseparáveis e, pelo fato de não existir matéria sem movimento, fazem parte da dinâmica da matéria. O espaço se reproduz indefinidamente como novo espaço e o tempo como novo tempo [...] sempre se reproduzem em novos valores [...]. Portanto, espaço e tempo existem numa realidade em movimento, dependente de sua existência e de suas formas (GOMES, 1991, p.52-53).

Conforme Harvey (2005), o espaço e o tempo são categorias básicas da existência humana. Critica a simplicidade com que o tempo é registrado ficando submisso à rotina das pessoas. Identifica o sentido comum de tempo (em segundos, minutos, dias, meses, anos, décadas, séculos e eras). Revela que, na sociedade moderna, os sentidos de tempo se entrecruzam pregando peças e gerando conflitos. Para ele, o tempo afeta materialmente o tipo de decisão que tomamos, isto é, se não nos preocupássemos em melhorar economicamente a vida de nossos filhos, pais, cônjuges e para nós mesmos, agiríamos de maneira diferente. Por isso, o financiamento de prazeres na sociedade atual é uma das principais “engrenagens” do crescimento econômico.

O espaço em Harvey (2005) é tratado como um fato da natureza, “naturalizado” através de atribuições de sentidos cotidianos comuns. Tem aspectos mais complexos do que o tempo (direção, área, forma, padrão, volume e distância) e pode ser medido e apreendido. Explica que, o modo como representamos o espaço e o tempo na teoria importa, visto afetar a maneira como nós e os outros interpretamos e depois agimos com relação ao mundo. Acredita que os espaços contêm tempo comprimido. Refere-se ao tempo memorizado e não fluxo, em outras palavras, às lembranças e sonhos da humanidade (aspectos identitários).

Assim, o conceito de espaço está intimamente ligado ao de tempo, tempo que significa processualidade histórica e velocidade das relações. Uma contribuição importante nos é dada por Braudel (2005), para o qual o tempo histórico avança com diferentes velocidades. Afirma que, a duração social, os tempos múltiplos e contraditórios da vida dos homens não são apenas elementos do passado, mas também preenchimento (o que chama de estofo) da vida social atual. Assim, define a história como a dialética da duração, sendo importante perceber que os fatos históricos têm duração variável: vale o tempo de permanência da realidade que eles registram e este é primordial porque apresenta pontos de mudanças e permanências. O tempo em si, é destituído de sentido, independe do ser humano, será sempre presente.

Braudel (2005) pretendia construir uma linguagem comum para todas as ciências sociais contemporâneas para que pudessem compreender as formas de organização social na sua totalidade. Entretanto, a duração do tempo social é simbólica, descontínua, múltipla e heterogênea. Isto porque, caçadores, pastores, industriais, agricultores familiares e camponeses, têm sistemas temporais que diferem, mas coexistem. Verticaliza-se a isso, a idéia de que, os homens não percorrem as mesmas distâncias no mesmo tempo.

Cada ser humano e objeto/forma têm um passado, presente e futuro (diacronia), e utiliza o espaço no tempo de maneira diversa, visto que os eventos não são sucessivos, porém, existem ao mesmo tempo (sincronia). Portanto, cada ação se dá segundo seu tempo e as diversas ações se dão conjuntamente (SANTOS, 1997). Milton Santos compreende que a coexistência seria simultaneamente o tempo da vida de todos e, portanto, o tempo concreto. O espaço é que reúne a todos, com suas múltiplas possibilidades. Diferentes usos do espaço relacionados com possibilidades distintas de uso do tempo. Não há nenhum espaço em que o uso do tempo seja idêntico para todos os homens, empresas e instituições.

A Geografia busca, na totalidade dialética, um elo espacial e um elo temporal, em que ambos estabelecem a unidade espaço/temporal. As concepções de tempo e de espaço são criadas necessariamente através de práticas e processos materiais que servem a vida social. Harvey (2005) afirma que, cada modo distinto de formação social, incorpora um agregado

particular de práticas e conceitos do tempo e do espaço. No capitalismo, os processos materiais de produção social estão em constante mudança, portanto, as categorias tempo e espaço também.

Como categoria filosófica universal, o espaço é definido, a cada momento, na proporção que se efetuam os avanços filosóficos e científicos (Gomes, 1991). Como categorias analíticas do espaço geográfico, Milton Santos destaca,

a paisagem, a configuração territorial [ou configuração espacial], a divisão territorial do trabalho, o espaço produzido ou produtivo, as rugosidades e as formas-conteúdo.” Há também a necessidade de estudar os recortes espaciais a partir de temas como o “da região e do lugar, o das redes e das escalas (GIRARDI, 2008, p. 32).

Assim, produzido pelo processo de trabalho (transformação da natureza em produtos úteis aos homens), o espaço é, conforme Moreira (1992), um esplêndido recurso de leitura da sociedade no decorrer do tempo histórico e condição para reprodução dos homens. O progresso humano é fruto do trabalho. Revela, materializado na paisagem, o processo de trabalho historicamente produzido.

O espaço organiza-se segundo a estrutura de classes do lugar e a correlação de forças que entre elas se estabelece. A natureza-terra é a condição da produção/reprodução das relações entre os homens. Seu controle é a base do poder sobre os homens [...] Se o poder sobre os homens nas “sociedades naturais” passa pelo controle da terra, sob o capital o poder passa pela alienação do trabalho [...] O trabalho é o intercâmbio de matéria entre o homem e a natureza. O espaço geográfico é a materialidade do processo do trabalho. É a “relação homem-meio” na sua expressão historicamente concreta. É a natureza, mas a natureza em seu vaivém dialético: ora a primeira natureza que se transforma em segunda, ora mais adiante a segunda que reverte em primeira, para mais além voltar a ser segunda (MOREIRA, 1992, p.86-93).

Conforme Corrêa (2003), o espaço também apresenta outras determinações, sendo caracterizado pelos mecanismos de ação econômicos em que a variável mais importante é à distância relegando as contradições, os agentes sociais, o tempo e as transformações. Assim, o espaço advém das relações entre os objetos que implicam em custos: dinheiro, tempo, energia - para vencer a fricção imposta pela distância.

Com o advento da globalização, o conceito de espaço geográfico vai além das relações existentes no lugar. Santos (2006) estuda o espaço geográfico através da noção da totalidade, categoria do método dialético, no qual o autor relaciona as partes com o todo, ou seja, o local

com o global. Para o autor, o entendimento do espaço geográfico deve levar em consideração os eventos, que ocorrem simultaneamente em diferentes níveis, do local e do global.

Esclarece Silva (2009) que, Milton Santos entende o espaço a partir do desenvolvimento das tecnologias inerentes ao processo de modernização. Para ele, o espaço geográfico é produto e condição social. Neste contexto, o lugar se destaca como contraponto ao global, como modificador dos impactos externos, constituindo-se em uma fração do espaço total. Assim, constrói uma teoria geográfica do espaço (forma e conteúdo), em que a totalidade consiste em componente central de seu método de análise. “O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, mas como um quadro único no qual a história se dá” (GIRARDI, 2008, p.32).

Quando Milton Santos cita os sistemas de objetos, refere-se às formas do espaço geográfico, ou seja, àquilo que está presente de forma materializada pela ação da sociedade. Nesse caso, o autor não se reporta apenas aos objetos artificiais, mas, também aos objetos naturais, que já estão socializados, ou seja, àqueles elementos naturais que passam há ser utilizados pelo ser humano com objetivos e/ou intenções sociais.

Os sistemas de ações, segundo Santos (2006) são caracterizados pelos conteúdos presentes nas formas, ou seja, são as necessidades tanto materiais e imateriais, econômicas, culturais, morais e afetivas que conduzem à ação humana, transformando os espaços construídos de forma intencional, através de eventos, que geram novos objetos.

Da mesma forma, segundo o autor, além das ações levarem a criação de novos objetos, esses, por sua vez, também condicionam as ações humanas. A posse de uma máquina (trator, colheitadeira) ou implemento (carreta, plantadeira, etc.) agrícola, por exemplo, é elemento que condiciona as ações de um agricultor que podem aumentar sua produção ou área plantada. A falta de tais recursos, o levam a outras ações, tais como, o aluguel ou contratação de uma máquina; a diminuição da sua produção; ou a opção por outra atividade que não precise desse objeto técnico.

Assim, Santos (2006), argumenta que o espaço significa, cada vez mais, um sistema de objetos e ações artificializados, sendo que estes interagem.

[...] de um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva a criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma (SANTOS, 2006, p.63).

Percebe-se que a transformação do espaço geográfico, se dá de forma dialética, ou seja, há complementaridade entre os dois sistemas. Sendo assim, percebemos que o espaço geográfico não é algo aleatório, mas sim, fruto de intencionalidades sociais, construído de acordo com a evolução histórica e também da ciência e técnicas presentes no território. Portanto, para Santos (2006) o espaço geográfico, é um híbrido, com múltiplas relações que se caracterizam através dos objetos (formas) e ações (conteúdos) pelo transcorrer do tempo.

Como podemos verificar, o conceito de espaço geográfico se refere à dinâmica e funcionalidade de determinado local, dinâmica essa que é proporcionada pelas ações, ou seja, pela vida presente no local. Sendo assim, Santos (2008b) identifica e caracteriza como elementos do espaço: os homens (fornecedores de trabalho); as firmas (produtoras de bens, serviços e ideias); as instituições (estabelecem normas, ordens e legitimações); o meio ecológico (conjunto de complexos territoriais que constituem a base física do trabalho humano) e as infra-estruturas (nada mais são que o trabalho humano materializado e geografizado na forma de casas, plantações, estradas, etc.). Salienta que os elementos estão ligados entre si (coexistem) e por uma organização reguladora que pode assumir diferentes escalas, do local até o global.

Na fase atual, quase todos os espaços são espaços de produção e de consumo. Conforme Santos (2008b, p.59),

o uso do espaço se tornou ainda mais capitalístico graças à ciência e a tecnologia, o espaço se torna conhecido, isto é, um inventário das possibilidades capitalistas de sua utilização, é cada vez mais possível e mais necessário como um pré-requisito à instalação de atividades produtivas, tanto na cidade quanto no campo.

Ao procurarmos um caminho metodológico para estudar o espaço, devemos considerar os diversos aspectos que, conforme Milton Santos, englobam, sobretudo, sistemas de ações e objetos, os quais aparecem a partir da intencionalidade social dos homens, que se apropriam do espaço natural transformando-o em espaço geográfico. No nível de desenvolvimento técnico-científico-informacional em que se encontra a sociedade, o espaço geográfico ultrapassa as relações locais atingindo níveis globais, aumentando a complexidade de análise dos elementos que o constituem na sua totalidade não homogênea.

A modernidade é considerada um fenômeno dicotômico, de um lado está o desenvolvimento das instituições sociais modernas e sua difusão em escala mundial criando maiores oportunidades para a sociedade gozar de bens e serviços modernos, porém verifica-se

também, o lado perverso, como o aumento das desigualdades, das exclusões, das hierarquias sociais.

Sendo assim, a dinâmica das transformações pelas quais o mundo passa, com novos recortes de espaço e tempo, com a predominância do instantâneo, com as complexas interações entre as esferas locais e globais, afetando profundamente o cotidiano das pessoas, exige que o geógrafo procure caminhos teóricos metodológicos capazes de interpretar e explicar essa dinamicidade social e territorial. Este processo está relacionado à necessidade de pensarmos as transformações sociais (econômicas, políticas e culturais) e naturais abordando as singularidades existentes nos diferentes territórios. Como o espaço é elemento constituinte do território, surge à necessidade de conhecer as diferentes abordagens que se fazem sobre este conceito.

## 2.2. - CONCEPÇÕES DE TERRITÓRIO

A partir do final dos anos 1970, a Geografia passou a considerar o território no interior de suas múltiplas facetas de interpretação. Sob esta genealogia (termo utilizado por Raffestin, 2010), o conceito de território, que era pouco utilizado até o século XVII, torna-se comum a partir do século XVIII, período, em que, adquire força e centralidade. Deste modo, durante a Geografia Moderna, passa a apresentar momentos com maior ou menor expressividade, até constituir-se no conceito mais difundido na Geografia contemporânea.

No processo de renovação da ciência geográfica, principalmente após 1970, vários autores têm se destacado como precursores em estudos territoriais, constituindo importantes referências na relaboração do pensamento geográfico no Brasil: Bertha Becker, Rogério Haesbaert, Milton Santos e Marcelo Lopes de Souza, dentre outros (ROCHA, 2008). No Brasil, a discussão é centrada no conceito de espaço geográfico, como principal categoria da explicação geográfica (estrutura de pensamento que dominou até o início da década de 1990); em outros países, como a Itália (SAQUET, 2007), nesse processo de relaboração, foi central o conceito de território. Deste modo, estes autores adquirem ímpeto na Geografia brasileira, principalmente por sintetizarem diferentes perspectivas e tendências na abordagem de território da Geografia nacional e internacional.

Na Geografia, o território é utilizado, primeiramente, por Friedrich Ratzel, um dos primeiros teóricos da escola alemã. Utiliza o conceito para explicar o que denominou de

Geografia política, centrada no Estado como o único detentor do poder. Visualiza o território, a partir da idéia de controle, domínio e apropriação, sintetizando as condições para o desenvolvimento, ou não, da sociedade. Esta definição é adotada por escolas futuras, inclusive na francesa, e adquire nova concepção, pelo menos no Brasil, posterior à década de 1970, durante o movimento de renovação da Geografia (MORAES, 1986).

Devemos lembrar que a Geografia Tradicional, mais empirista e descritiva, sempre privilegiou uma visão mais “territorializada” do espaço, isto é, valorizou mais os “fixos” que os “fluxos” e as fronteiras, que as vias de circulação. Em Ratzel, o “território” é, por vezes, naturalizado, sob uma “territorialidade”, que vincula os homens ao meio, ao sentimento de pertencimento a terra e ao espaço – o que seria justificado, na época, sobretudo pela necessidade de conquistar e utilizar o território e seus recursos para a sobrevivência biológica. Acreditava-se que o crescimento, ou não, de uma civilização, estaria diretamente relacionado à expansão territorial (HAESBAERT, 2006).

Verifica-se uma ligação afetiva e emocional, muito grande, do homem com o espaço. O território, sob essa interpretação, torna-se condição essencial para que sociedade e natureza permaneçam em harmonia. Para o autor, outro extremo desta análise, permite compreender o território construído pelo homem, isto é,

poderia advir tanto de um domínio material sobre o espaço, decorrente do poder de uma classe econômica e/ou de um grupo político dominante, como de sua apropriação simbólica, a partir da identidade que cada grupo cultural “livremente” construiu no espaço em que vive (HAESBAERT, 2006, p.119).

Explica o autor, que ambas as versões, expressam um território visto muito mais como dimensão política e cultural do espaço do que econômica. Apenas em uma, o espaço é condição vital de recursos para sobrevivência humana. “Não há dúvidas de que, tradicionalmente, a concepção de território sempre esteve mais próxima das idéias de controle, domínio e apropriação (políticas e/ou simbólicas) do que da idéia de uso ou função econômica” (HAESBAERT, 2006, p.119).

A partir dos anos 1970 e 1980, elaboram-se novas bases epistemológicas para a Geografia brasileira, centradas em princípios filosóficos do materialismo histórico e dialético (FERREIRA e SIMÕES, 1986).

No livro “Por uma Geografia Nova” (1978), Milton Santos refere-se ao território como uma acumulação desigual de tempos, objetos e ações. Existe uma fusão entre o que foi, o que é, e o que será, formando uma unidade dinâmica diferenciada em passado, presente e futuro



(BALBIM, 1996). O Território é composto por variáveis, tais como, a produção, as firmas, as instituições, os fluxos, os fixos, relações de trabalho, etc. interdependentes umas das outras (SAQUET, 2007).

Analisando Milton Santos, Balbim (1996) conclui que o espaço geográfico se constitui no objeto de análise da Geografia; “uma realidade relacional, envolvendo a natureza e a sociedade mediatizada pelo trabalho. Ao passo que o território, expressão concreta e histórica do espaço, constitui numa das categorias fundamentais dessa ciência”. A utilização do território pelo povo cria o espaço, projetado pelo trabalho. “É o uso do território, e não o território em si, que faz dele objeto de análise social” (SANTOS, 2005, p.255).

O espaço geográfico constitui, assim, uma totalidade dinâmica, produto das múltiplas totalizações a que está submetido o processo da história. O território se dá pela dinâmica dos lugares. A partir do uso do território podemos pensar uma nova ordem mundial relacionando o global (verticalidades) e o local (horizontalidades). A primeira ordem implica uma população esparsa de objetos regidos por uma lei única que os constitui em sistema, característica essencial do período técnico-científico e informacional. Já a ordem local, diz respeito a pontos distantes uns dos outros, ligados por todas e formas e processos sociais (SANTOS, 2005).

O território, portanto, pode ser formado por lugares contíguos e lugares em rede. Lembrando que, em Santos (1997, p.222), “as redes são, ao mesmo tempo, concentradoras e dispersoras, condutoras de forças centrípetas e de forças centrífugas”. A renovação do fator trabalho, condicionado pela configuração técnica, no campo e na cidade, ligado a produção e ao resultado desse trabalho, implica em um dado importante no entendimento da sociedade atual. É dessa contradição vivida que nasce o território, impondo a idéia da história como movimento (SANTOS, 2005).

Por meio da Geografia Crítica, articulada ao pensamento dialético materialista, que reforça a necessidade de discussão filosófica (HAESBAERT, 2006), o território, que em épocas precedentes, assumiu outras formas e se expressou com outros conceitos (DEMATTEIS, 2008), passa a ser compreendido como produto histórico, simultaneamente, reticular e relacional, e assim constituído, significa movimento (duração, seqüência, cronologia e periodização) com interações socialmente definidas, envolvendo e sendo envolvido, ao mesmo tempo, por processos naturais (SAQUET, 2007). Sendo assim, o território apresenta continuidades e fluidez marcadas por fixos e fluxos conectados por nós e pontos envolvidos por relações de poder formando redes sociais (SAQUET, *et. al.* 2010). Em outras palavras, o território passa a ser apreendido como produto de conflitos e contradições

sociais, ao mesmo tempo, em que o espaço é tratado como condição da dinâmica socioespacial, *locus* da reprodução das relações de produção (SAQUET, 2007).

De fato, as concepções territorialistas da Geografia mais recente, absorvem e reelaboram as diferentes concepções da Geografia do passado: como ciência da diferenciação do espaço terrestre, ciência das relações multiescalares entre o ambiente físico e a sociedade humana, ciência da paisagem e assim por diante (DEMATTEIS, 2007, p.7).

Sendo assim, o referencial de um pesquisador,

dentro do materialismo histórico e dialético, irá defender uma noção de território que: i) privilegie sua dimensão material, sobretudo no sentido econômico, ii) está historicamente situada e iii) define-se a partir das relações sociais nas quais se encontra inserido, ou seja, tem um sentido claramente relacional (HAESBAERT, 2006, p.45).

Na renovação da abordagem geográfica, Raffestin (2010), remete a necessidade de compreender o território concomitante à paisagem, entendendo-a, “não somente como um instrumento para conhecer a realidade, mas um excelente meio para conhecer o modo de ver/observar a realidade e de usá-la” (idem, p.16). Isto porque, não existe compreensão dos processos na sua conjuntura sem ajuda de uma imagem, principalmente a partir das novas configurações territoriais materializadas no espaço. Trata-se de um recurso muito utilizado pelos autores ao escrever sobre a agricultura do Sudoeste do Paraná, por exemplo.

Nesse sentido, é possível ver o território e representá-lo através de imagens que podem ser compreendidas como paisagens [...] É uma forma de se trabalhar, na geografia, a interação Terra-território, através da representação e do estudo da vida cotidiana, a qual é possível apreender a fluidez do tempo, os conflitos e os sujeitos que estão presentes nas relações que ocorrem entre o local e o global (SAQUET, 2007, p.81).

Raffestin (2010) sintetiza o território como produto do processo de produção em escala diacrônica e em contínua evolução, e a paisagem, ao contrário, “como resultado de um *processo de produção mental*, que se origina, a partir da observação humana mediatizada por diferentes linguagens: naturais, da pintura, da escultura, lógico-formais e matemáticas” (idem, p. 17). A paisagem constitui, assim, no espaço representado, em que se expressa o controle, domínio e imagem do território (SAQUET, 2007). Como não é possível esgotar a riqueza do real, as imagens permitem um conhecimento diferente e diversificado da realidade

(RAFFESTIN, 2010) possibilitando, a partir do itinerário intelectual, compreender, por exemplo, a materialidade da agricultura familiar expressa no território do Sudoeste paranaense.

Ao classificar o território sob três vertentes básicas: a jurídica-política; a culturalista e a econômica, Haesbaert (2006 e 2007) compreende o território sob duas dimensões: como instrumento do poder político e como espaço de identidade cultural. Faz uma junção entre os processos simbólico-culturais e político-administrativos. Para ele, o território envolve sempre, em diferentes níveis, uma dimensão simbólico-identitária inerente a certa classe social. Resultaria daí, uma sobreposição de territórios denominada multiterritorialidade, envolvendo os territórios-zona, onde há o predomínio da lógica política; os territórios-rede, em que prevalece a lógica econômica; e os aglomerados de exclusão, trabalhados pelo autor a partir da desterritorialização.

Conforme o autor, no território-rede há um processo de exclusão, ou melhor, de precarização socioespacial, promovido por um sistema econômico altamente concentrador. Neste sentido, conforme Cataia (1996), para Milton Santos as diferenciações regionais e desigualdades territoriais geram espaços racionais, inteligentes e espaços não-racionais, incompletos, opacos, isto é, regiões do fazer e regiões do mandar, que denotam em espaços financeiros, por onde os agentes hegemônicos se aproveitam para auferir maiores lucros de um território tecnificado.

Sob este aspecto, Dematteis (2008, p.35) distingue duas formas de territorialidades: a passiva que remete submissão e obediência, obtendo atitudes negativas, por compor “estratégias de controle, e com o sistema normativo associado, objetiva excluir sujeitos e recursos”; e a territorialidade ativa, que implica à conquista de autonomia, luta e resistência, pois “deriva das ações coletivas territorializadas e territorializantes dos sujeitos locais e objetiva a construção de estratégias de inclusão” social, configurando “estratégias de respostas/resistência às imposições de controle”.

Por isso, para Haesbaert (2007), a distinção entre a desterritorialização das classes dominantes e dos grupos subalternos, isto é, a discussão de como o território é impactado e aproveitado para reproduzir seletividades e desigualdades socioespaciais (CATAIA, 1996), é o que mais importa nos debates sobre a desterritorialização.

A desterritorialização como um movimento que deve ser interpretado como um processo relacional, des-re-territorialização, em que o próprio território se torna mais complexo, múltiplo, híbrido e flexível, mergulhado nos sistemas em rede, multiescalares, das novas tecnologias da informação, ao

mesmo tempo inflexível e fechado, marcado pelos muros que separam ricos e pobres, grupos “mais” ou “menos” territorializados (HAESBAERT, 2007, p.66).

Um dos discursos mais difundidos na temática da desterritorialização é aquele que propõe a emergência de uma sociedade em “redes” ou “reticular” (com dimensões locais, regionais e planetárias) em detrimento de uma sociedade “territorial”. “O conceito de rede nasce com o próprio capitalismo, e os primeiros pesquisadores, a utilizá-lo, aparecem no século XIX, quando tentam explicar determinadas formas espaciais disseminadas pelo novo sistema” (HAESBAERT, 2006, p.121). Explica Saquet (2007), que a mudança no itinerário intelectual ocorre, justamente, em razão dos processos verificados na vida cotidiana, como problemas e características inerentes a vida em sociedade, em particular, a expansão do capitalismo e seus aspectos culturais, que se agravam exigindo uma análise explicativa de suas constituições, dos agentes sociais, das relações de classe etc.

Conforme Haesbaert (2007), para alguns, a sociedade territorial estaria sendo substituída pela sociedade em rede; para outros, o território seria uma forma de organização do espaço mais tradicional; numa leitura intermediária, o território e a rede formam um binômio em que a rede pode ser tanto um elemento fortalecedor interno dos territórios, quanto um elemento que se projeta para fora dos territórios, promovendo a sua desestruturação, ou seja, sua desterritorialização.

A realidade concreta envolve uma permanente interseção de redes e territórios: de redes mais extrovertidas que, através de seus fluxos, ignoram ou destroem fronteiras e territórios (sendo, portanto, desterritorializadoras), e de outras que, por seu caráter mais introvertido, acabam estruturando novos territórios, fortalecendo processos dentro dos limites de suas fronteiras (sendo, portanto, territorializadoras) (HAESBAERT, 2007, p. 123).

Portanto, para Haesbaert (2007) a rede, tanto as funcionais, voltadas para a eficácia do sistema capitalista, quanto às simbólicas, voltadas para as territorialidades alternativas, constituem no veículo por excelência da maior fluidez que atinge o espaço e a territorialidade contemporânea: “As redes e a mobilidade que elas proporcionam são componentes indissociáveis do território, em qualquer contexto histórico” (2007, p.59).

Nesta conjuntura, para Dematteis (2008) através do estudo das relações sociais e naturais, ou seja, da territorialidade, pode-se compreender quais as potencialidades e dificuldades encontradas no território, com o objetivo de elaborar projetos de desenvolvimento que visam solucionar ou amenizar os problemas, potencializando as

principais características que há em cada território. Define a territorialidade como “relações dinâmicas existentes entre os componentes sociais (economia, cultura, instituições e poder) e os elementos materiais e imateriais, vivos e inertes, que são próprios dos territórios onde se habita, se vive e se produz” (idem, p. 34).

Claude Raffestin também destaca as redes construindo uma abordagem relacional do território evidenciando também o poder. Apreende o espaço enquanto “palco” de ações em que os sujeitos são os “atores”. Neste caso, ao se apropriar de um espaço concreta ou abstratamente o ator territorializa o espaço. O espaço é, portanto anterior, preexistente a qualquer ação. O território é uma produção a partir do espaço. O espaço só existe em função dos objetivos intencionais do ator. O espaço representado não é mais o espaço, mas a imagem do espaço, ou melhor, o território visto e/ou vivido (RAFFESTIN, 1993).

Trata-se de uma abordagem histórico-crítica, dialética - não marxista, (i) material, reticular e relacional; um discurso híbrido, pois o território, na visão do autor, é formado pelas relações de poder multidimensionais, ou seja, é constituído por um conjunto de relações sociais, tanto econômicas como políticas e culturais, efetivadas pelos indivíduos que pertencem a certo grupo social, fundamentado pela capacidade que os homens têm de transformar, por seu trabalho, e, ao mesmo tempo, pela natureza que os circunda e pelas suas próprias relações sociais (SAQUET, 2007).

Na visão de Raffestin (1993 e 2010), a territorialidade corresponde ao conjunto de relações materiais e imateriais desenvolvidas pelo ator no território.

Conjunto das relações que os homens têm com a exterioridade e a alteridade, com a ajuda de mediadores, para satisfazer suas necessidades, na esperança de obter maior autonomia. Em outras palavras, as condições de estabelecer relações aleatórias com o ambiente físico e o ambiente social, dando conta dos recursos do sistema (RAFFESTIN, 2010, p.15).

A partir de uma auto-avaliação conceitual, o próprio autor critica sua definição de territorialidade. Segundo ele, há um mediador que modifica os demais mediadores. Este mediador é a moeda que introduz na sociedade uma matemática social. “O paradoxo é que a moeda foi inventada para facilitar a fluidez, porém, atualmente, tende a criar uma viscosidade/rigidez que diminui a autonomia” (idem, p.15). No entanto, não se trata da moeda em si, mas do valor que é dado a ela frente às constantes oscilações inerentes a toda uma conjuntura de mercado e de poder.

Destarte, o poder, conforme Souza (2003), não pertence há um indivíduo isoladamente, este, somente existe, se apreendido enquanto grupo (no caso do Estado por alianças, coligações, vinculado a agentes econômicos do capital etc.). Para Raffestin (1993), a população está na origem de todo o poder, seguida pelo território ou recursos. Entretanto, na população residem as capacidades virtuais de transformação. Ela constitui o elemento dinâmico de onde procede a ação.

Explica Souza (2003) que a menção ao território, numa primeira análise, faz pensar em Estado como gestor, em fronteiras nacionais e denota sentimento de pátria. Salienta Raffestin (1993) que o território não deve ser reduzido a esta associação ao Estado, visto que, se o Estado tem o controle, os indivíduos também o têm; se os indivíduos tornam-se dependentes às ações e intervenções estatais, o Estado também dependente dos indivíduos, embora estes últimos estejam alienados aos interesses e estratégias do capital.

Vários tipos de organização espaço-temporal, de redes de relações, podem surgir diante dos nossos olhos, sem que haja uma superposição tão absoluta entre o espaço concreto com os seus atributos materiais e o território enquanto campo de forças[...] Territórios, que são no fundo antes relações sociais projetadas no espaço que espaços concretos (os quais são apenas os substratos materiais das territorialidades) podem formar e dissolver-se, constituir-se e dissipar-se de modo relativamente rápido (ao invés de uma escala temporal variável de séculos a décadas, meses ou dias), ser antes instável que estáveis, ter existência regular, mas periódica, ou seja, por alguns momentos (SOUZA, 2003, p.87).

Ressalva Saquet (2006), que o poder está presente nas ações do Estado, mas também de instituições, empresas, enfim, nas relações sociais que se efetivam na vida cotidiana, visando o controle e a dominação sobre os homens e as coisas.

As redes têm centralidade na abordagem territorial reticular proposta por Raffestin (1993). O autor as compreende “através da complementaridade existente entre a circulação e a comunicação, como fluxos materiais e imateriais, na produção do território” (SAQUET, 2006, p.02). Em Raffestin (1993), a formação do território combina sempre, malhas (projeção de limites, expressa a área de exercício dos poderes), nós (expressam os locais de poder e representam a localização dos atores) e redes (“linhas” que ligam os territórios) como uma forma de construir sua autonomia. Outra contribuição de Claude Raffestin corresponde ao que o autor denomina de processo TDR, dado, principalmente a partir de fatores econômicos.

O processo TDR (Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização) gera um espaço temporalizado decorrente da dinâmica econômica, das informações e comunicações nos preços que interligam os diferentes atores sociais.

Explica Claude Raffestin (1993), que os homens, por meio da TDR constroem e modificam o território na relação sociedade, espaço e tempo, pois cada um possui características sociais e naturais específicas. Neste sentido, faz-se necessário compreender a história, numa relação dialética, envolvendo o tempo histórico e das coexistências. Cada objeto e sujeito têm um tempo (passado, presente e futuro) que coexiste no espaço e no território.

Portanto, a TDR é um processo de relações sociais, perda e reconstrução de relações, “um refazer de territórios, de fronteiras e de controles que variam muito conforme a natureza dos fluxos em deslocamento sejam eles fluxos de migrantes, de mercadorias, de informação ou de capital” (HAESBAERT, 2006, p.122). Contudo, na des-re-territorialização, o que já existe não é extinguido, mas superado, readaptado constantemente às novas configurações territoriais (SAQUET, 2007).

É nítido o caráter relacional de Claude Raffestin: relações de poder, redes de circulação e comunicação, territorialidades, dominação de recursos naturais, entre outros componentes que indicam relações sociais entre sujeitos e entre estes com seu lugar de vida, tanto econômica como política e culturalmente (SAQUET, 2007).

Concepção similar a de Claude Raffestin é a elaborada pelo italiano Giuseppe Dematteis. Para ambos, o território é produto socioespacial, de relações econômicas, políticas e culturais ligadas por redes. Entretanto, Dematteis apresenta um caráter político vinculado aos processos de desenvolvimento a partir de uma concepção reticular, (i) material, híbrida, histórico crítica e operativa (SAQUET, 2007).

Dematteis (2008) está preocupado com a verticalidade (clima, solo, tipo de cultura), e horizontalidade (relação entre pessoas, na produção, circulação, etc.) das relações geográficas combinadas às articulações territoriais locais, às quais, o autor se refere como Sistema Local territorial (SLOT), composto por redes locais e sujeitos; ambiente local; pela interação das redes locais com o *milieu* e com os ecossistemas locais; e pela interação da rede local com as redes globais (SAQUET, 2006). A terra se torna território “quando há comunicação, quando é meio e objeto de trabalho, de produção, de trocas, de cooperação” (DEMATTEIS, 1985, p. 74 *apud* SAQUET, 2007, p.81).

Conforme explica Dematteis (2008, p.37-38), trata-se de uma modalidade de organização territorial que, com a intervenção de estímulos oportunos e com ações de

governança, podem ativar e orientar processos autônomos de desenvolvimento. Contudo, a análise *SloT* não dará certezas sobre a realidade e nem sobre a projeção do futuro e do desenvolvimento. “Serve para explorar e descrever a geografia inerente a um recurso particular, que corresponde à capacidade de auto-organização local e de agregação territorial voluntária” (idem, p.37-38), mantendo dimensão variável com mudanças e permanências territoriais. Neste contexto, o pesquisador trabalha como mediador procurando conhecer e identificar as potencialidades de cada lugar a fim de ativar as relações que faltam e os processos de desenvolvimento concentradores que impedem a sustentabilidade territorial.

Sendo assim, Dematteis (2008) compreende o território como produto social, lugar de relações, considerando as interações entre diferentes lugares e pessoas. Trata-se de uma construção social, onde há desigualdades, combinadas às características naturais e específicas de cada lugar. Por isso,

qualquer política econômica, social e cultural, que objetiva ser eficaz deve ocupar-se do território, visto não somente como produto do agir humano, mas também e sobretudo, como meio e matriz de um futuro, visando a proteção do conjunto de condições necessárias à vida (DEMATTEIS, 2008, p.34).

Compreende o território resultante de uma construção coletiva e multidimensional. Desta maneira, considera o tempo histórico, as relações multiescalares, as mudanças, os conflitos, a dominação e as tramas sociais (SAQUET, 2006). Deste modo, “para melhorar a qualidade do ambiente e da sociedade, para produzir cultura e desenvolvimento econômico, precisamos agir considerando a territorialidade”, ou seja, as “relações dinâmicas, existentes entre os componentes sociais (economia, cultura, instituições, poder) e os elementos materiais e imateriais, vivos e inertes, que são próprios dos territórios onde se habita, vive e se produz” (DEMATTEIS, 2008, p.34).

Em Saquet (2007), fica evidente a abordagem de território de Giuseppe Dematteis: espaço-temporal, relacional e multidimensional, eminentemente material, mas considerando a conexão entre objetividade-subjetividade.

Sob este viés, Saquet (2007) entende o território e a territorialização como resultado e condição de um processo histórico, em que há relações socioespaciais em diferentes níveis escalares. Por isso, espaço, tempo e território, embora sejam diferentes, como conceitos e processos do *real*, devem ser intrinsecamente abordados, explica o autor. Assim, o espaço



geográfico tem valor de uso e de troca e é elemento constituinte do território, também política e simbolicamente. Por isso, o autor julga relevante nos estudos territoriais:

a) identificar e caracterizar as mudanças/descontinuidades e permanências/continuidades (des-continuidades), considerando-se suas contradições e relações de poder nas dinâmicas econômica, política e cultural; b) a heterogeneidade como tempos (temporalidades) e territórios (territorialidades) ou as múltiplas formas e relações, em interação; c) a identidade ou traços comuns; d) as articulações territoriais, em rede, como um único movimento; e) componentes da natureza exterior ao homem, influenciando e sendo influenciados em processos territoriais (SAQUET, 2006, p.82).

Igualmente, na tentativa de compreender o conceito de “agricultura familiar” nas obras escritas sobre o Sudoeste do Paraná, devemos considerar, em cada relação,

espaço-tempo pode (m) predominar certa (s) dimensão (sões) social (ais) da constituição do território. Por isto, é importante se contextualizar os processos territoriais em cada período e lugar, em constante movimento de des-continuidades; desigualdades e diferenças, envolvendo aspectos dos domínios natural e social (SAQUET, 2006, p. 82).

Percebemos, portanto, que o território, é definido a partir de três ingredientes, as redes, o espaço e o poder sendo que o exercício do poder não é concebível sem territorialidade. Todo espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder é um território (SOUZA, 2003). A concretização do território requer, necessariamente, apropriação, dominação e controle, porque inclui relações de poder presentes nas redes de circulação, comunicação e identidade. O poder somente é materializado se apreendido enquanto grupo, neste caso, por alianças e coligações vinculadas a agentes econômicos do capital.

Sendo assim, o território diferencia-se do espaço por meio de três singularidades: “as relações de poder multidimensionais constituindo campos de força econômicos, políticos, culturais; a construção histórica e relacional de identidades; o movimento de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (TDR)” (SAQUET, *et al*, 2010, p. 56). O território é construído pelas relações de poder mediadas pelo espaço.

Com base nas considerações feitas até então, sobre tudo com base em Saquet (2007), acreditamos que o território possui duas dimensões internas de análise indissociáveis: material e imaterial. A primeira, material, faz referência à área do território, aos objetos geográficos influenciados/dominados/apropriados pelo sujeito social. A dimensão imaterial corresponde às estratégias dos sujeitos para a construção de um território, assegurando a manutenção e

expansão material; são as ações, representações espaciais, as disputas de forças com outros sujeitos, as ideologias e os discursos, posicionamentos políticos, manifestações e outras formas de imprimir o poder.

Por isso, o conceito de território, após 1970, torna-se o viés para entender a produção do espaço sob a ótica capitalista, em abordagens que procuram explicar a dominação social, a constituição e expansão do poderio do Estado-Nação, a geopolítica, a reprodução do capital, a problemática do desenvolvimento desigual, a importância de signos e símbolos como forma de controle na vida cotidiana etc. (SAQUET, 2007). Deste modo, a partir da década de 1980 há um esforço para compreender o território como movimento, relação de multiescalaridades e processualidade.

Os autores analisados abordam a territorialidade humana entendendo-a como relação social. Deste modo, o conjunto das múltiplas territorialidades que constituem o território historicamente, o configuram a fim de re-organizá-lo espaço-temporalmente, conforme as novas relações de poder e as novas formas e objetos materializados no tempo e no espaço. Deste modo, como processo de conhecimento, a Geografia constitui, em cada momento histórico, um modo de pensar e fazer Geografia.

Na história do pensamento geográfico, a Geografia se mostrou como um campo do conhecimento em que prevalecem diferentes formas de apreender os fenômenos socioespaciais. Nas últimas décadas, influenciada pelo materialismo histórico dialético e pela fenomenologia, na Geografia tenta-se superar algumas limitações analíticas. Surgem, assim, concepções mais flexíveis e críticas voltadas para as complexidades territoriais expressas entre espaço e poder. Deste modo, assim como a noção de espaço é inseparável da idéia de tempo, também a compreensão de território precisa ser indissociável do espaço, considerando que o espaço precede o território. Para tanto, o conhecimento geográfico, no século XXI, através de abordagens territoriais, pressupõe analisar o espaço a partir das relações de poder construídas em redes sociais que atuam tanto interna como externamente aos territórios.

### **CAPÍTULO III - DOIS PARADIGMAS EM QUESTÃO: OS CONCEITOS DE CAMPONÊS E AGRICULTOR FAMILIAR CONFORME O PARADIGMA DA QUESTÃO AGRÁRIA E O PARADIGMA DO CAPITALISMO AGRÁRIO**

De 1930 a 1940, a Geografia brasileira divide-se entre física e humana. Na Geografia humana, a prioridade era para os estudos econômicos, sendo a agricultura, o tema principal. Posterior a década de 1950, com a intensificação do “desenvolvimento urbano-industrial e a concretização da divisão social do trabalho colocaram a cidade e a indústria como precursores de uma nova realidade econômica” (FERREIRA, 2002, p.35). Os economistas, tais como Celso Furtado, Ignácio Rangel, Alberto Passos Guimarães e Caio Prado Junior discutem o desenvolvimento da agricultura brasileira procurando explicar as condições de atraso econômico e social, bem como a sua superação. Essa discussão implica em pensar um “deslocamento no eixo hegemônico de desenvolvimento, calcado na atividade agrícola, para um novo modelo baseado no setor urbano-industrial”. Neste sentido, a Geografia passa a discutir “o novo papel dos centros urbanos” (Idem, p. 85).

Os trabalhos geográficos sobre a agricultura até a década de 1950 podem ser enquadrados em três categorias: estudos econômicos, referente à avaliação da produção e comercialização de produtos agrícolas, examinados na forma de dados estatísticos; estudos ecológico-físicos, nos quais há análises dos condicionantes físicos: forma do terreno, clima, tipos de solo, importantes para explicar a localização dos cultivos e o uso dos recursos; estudos sobre as formas espaciais da agricultura, ou melhor, da paisagem, como resultado da ação humana (idem, p. 35).

Nos períodos seguintes não ocorrem grandes mudanças nas formas de análise, em parte devido à repressão militar pela qual o país passou. Na década de 1970, grandes mudanças revelam um objeto de estudo modificado. No final deste período, a dialética consiste no método adotado pela Geografia sob influências marxistas. Implica, sobretudo, em compreender, por meio da contradição, o desenvolvimento histórico da sociedade, propondo um movimento de superação histórico-crítico. Neste ideário, “a pluralidade da organização do pensamento e a dependência histórica são consideradas fundamentais para uma fecunda interpretação da Geografia” (CAMPOS e FERNANDES, 2011, p. 46).

O processo de modernização capitalista provoca novas formas de produzir frente à novas relações de trabalho, numa situação na qual a indústria passa a produtora de insumos para a agricultura e consumidora de bens agrícolas. Neste sentido, os geógrafos não deveriam estudar apenas os problemas de distribuição espacial da produção, “mas compreender a

estrutura espacial do desenvolvimento rural”, em termos de qualidade de vida no campo e na cidade e de acesso a terra. Neste sentido, no final da década de 1970, concomitante a emergência de uma nova perspectiva paradigmática, os geógrafos passam a estudar os movimentos sociais que surgem “em várias frentes de luta pela terra: são as lutas dos atingidos por barragens, dos posseiros contra a grilagem, dos trabalhadores assalariados e dos sem terra (MST)” (FERNANDES, 1998, p. 03).

Finalmente, na década de 1980, desenvolve-se uma Geografia direcionada para as questões sociais de âmbito nacional, alicerçada na ótica marxista, voltada para as transformações capitalistas (FERREIRA, 2002).

Neste contexto, a partir da análise do processo de superação do pensamento geográfico, entendemos que a luta de classes se manifesta espacialmente nos conflitos pelo controle e domínio dos territórios. Por isso que, o espaço e, sobretudo o território, tornam-se, na década de 1990, importantes categorias da análise geográfica, sendo estes abordados, inclusive, nas dissertações e teses escritas sobre a agricultura do Sudoeste do Paraná, com o intuito de revelar as lógicas antagônicas existentes no processo de reprodução dos territórios, sobretudo, como crítica ao processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista, por revelar-se desigual, celetista e excludente.

A Geografia agrária acompanha, de certa forma, a tendência teórico-metodológica da Geografia como um todo (ALVES e FERREIRA, 2009). Deste modo, no debate existente sobre a Questão Agrária, na Geografia, vêm se produzindo discussões e análises pertinentes e bastante significativas, principalmente com relação ao estudo do espaço do campo e da sua transformação em território. A partir da década de 1990, entender o que é o território camponês, concomitante ao território da agricultura familiar, constitui-se em importante elemento reflexivo da Geografia agrária, especialmente a partir de interpretações, objetivas e subjetivas, que articulam a (i) materialidade<sup>7</sup> dos territórios.

Sendo assim, materializam-se no campo dois territórios distintos compostos por sujeitos também distintos, mas, que, no entanto, coexistem no tempo e no espaço que o reproduzem constantemente, conforme a perspectiva de desenvolvimento baseada no paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) e/ou no paradigma da Questão Agrária (PQA) (FELÍCIO, 2006 e 2011).

Paulino (2003) trabalha esta heterogeneidade como a principal marca no campo. Segundo a autora, existem dois tipos de propriedade privada da terra opostas uma a outra: a

---

<sup>7</sup> Sobre materialidade e imaterialidade territorial ver Saquet (2007).

capitalista e a camponesa. Na primeira propriedade, a terra constitui objeto de negócio ou extração de mais-valia. O investimento na agricultura, a comercialização das mercadorias, deve assegurar um retorno monetário superior ao que foi investido (D-M-D'). Na segunda propriedade, a terra representa trabalho familiar para geração de dinheiro para a aquisição de mercadorias que não se produz, mas que são indispensáveis para sobrevivência e reprodução da família (M-D-M)<sup>8</sup>. Correspondem a dois territórios distintos que coexistem no espaço e o reproduzem constantemente a partir de perspectivas paradigmáticas diferentes.

Contudo, trata-se de temáticas que geram muitos atritos, disseminando-se mais em discordâncias do que convergências teóricas, conforme destaca Oliveira (1999, p.06): “não há como encerrá-la no mundo político, ideológico ou teórico, pois sempre haverá um novo texto para reavivá-la, ou mesmo, o devir da história para (re) ou propô-la”. “Para a disciplina, a diversidade de paradigmas contribui significativamente, pois fomenta o constante debate e questiona o seu papel frente à sociedade” (CAMPOS e FERNADES, 2011).

Nas abordagens dos paradigmas da questão agrária nos interessa a temática agricultura camponesa X agricultura familiar, de modo que possamos compreender os sujeitos de maneira intrínseca ao processo espaço-temporal e às territorialidades que emergem frente às políticas capitalistas de desenvolvimento. Entendemos que este debate lançará perspectivas importantes para que possamos, posteriormente, compreender o tratamento dos temas, nas dissertações e teses da Geografia defendidas sobre a agricultura do Sudoeste do Paraná, nosso objeto de estudo.

### 3.1. INTERPRETAÇÕES DE QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

Como nosso objetivo principal é analisar as diferentes abordagens da agricultura familiar em dissertações e teses da Geografia e não a idéia do debate paradigmático a respeito da questão agrária, o caminho que envolve sua origem, situação atual e desenvolvimento futuro será, aqui, apenas aproximado, e não extenuante, de modo que possibilite, a nós, conhecer as principais interpretações conceituais de questão agrária apreendidas pelos intelectuais, hoje considerados clássicos da literatura econômica brasileira, pela intervenção do pensamento católico e pelos economistas conservadores. Assim, nosso intuito é evitar a

---

<sup>8</sup> Sobre este tema ver Paulino (2003, p.19/20).

apreensão equivocada da trajetória do desenvolvimento brasileiro a partir da década de 1930 bem como, a superficialidade do processo histórico-geográfico de formação do campesinato e da agricultura familiar.

### 3.1.1. O que é questão agrária?

São múltiplas as possibilidades de abordagem da questão agrária em cada área do conhecimento. Diferentes interpretações podem ser feitas a partir da economia, da política, da história, da Sociologia e da Geografia, bem como, da análise da evolução das classes sociais no campo, ou do desenvolvimento das forças produtivas, ou então, do desenvolvimento das lutas e dos movimentos sociais (STEDILE, 2005).

O conceito “questão agrária” pode ser trabalhado e interpretado de diversas formas, de acordo com a ênfase que se quer dar a diferentes aspectos do estudo da realidade agrária. Na literatura política, o conceito “questão agrária” sempre esteve mais afeto ao estudo dos problemas que a concentração da propriedade da terra trazia ao desenvolvimento das forças produtivas de uma determinada sociedade e sua influência no poder político. Na Sociologia, o conceito “questão agrária” é utilizado para explicar as formas como se desenvolvem as relações sociais, na organização da produção agrícola. Na Geografia, é comum a utilização da expressão “questão agrária” para explicar a forma como as sociedades, como as pessoas vão se apropriando da utilização do principal bem da natureza, que é a terra, e como vai ocorrendo a ocupação humana no território. Na história, o termo “questão agrária” é usado para ajudar a explicar a evolução da luta política e a luta de classes para o domínio e o controle dos territórios e da posse da terra (STEDILE, 2005, p.15).

A bibliografia brasileira sobre a questão agrária é consideravelmente recente. De modo geral, oriunda de discussões acadêmicas, políticas/partidárias e sociológicas sobre os rumos da sociedade brasileira no processo de desenvolvimento econômico entre a década de 1950 até o início dos anos 1970. O debate está intimamente ligado ao processo histórico de colonização, mais precisamente às questões direcionadas ao desenvolvimento social e econômico. Neste sentido, concomitante a reflexão acerca da questão agrária, emerge o debate da reforma agrária.

A posse, a propriedade e o uso da terra são temas relevantes na análise histórica de desenvolvimento da agricultura brasileira, pois, é a partir desta abordagem, mais ampla, que

se verifica a instauração da desigualdade econômica e social no Brasil. Kageyama (1993) cita três momentos em que a definição do papel da terra foi crucial na determinação das mudanças econômicas e políticas do país:

em 1850, quando a promulgação da “Lei de Terras”, regularizando o acesso privado a terra, impediu, na prática, a população trabalhadora ter acesso à posse da terra; nos anos 1920-1930, quando as propostas “tenentistas” questionam o tipo de propriedade – o “latifúndio improdutivo” – como a base do poder oligárquico; no final dos anos 50 e início dos 60, quando o campesinato surge como ator político (ligas camponesas) tendo como bandeira de luta a reforma agrária e o fim do latifúndio, especialmente nas áreas mais atrasadas do país. Este último movimento, acoplado a outras reivindicações urbanas por reformas estruturais e reorientação do curso do desenvolvimento econômico, desembocou, como é sabido, no golpe militar de 1964, a partir do qual a questão agrária passaria a ganhar outros contornos, dentro dos limites da modernização tecnológica e da política agrícola (KAGEYAMA, 1993, p.05).

Nestes três momentos a que autora se refere, a questão agrária é, além da questão da distribuição da propriedade da terra, uma questão populacional, na qual residem as causas da pobreza e do êxodo rural. Corresponde, deste modo, a uma série de problemas e apresenta uma ligação com várias outras questões: regionais, urbanas, demográficas, ambientais etc. Para Delgado (2005), o momento da década de 1930 até o final da década de 1960, pode ser interpretado como o período clássico da Geografia rural brasileira. Neste momento predominam estudos rurais de diferenciação de áreas.

A construção teórica e política da “questão agrária” no pensamento econômico posterior a Revolução de 30 irá ocorrer de maneira mais sistemática nos anos 1960, com a própria emergência da reforma agrária ao debate político e a contribuição que em torno dela fazem quatro centros de reflexão da intelectualidade: o Partido Comunista Brasileiro (PCB); setores reformistas da Igreja Católica; a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal); e os economistas conservadores (DELGADO, 2005, p. 52).

O debate sobre a questão agrária dentro do Partido Comunista Brasileiro (PCB) ocorre na década de 1960, no campo marxista, com Caio Prado Junior, Ignácio Rangel e Alberto Passos Guimarães. Trata-se de teses divergentes que, portanto, apontam para diferentes pontos de vista da reforma agrária (DELGADO, 2005). Entre 1968 e 1978 inicia, no Brasil, uma Nova Geografia, também chamada Teorética quantitativa sobre a organização do espaço geográfico, baseada na aplicação intensiva de técnicas estatísticas e matemáticas. Já a partir

desse período ocorre a renovação da Geografia e a valorização das pesquisas humanas, cujo objeto de análise está no espaço social, criado e transformado pelo homem e nos estudos de desenvolvimento rural.

Na interpretação de Ignácio Rangel<sup>9</sup>, a questão agrária surge da transformação rápida e desequilibrada da agricultura ao passar de uma economia de subsistência para uma economia de mercado. Conforme Kageyama (1993, p. 06),

diz respeito ao processo de industrialização como um processo de passagem da economia fechada para uma economia de mercado, o que se dá com duas profundas transformações no sistema econômico: o aumento na divisão social do trabalho, implicando mudanças institucionais e tecnológicas; e uma realocação dos fatores produtivos, para viabilizar a substituições de importações.

Acontece que há um descompasso entre esses dois processos. Os novos setores da economia liberam, retém ou absorvem mão-de-obra rural de acordo com as necessidades dos agentes da agricultura ou da economia, ocasionando na questão agrária uma questão, também, populacional. A incapacidade de absorção desta mão-de-obra gera uma “superpopulação” que permanecerá, estruturalmente, em condições precárias de emprego ou ocupação (KAGEYAMA, 2003).

Embora Ignácio Rangel esteja preocupado com a superpopulação rural gerando uma questão agrária, “a reforma agrária é uma hipótese remota para o autor, visto que, pelo seu diagnóstico a expansão urbana e os mercados externos criaram uma solução alternativa para essa superpopulação rural” (DELGADO, 2005, p. 53).

Assim, para Kageyama (2003, p. 07), a definição da questão agrária em Ignácio Rangel ocorre quando o setor agrícola (visto como regulador do mercado de trabalho econômico) libera, ou não, mão-de-obra necessária para o desenvolvimento dos demais setores, ou, em determinados momentos, a libera em excesso, gerando um excedente populacional que estaria vulnerável a precárias condições de trabalho e a salários muito baixos.

Para Alberto Passos Guimarães<sup>10</sup> a origem da questão agrária está nos resíduos das relações arcaicas de produção (latifúndio feudal/colonial) associada à rigidez da estrutura fundiária. Assim, o desenvolvimento da agricultura e da economia nacional apresentaria

---

<sup>9</sup> Ver o trabalho de 1962 “A Questão Agrária Brasileira”, em que o autor apresenta um esforço de conceituação da questão agrária brasileira.

<sup>10</sup> A esse respeito, ver a obra “Quatro séculos de Latifúndio” (1963).



elementos de atraso, pelo fato da estrutura agrária apresentar restos feudais, inviabilizando a industrialização e o desenvolvimento capitalista do país.

A questão agrária confunde-se, na verdade, com o latifúndio enquanto herança feudal, cujas “relações de produção caducas” – o monopólio feudal e colonial da terra e o poder extra-econômico dos latifundiários sobre moradores, agregados, meeiros, colonos, camaradas e até assalariados que viviam à margem de quaisquer garantias legais ou constitucionais – limitam o desenvolvimento industrial e a expansão do mercado interno (KAGEYAMA, 2003, p. 08).

“Por sua vez, Alberto Passos observa o latifúndio brasileiro como uma espécie de feudalismo agrário, cuja transformação o capitalismo não realiza, mas que a reforma agrária deveria fazer” (DELGADO, 2005, p. 53).

Em Caio Prado Junior<sup>11</sup> a questão agrária aparece em dois momentos diferentes: antes e após 1964 (KAGEYAMA, 1993). O centro da análise são as relações sociais fundiárias e de trabalho no espaço rural brasileiro (DELGADO, 2005). Num primeiro momento a questão agrária confunde-se com a concentração fundiária, em que, as condições estruturais de extrema miséria da população brasileira são atribuídas ao monopólio da terra, pois impede a população de nela exercer livremente suas atividades (KAGEYAMA, 1993).

A autora ainda relata que, para Caio Prado Junior, interpretar o atraso e as brutais formas de exploração na agricultura como restos feudais, constituíam em um *erro* grave, principalmente porque,

[...] escamoteava o ponto central da questão agrária, de que a concentração fundiária, a exploração dos trabalhadores rurais, o desamparo legal e os ínfimos níveis de renda a que estavam sujeitos eram fenômenos próprios do capitalismo e era dentro deste marco que os esforços de mudança deveriam ser direcionados (KAGEYAMA, 2003, p. 09).

Sendo assim, no segundo momento, enfatiza-se nas discussões da questão agrária, às relações de trabalho.

O problema agrário é identificado com as baixas condições de vida da população trabalhadora rural causada pelos baixos salários e pela falta (ou não cumprimento) de regulamentações trabalhistas no campo [...] Caio Prado coloca no centro da questão os problemas próprios de uma agricultura capitalista, onde o mercado de trabalho já se encontra constituído (KAGEYAMA, 2003, p. 10).

<sup>11</sup> Ver as obras “A Questão Agrária no Brasil” (1979) e “A Revolução Brasileira” (1966).

Segundo a autora, a solução da questão agrária em Caio Prado, não estava numa reforma agrária generalizada e de caráter camponês, mas sim na melhoria das condições de emprego da população rural. Acreditava no assalariamento da força de trabalho do campo, “por isso destaca a tese de defesa da legislação social-trabalhista, tendo a reforma agrária um papel secundário” (DELGADO, 2005, p. 53).

Neste mesmo período, a tese Central da CEPAL “destaca o caráter inelástico da oferta de alimentos às pressões da demanda urbana e industrial” (DELGADO, 2005, p. 53). É protagonizada no Brasil a partir da contribuição de Celso Furtado, que, embora não trabalhe a questão agrária<sup>12</sup> como tema específico de análise, alguns elementos podem ser apreendidos na medida em que muitos problemas estruturais do desenvolvimento econômico brasileiro, por ele estudado, têm suas raízes na agricultura, como por exemplo, a questão da mão-de-obra e dos baixos salários, “que estariam no cerne da questão agrária” (KAGEYAMA, 1993, p.15).

Celso Furtado vê a economia capitalista como uma economia monetária, onde os fluxos de gastos/renda constituem os elementos vitais de seu funcionamento. Em cada momento da história econômica sua análise busca apreender as mudanças nos fluxos macroeconômicos (consumo, investimentos, renda) decorrentes das formas particulares que os problemas do desenvolvimento econômico assumiam e segundo as quais iam sendo resolvidos (KAGEYAMA, 1993).

Já o pensamento católico sobre a questão agrária é menos estruturado no debate teórico. Apesar de atualmente ter perdido o protagonismo na luta pela reforma agrária, foi responsável por denunciar uma realidade agrária de injustiça e exclusão social. Surge nos anos de 1950 e 1960 a partir de declarações episcopais numa tentativa de organização dos trabalhadores rurais e defesa da reforma agrária.

Nesse contexto político e social, a Igreja Católica terá importante papel<sup>13</sup> na luta política de organização do sindicalismo rural brasileiro, ao mesmo tempo em que exercerá influência na conceituação do direito da propriedade fundiária, legitimado em sua doutrina social pelo princípio da função social (DELGADO, 2005, p. 54 – grifo nosso).

Ainda no debate da questão agrária dos anos 1960, os economistas conservadores, conforme destaca Delgado (2005, p.55) negam a existência de uma questão agrária ao

---

<sup>12</sup> A esse respeito ver mais em “Formação Econômica do Brasil” (1959) e em “A estrutura agrária no subdesenvolvimento brasileiro”, incluído na “Análise do Modelo Brasileiro (1ª ed. 1972), como também em Delgado (2005).

<sup>13</sup> Para saber mais sobre o papel da Igreja Católica no período, ver Oliveira, (1986).

“desconsiderar a estrutura fundiária e as relações de trabalho prevalecentes no meio rural como um problema econômico relevante, visto que com essa estrutura agrária teriam sido adequadamente cumpridas as funções da agricultura no desenvolvimento econômico”, tais como, o fornecimento de mão-de-obra (barata) para o setor industrial; a produção e oferta de alimentos (a preços baixos); o fornecimento de matéria-prima como celulose, carvão, lenha etc. para gerar energia; a criação de mercado para os produtos industriais (máquinas pesadas, insumos específicos, adubação química etc.; a expansão das exportações; e o financiamento de parte de capitalização da economia.

Esta proposta conservadora demonstra qual a função/lugar da agricultura no desenvolvimento econômico do país no período pós Segunda Guerra mundial. Neste sentido, a agricultura não só poderia como precisaria se modernizar para continuar cumprindo com sua função clássica no desenvolvimento econômico.

Esta leitura, “tinha na figura do professor Delfin Neto, da USP, seu principal formulador e depois executor como ministro da fazenda no governo militar, de 1967 a 1973” (DELGADO, 2003, p. 83). Trata-se de uma proposta (de modernização técnica da agricultura sem reforma) que dominará o debate agrário nos anos 1970 e 1980, constituindo no caminho escolhido pelo golpe militar de 1964, em que será omitido o debate relativo à estrutura agrária (DELGADO, 2005).

Até 1964, o debate dos problemas agrários configura-se entre “às relações de produção, à estrutura fundiária e as suas conseqüências sociais, econômicas e políticas”. Neste conjunto, outros problemas que co-determinam a questão agrária também são abordados, como “as questões relativas a oferta e demanda de produtos agrícolas, seus efeitos sobre os preços, o emprego e o comércio exterior” (DELGADO, 2005, p.55).

Em síntese, enquanto características mais gerais de um longo processo de industrialização da agricultura pode-se dizer que a questão agrária no Brasil está marcada por: a) permanência do êxodo rural e redução do número absoluto de trabalhadores no campo; b) crescente aumento na produtividade do trabalho no meio rural, dadas as constantes inovações tecnológicas tanto em máquinas quanto em insumos; e c) aumento da integração e subordinação de pequenos produtores ao agronegócio com conseqüente aumento da seletividade e especialização destes produtores (CARVALHO, 2010, p. 11-12).

Ao escreverem sobre “questão agrária”, percebemos certa unanimidade por parte dos autores, em estudar o processo de ocupação do solo brasileiro. De modo geral, entendem a formação da propriedade rural brasileira como originária da colonização, fundada no

latifúndio exportador, monocultor e escravagista. Em torno desse modelo, estabelece-se a concentração fundiária e se estrutura a vida social brasileira, que, mesmo com a implantação de um sistema de técnicas consideradas modernas na agricultura, não gerou uma homogeneização territorial e nem resolveu os problemas socioeconômicos de grande parte da população. Permanece o êxodo rural, o desemprego, o trabalho escravo, a ociosidade de terras, a insegurança alimentar etc.

Contudo, ao trabalharmos com as principais interpretações de questão agrária no Brasil, percebemos que existem autores que acreditam que, no Brasil, tenha existido o feudalismo ou relações semi-feudais de produção, deste modo, o desenvolvimento do campo resultaria da extinção das relações feudais e do estímulo ao trabalho assalariado no campo dado pela luta dos camponeses contra os latifundiários. Noutra perspectiva, o campo brasileiro estaria se desenvolvendo a partir de perspectivas capitalistas e, a partir delas, os camponeses seriam gradativamente extintos, seja por não conseguirem integrar-se ao mercado, ou mesmo, pela perda das terras devido a endividamentos bancários. Deste modo, a essência da questão agrária é a relação entre camponês e capital.

Dentre as teses que predominam, alguns autores defendem que os camponeses tendem a desaparecer, pelo próprio progresso do capitalismo, tornando-se trabalhadores assalariados. Outros autores defendem que o fato do processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção ser contraditório e desigual, este não se expande de forma linear, ou seja, destruindo o trabalho familiar e criando o trabalho assalariado, mas sim criando e recriando o trabalhador camponês, assim como o trabalhador assalariado (FERNANDES, 1998, p.17).

### 3.1.2. Paradigmas, o que são?

Pretendemos, com este texto, apresentar uma pequena reflexão sobre o conceito de paradigma. Este conceito pode ser entendido a partir de uma concepção clássica ou segundo uma concepção contemporânea. Na primeira seu significado remete a um modelo, um exemplo, referente às formas e às idéias. Um conjunto de termos e elementos que podem ocorrer numa mesma posição ou contexto de uma estrutura. Esta idéia do conceito de paradigma é originária da Grécia, com Platão – Teoria das idéias. A concepção contemporânea surge com Thomas Samuel Kuhn em sua obra *A estrutura das revoluções*

*científicas*, escrita em 1992. Com ele, o conceito se destaca e adquire prestígio no meio acadêmico incluído um amplo conjunto de significados (CAMPOS e FERNANDES, 2011).

Seu objetivo era de investigar o modo no qual se apresenta o domínio científico. Para tanto, entende o conhecimento como um processo dinâmico, caracterizado por crises e superações mediadas por constantes transformações, em que o desenvolvimento da ciência não está baseada nos princípios da continuidade, mas nos mecanismos de rupturas (*revoluções científicas*). Interpreta o conhecimento científico como uma prática em meio às transformações associadas a uma perspectiva histórica.

De acordo com a leitura de Kuhn (2007), a história do desenvolvimento da atividade científica é permanentemente guiada por paradigmas de estudo. O paradigma passa por um processo que, sinteticamente, resume-se em duas etapas: *ciência normal* e *ciência extraordinária*. Na primeira, isto é, no período da —ciência normal, as pesquisas são realizadas sob a condução de um paradigma, em que a prática científica é considerada estável. De maneira acrítica, é neste período que o paradigma é consolidado, de maneira que lhe é incumbido a tarefa de resolver questões e problemas previamente definidos, denominados por Kuhn (2007) de *quebra-cabeças*. No entanto, com o tempo, em razão do próprio movimento da realidade, surgem novos e expressivos fenômenos que não podem ser resolvidos pelo paradigma vigente, chamados de *anomalias* e que ocasionam o abandono da *ciência normal*. É através da *anomalia* que é possível penetrar em novos e desconhecidos processos investigativos, elemento estrutural no processo de reestruturação da ciência. Conseqüentemente, na tentativa de preencher essa lacuna, inicia-se o segundo estágio mencionado, considerado como instável e revolucionário, denominado de *ciência extraordinária*. Semelhante à uma fase de transição e exercendo papel fronteiro entre dois paradigmas, neste momento os preceitos do antigo paradigma sofrem profundas transformações e, para Kuhn, um novo paradigma de estudo substitui o antigo, encetando o período da *ciência extraordinária* e completando o processo de *revolução* da atividade científica. O processo de desenvolvimento científico retorna ao seu período de —normalidade quando a disputa paradigmática é concluída e é cessado, em caráter provisório, o debate em torno do paradigma a ser adotado. As escolas entram em consenso quase que total, concordando ser uma delas o enfoque mais promissor, dando seqüência, mais uma vez, à *ciência normal* (CAMPOS e FERNANDES, 2011, p. 25/26 – grifos do original).

Contudo, na visão dos autores, Kuhn nega a coexistência de paradigmas – com exceção para os períodos de nascimento e crise dos paradigmas<sup>14</sup>. Sob esta visão, todo o conflito teórico-metodológico existente na Geografia definharia, pois seria aceito, a cada momento histórico, a presença de apenas um paradigma, e, conforme trabalhamos no capítulo I, a Geografia, apresenta diferentes caminhos teórico-metodológicos, marcados pela constante

<sup>14</sup> Sobre este tema ver Campos e Fernandes (2011)

superação do conhecimento. Assim como a sociedade, o pensamento geográfico não é homogêneo, mas contraditório e múltiplo. Está sempre em movimento que não pode ser limitado, por isso, apresenta momentos de rupturas e de superação. “Para a disciplina, a diversidade de paradigmas contribui significativamente, pois fomenta o constante debate e questiona o seu papel frente à sociedade” (idem, p. 30).

Na Geografia, ao estudar o espaço rural (Geografia rural/agrária e agrícola), por exemplo, é perigoso formular uma única teoria para compreender a realidade, pois o campo não é homogêneo, havendo um rural plural em cada continente. No caso do Brasil, há grandes diferenças entre as paisagens do Sul daquelas do Norte, Centro-Oeste e Nordeste e, em cada, outras diferenças evidenciam-se. A Geografia Agrária está relacionada às preocupações sociais, integradas à problemática da estrutura agrária e das relações de trabalho no espaço rural; a Geografia Agrícola ou da Agricultura, diz respeito aos problemas de produção, de mercado, de produtividade e de rentabilidade (fundamentalmente econômica); e a Geografia Rural trata das questões demográficas mais profundas, das formas de ocupação dos conflitos rurais e das condições de vida das populações rurais e dos seus problemas (ANDRADE, 1995).

Portanto, diferentes paradigmas podem coexistir, podendo retomar princípios de outros paradigmas com suas teorias, conceitos, experiências etc. Sendo assim, a partir das contribuições de Kuhn, pode-se concluir que é através da dialética e da superação das formas de pensar que o processo de construção do conhecimento geográfico deve ser encarado (CAMPOS e FERNANDES, 2011).

Nesta acepção, Felício (2006) entende que, paradigma consiste num conjunto de pensamentos, teorias e teses que procura explicar a realidade. Favareto (2006, p.14) subentende paradigma a partir da idéia de “exemplos compartilhados<sup>15</sup>”; isto é, “são os entendimentos que permitem o estabelecimento de uma linguagem e uma abordagem comum para problemas similares”.

Esta definição é particularmente útil, por chamar atenção para as idéias científicas como uma espécie de cristalização de posições a um só tempo sociais e cognitivas; isto é, como algo que se apresenta como uma visão partilhada e validada segundo os códigos cientificamente – e poder-se-ia acrescentar também, socialmente – reconhecidos como legítimos para definição e tratamento de um objeto (FAVARETO, 2006, p. 14).

---

<sup>15</sup> Favareto (2006, p.13-14) explica que Kuhn, (1980, p. 181) ao formular o termo paradigma, atribui a ele, vinte e dois sentidos diferentes, mas, que podem ser sintetizado em dois: matriz disciplinar e exemplos compartilhados. Para saber mais consultar Favareto (2006) e Abramovay (2007).

O autor salienta que, neste caso, a visão que se tem sobre o que são os espaços rurais e sobre as *leis* de seu desenvolvimento *funciona* como um organizador de práticas, ou seja, determina um campo de estudo, o qual se circunscreve por adequação ou inadequação uma série de perguntas e práticas pertinentes; legitima ainda o reconhecimento social sobre a extensão de um determinado espaço e seu lugar social; e por fim, um paradigma tende a consolidar posições em torno dele. Por isso,

há uma tendência para que um paradigma se sustente à medida que ele suporta especialidades e seus mecanismos – ramos disciplinares, revistas e publicações, encontros científicos, consultorias técnicas, o monopólio da legitimidade para poder falar sobre certa unidade do mundo social ou natural (FAVARETO, 2006, p. 14).

Fernandes (1998) sinalizou para os paradigmas que o pensamento geográfico abarca, reconhecendo sua diversidade: um debate entre quantitativistas, tradicionalistas e críticos.

Após exatos dez anos, Fernandes (2008) balizou a discussão em direção aos paradigmas que hoje estão presentes para o estudo do campo, sistematizando os estudiosos que se dedicam a esta temática em dois grandes grupos cujas posturas e interesses são distintos: o Paradigma da Questão Agrária (PQA) e o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) (CAMPOS e FERNANDES, 2011, p. 33 e 34).

Sendo assim, faremos, a seguir, um breve comentário sobre o Paradigma da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário, definidos por Fernandes (2008), pois norteiam os debates nos estudos sobre o desenvolvimento territorial rural, considerando que, a partir deles, diversas correntes apreendem um conjunto de pensamentos, teorias e teses que procuram explicar, objetiva e subjetivamente, o camponês e o agricultor familiar.

### 3.2. O PARADIGMA DA QUESTÃO AGRÁRIA

Os debates acerca do paradigma da questão agrária surgem, na Europa, no século XIX e XX (FELICIO, 2011). Neste contexto, muitos autores utilizam as leis objetivas de desenvolvimento do capitalismo apresentadas por Marx, para estudarem a expansão da agricultura no capitalismo, isto porque, “a partir de Marx a agricultura passa a ter um papel

subordinado não apenas ao capital industrial, mas ao processo geral de valorização do capital” (CORAZZA E MARTINELLI, 2002, p.20) que, concomitante a ele, passa a ser analisada a resistência e permanência das unidades de produção familiar.

Este debate é trazido para o Brasil a partir da década de 1930, concomitante às transformações ocorridas no campo, decorrentes da modernização. “Com os intensos processos de urbanização, de industrialização, de migração pela impossibilidade de acesso a terra etc., essas lutas são hoje uma questão rural e urbana” (FERNANDES, 1998, p. 18).

No mapa dos conflitos sociais: campo e cidade estão unidos dialeticamente pelos processos de territorialização do capital e de monopolização do território, pelos processos de espacialização e territorialização dos movimentos sociais na luta pela terra, na luta pela reforma agrária, na luta pelo trabalho, na luta por melhores preços etc. (Idem, p. 18/19).

Principalmente a partir da década de 1980, com os princípios da Geografia Crítica, o homem do campo e suas condições de vida despertam o interesse da História, da Geografia, da Economia e da Sociologia sobre os diferentes aspectos do desenvolvimento rural.

Nas últimas quatro décadas vários estudiosos brasileiros interessados em compreender a questão agrária, elaboraram diferentes teses sobre o processo de desenvolvimento da agricultura no contexto da formação histórica do capitalismo. Nesse período, frente as transformações recentes da agricultura, algumas teses foram superadas e outras surgiram. Por exemplo: foram superadas as teses sobre as relações semi-feudais de produção. Hoje há um consenso entre todas as correntes teóricas sobre a predominância do desenvolvimento do capitalismo. Recentemente surgiram teses que defendem a inviabilização da reforma agrária, argumentando a suposta “ociosidade da terra no Brasil”, e considerando que com o desenvolvimento da agricultura capitalista a questão alimentar estaria resolvida. Logo, os principais argumentos a favor da reforma agrária: a distribuição de terras e o aumento da produção de alimentos não teriam sustentação. Todavia, essas teses não conseguiram deslocar o eixo do debate sobre a reforma agrária (FERNANDES, 1998, p. 17).

“O que se encontra, realmente, no cerne desse debate sobre a questão agrária é a relação entre camponês e o capital, ou seja, são as perspectivas da produção familiar no processo de desenvolvimento e de transformação das relações sociais da agricultura” (FERNANDES, 1998, p. 17). O PQA está, assim, comprometido com uma visão mais crítica da realidade, “enfocando a conflitualidade inerente às relações capitalistas e não-capitalistas de produção” (CAMPOS e FERNANDES, 2011, p. 34).



Logo, “Questão agrária” difere de “paradigma da questão agrária”. A questão agrária consiste no problema estrutural engendrado pelo avanço do capitalismo no campo e apresenta pesquisas que remetem ao desenvolvimento das relações capital *versus* campesinato. O Paradigma da questão agrária (PQA) “consiste numa referência teórica construída pelos pesquisadores para compreender o desenvolvimento da agricultura a partir da questão agrária como questão estrutural” (FELÍCIO, 2011, p.151). É analisado segundo a teoria marxista, e o eixo central da discussão é a renda da terra, o processo de diferenciação e recriação do campesinato e os conflitos e conseqüências negativas decorrentes do avanço do capitalismo no campo (GIRARDI, 2008).

[...] Para o PQA, as críticas ao capitalismo ultrapassam os limites do sistema. As perspectivas do desenvolvimento territorial rural são compreendidas a partir da crítica aos modelos do modo de produção capitalista. Os estudos do PQA utilizam como referências as contradições e as conflitualidades entre relações capitalistas e as relações não capitalistas. As perspectivas de modernização procuram criar alternativas de organizações, mercados, tecnologias e outras políticas para superação da reprodução das relações capitalistas [...] (FERNANDES, 2008, p. 16).

“O processo de mercantilização que o capital instala na agricultura transforma as concepções, os valores, econômicos e culturais, as relações sociais e de trabalho através da sua divisão social e sexual” (FELICIO, 2011, p.47). Neste movimento, conforme Fernandes (2008), configuram-se dois territórios que remetem a dois sujeitos considerados diferentes, porém coexistentes no tempo e no espaço e que estão intrínsecos às políticas de desenvolvimento territorial.

A globalização com a hegemonia das políticas neoliberais provocou a emergência do conceito de território em duas direções. Pelo PCA em que o significado de território é utilizado muito próximo ao conceito de espaço ou de região, principalmente pela ausência das análises sobre as contradições e as conflitualidades [...] Pelo PQA em que o ponto de partida do território é a soberania, explicitada pela resistência à desterritorialização que acontecem por meio das políticas de desenvolvimento, evitando similitudes com o conceito de espaço [...] (FERNANDES, 2008, p. 16).

Como autores considerados clássicos do PQA, destacam-se Kautsky<sup>16</sup> (1998) e Chayanov (1974). Merecem destaque também, os brasileiros Ariovaldo Umbelino de Oliveira e Bernardo Mançano Fernandes, dentre outros. De modo geral, enfatizam análises e debates

---

<sup>16</sup> Há controvérsias em relação à abordagem e concepção de Kautsky, ou seja, sobre a sua inserção no PQA ou no PCA, porém, não faremos essa discussão por não se tratar do objeto da nossa pesquisa.

sobre “as leis de tendências do desenvolvimento do capitalismo no campo, com destaque para existência de uma classe social intermediária – os camponeses -, e as propostas de políticas públicas para os camponeses” (MATTEI, 1988, p. 995).

### 3.3. O PARADIGMA DO CAPITALISMO AGRÁRIO

Concomitante ao PQA surge no século XIX consoante ao próprio Kautsky, o paradigma do capitalismo agrário (PCA). Os teóricos que o defendem “entendem que a expansão do capital na agricultura prioriza a incorporação dos principais avanços tecnológicos e a integração na economia de mercado de todas as forças produtivas” (FELÍCIO, 2011, p.122). Diante disso, não haveria espaço para o camponês que, gradativamente, seria extinto.

No PCA, a questão agrária não é encarada sob o enfoque da conflitualidade. À este grupo de estudos, a questão agrária é tratada de maneira conjuntural sem a perspectiva de transformação dos padrões estruturais. A solução respalda-se na integração dos pequenos produtores rurais no sistema capitalista, ou seja, na pluriatividade, com a gradativa proletarização do camponês, cujo objetivo é impor um único modelo de desenvolvimento para o campo (CAMPOS e FERNANDES, 2011, p. 34).

Neste paradigma, a questão agrária consiste numa questão conjuntural, ou seja, “o problema não é o sistema capitalista, o problema é o camponês” (FELÍCIO, 2011, p. 151). Segundo este paradigma, os problemas da questão agrária, seriam resolvidos com políticas públicas de integração do camponês na economia de mercado e na sociedade de consumo. Esta perspectiva de análise é defendida atualmente por muitos autores, dentre eles José Eli da Veiga e Ricardo Abramovay.

Abramovay (1992) propõe que o camponês passe por uma metamorfose transformando-se em agricultor familiar, visto que, as mudanças ocorridas nas relações familiares de produção foram tão intensas que causaram uma descaracterização do campesinato. Aliás, a obra “Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão”, publicada em 1992, serviu para afirmar a relevância da agricultura familiar para o vocabulário acadêmico brasileiro. Através do livro,

via-se como a configuração da moderna agricultura se apoiou numa forma social de trabalho e empresa específica que é a empresa familiar,

contrariando assim duas tradições científicas e políticas muito fortes: a que sempre preconizou que o desenvolvimento generalizaria que as unidades produtivas baseadas no uso exclusivo ou predominante de mão-de-obra assalariada, e também a que, inversamente, via a agricultura camponesa como modelo (FAVARETO, 2006, p.15).

Para Felício (2011), cada paradigma contém duas correntes: o PQA é composto pela recriação e proletarização; e o PCA pela agricultura familiar e pelo agronegócio. Trata-se de um debate, explica o autor, que mantém velhos e novos elementos (mudanças e permanências territoriais) que norteiam as pesquisas entre as duas perspectivas paradigmáticas que emergem diferentes abordagens sobre a compreensão de como a modernização da agricultura no sistema capitalista tem provocado alterações nas relações sociais e naturais e, por conseguinte, acirrado novas territorialidades.

A perspectiva do capital consiste em se desenvolver procurando sobrepor seu “império” expandindo de forma absoluta o regime de trabalho assalariado, sua forma característica de relação social. Garantir a extração de mais-valia é condição de acumulação cada vez mais intensa do capital. Por essa lógica acumulativa procura destruir todas as relações capitalistas de produção. Seu jeito empresarial de fazer agricultura visa dominar as forças produtivas da vida se apoderando da diversidade da natureza pelo controle genético e pelo desenvolvimento da biotecnologia. O território do capital se caracteriza pela homogeneidade e especialização (FELÍCIO, 2011, p.218).

Já o campesinato,

consiste em se desenvolver em qualquer modo de produção sem fazer parte de sua lógica por criar a sua existência e, por conseguinte, garantir seu protagonismo. O campesinato lutou no feudalismo, permanece lutando no capitalismo e lutará em qualquer outro sistema produtivo como faz na China e em Cuba, porque ele tem seu jeito próprio de fazer agricultura. Ele ocupa o território e desenvolve todas as dimensões da vida utilizando a diversidade e a riqueza natural das florestas, rios, climas, paisagens e ecossistemas. O território do campesinato se caracteriza pela heterogeneidade e diversificação (FELÍCIO, 2011, p.218).

No PCA, como o próprio nome sugere, o desenvolvimento territorial rural é pensado a partir do modo de produção capitalista. Neste paradigma os problemas apresentados no PQA, seriam minimizados e até solucionados por meio de políticas públicas, não sendo necessário mexer na estrutura agrária do país, por exemplo.

Para o PCA, as críticas ao capitalismo não ultrapassam os limites do sistema. As perspectivas do desenvolvimento territorial rural são compreendidas a partir dos modelos do modo de produção capitalista. Assim predominam estudos em que as referências são somente as relações capitalistas. As perspectivas de modernização são para atingir modelos do sistema para as empresas, mercados, tecnologias e outras políticas tendo como referência a reprodução das relações capitalistas. O PCA analisa e cria procedimentos metodológicos para classificar as desigualdades sociais, mas não utiliza conceitos e procedimentos para estudar a conflitualidade gerada pelo confronto entre as classes sociais. Por essa razão o conceito de território no PCA é muito próximo ao conceito de espaço ou de região, principalmente pela ausência das análises sobre as contradições e conflitualidades (FERNANDES, 2008, p. 14).

Contudo, conforme Fernandes (2008), os estudiosos que discutem a problemática da questão agrária podem se classificados em dois paradigmas: O PCA que surgiu no Brasil na década de 1990 derivado da tese de doutorado de Ricardo Abramovay, publicada em 1992; e o PQA, que tem os trabalhos de Lênin e Chayanov entre as principais referências que mantém como principais elementos norteadores de análise, a renda da terra, a diferenciação econômica do campesinato e as desigualdades geradas pelo desenvolvimento do sistema capitalista de produção no campo. O PQA representa a retomada do conceito de classes sociais.

Fato é que, não se pode negar, a importância da conceituação “agricultura familiar”, pois, é a partir dela, e/ou com ela, que renascem os debates envolvendo as problemáticas da Questão Agrária (FELÍCIO, 2006) e a mobilização das famílias para resgatar os conceitos de agricultura familiar e agricultura camponesa, conforme ocorre no Sudoeste do Paraná, principalmente a partir da década de 1990, na perspectiva da agroecologia<sup>17</sup>.

Por conseguinte, o debate paradigmático entre camponês e agricultor familiar constitui, a partir da primeira década do século XXI, concomitante à questão agrária, apreendida como o conjunto de problemas inerentes ao desenvolvimento do capitalismo no campo, várias temáticas que possibilitam conhecer a heterogeneidade dos lugares: concentração fundiária; proletarização; expropriação e submissão dos trabalhadores do campo e da cidade gerando pobreza e desigualdades sociais; descapitalização do pequeno produtor; dependência aos produtos industriais; degradação do ambiente; programas de incentivo a diminuição do uso de agrotóxicos; incentivos a produção agroecológica, políticas de crédito agrícola etc.

---

<sup>17</sup> A Agroecologia é considerada resistência na produção camponesa e poderia estar associada à agricultura familiar que, atualmente, quase de modo geral, assume tecnologias e “pacotes” do agronegócio deixando de produzir alimentos saudáveis, uma vez que nela há também muitas famílias que estão em processo de resistência e mantêm saberes tradicionais, fortalecendo-os na luta pela agroecologia na produção de alimentos (SCHMITZ; et.al. 2010).

Por fim, o debate acerca dos paradigmas da questão agrária evoluem duas concepções de análise distintas: de um lado uma corrente que acredita que o desenvolvimento do capitalismo tende transformar o camponês em agricultor familiar, integrando-o ao mercado e ao consumismo, de outro lado, os que acreditam na recriação do campesinato e na continuidade das práticas camponesas.

#### 3.4. O CONFLITO PARADIGMÁTICO: AGRICULTURA CAMPONESA X AGRICULTURA FAMILIAR

A partir da apreensão das correntes paradigmáticas do contexto agrário, podemos visualizar que os conceitos de agricultor familiar e de camponês são concebidos pelos dois paradigmas de modo distinto.

Para o paradigma do capitalismo agrário a diferença entre eles está em dois aspectos: a) o camponês é sinônimo de atraso, é resquício do feudalismo, da barbárie e, por isso, tende a desaparecer com o avanço do capitalismo se transformando em agricultor familiar; b) o agricultor familiar é importante e necessário, pois, de alguma forma, ele faz parte do agronegócio.

Para o paradigma da questão agrária não há diferença entre agricultor familiar e camponês, pois, ambos são assim definidos por terem a família e o trabalho familiar por característica, pois, ao mesmo tempo em que a família é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. Contudo, o seu futuro está na superação do trabalho familiar. É preciso inventar o trabalho familiar-cooperativo e aprender a não abominar o mercado (FELICIO, 2006, p. 27 e 28).

Desde o século XIX, o destino da agricultura camponesa tem gerado diferentes interpretações entre os estudiosos que se dedicam a estudar a questão agrária. Na Europa, as correntes que indicavam seu inevitável fim, hoje talvez podem ser consideradas equivocadas, pois o campesinato não só continua existindo, como se recria no seio do próprio sistema capitalista (FERREIRA e MESQUITA, 2009).

Não se pode afirmar um destino pré-determinado para o campesinato em nossa sociedade. O destino desta classe social se define ao longo de sua própria história, a partir das posições que ela ocupa no campo de lutas que se forma em torno da questão agrária e das escolhas e estratégias que adota em face dos possíveis historicamente determinados (MARQUES, 2008, p.60).

Diante do objetivo de compreender as abordagens de agricultura familiar nas dissertações e teses da Geografia escritas sobre a agricultura do Sudoeste do Paraná, a constatação de Shanin (2005, p. 01) se torna importante, pois o autor salienta que o conceito de camponês é uma mistificação, isto é, “em qualquer continente, estado ou região, os assim designados diferem em conteúdo de maneira tão rica quanto o próprio mundo”. O autor ainda menciona que, “os camponeses não podem ser de fato compreendidos, ou mesmo adequadamente descritos sem sua estrutura societária mais geral” (idem, p.02), ou seja, separado do processo diacrônico e sincrônico. A definição “camponês”, só pode ser entendida se apreendida conforme este opera dentro do processo de conhecimento das sociedades.

Dentre distintas concepções teóricas do campesinato, há diferentes pressupostos político-ideológicos que permeiam as perspectivas de sua análise.

Principalmente a partir de abordagens do materialismo histórico-dialético ou da dialética marxista, na Geografia Crítica, procura-se compreender a territorialização do sistema capitalista e a organização dos homens em sociedade, a partir da história destes, em diferentes perspectivas espaço-temporais e experiências de vida. Assim, principalmente a partir da década de 1980, a questão agrária integra as pesquisas da Geografia passando a ser considerada instrumento para pensar o campo de maneira que seu desenvolvimento transforme também os problemas da realidade urbana.

O campo, portanto, é entendido, principalmente na perspectiva do PQA, não como espaço físico-geográfico, mas como espaço sociocultural. Segundo Vendramini (2009), a concepção de campo tem o seu sentido cunhado pelos movimentos sociais no final do século XX, em referência à identidade e cultura dos povos do campo, valorizando-os como sujeitos que possuem laços culturais e valores relacionados à vida na terra. Trata-se do campo como lugar de trabalho, de cultura, da produção de conhecimento na sua relação de existência e sobrevivência. Por outro lado, nesta perspectiva, devido às transformações que aconteceram no campo nas últimas décadas, é inegável considerar as influências externas e a integração ao mercado.

Para Girardi (2008, p.109) “a diferença entre camponês e agricultor familiar existe somente no plano técnico, pela adoção de um paradigma ou outro, pois os dois paradigmas são formas diferentes de análise do desenvolvimento da agricultura”. Na visão do autor, trata-se somente de uma opção de adoção metodológica. Neste sentido, se optarmos “por utilizar o conceito de camponês como é concebido no paradigma da questão agrária” podemos usar

“agricultor familiar como sinônimo, visto que este paradigma, não estabelece diferença entre os dois” (GIRARDI, 2008, pg. 109).

Em uma leitura atenta dos trabalhos acadêmicos pode-se observar que os pesquisadores que utilizam o conceito de agricultura familiar com consistência teórica, não usam o conceito de camponês. Já os pesquisadores que usam o conceito de camponês, podem chamá-los de agricultores familiares, “não como conceito, mas como condição de organização do trabalho”. Da mesma forma, ao se trabalhar com o conceito de camponês, pode-se utilizar as palavras: pequeno produtor e pequeno agricultor. Todavia, como existem muitos trabalhos que utilizam essas palavras como equivalentes do conceito de agricultura familiar, é necessário demarcar bem o território teórico (FERNANDES, 2003, p.19 - grifos do autor).

No entanto, Girardi (2008) comenta estar mais preocupado em explicar e buscar possíveis soluções para o trabalhador rural, que é o elo mais vulnerável dentro do sistema capitalista, do que correr o risco de entrar em contradições e convergências teóricas. Além disso, ao buscar compreender estes conceitos, as singularidades existentes no processo de desenvolvimento entre os países e as regiões devem ser consideradas. No Brasil, por exemplo, a importância social da agricultura camponesa aparece com maior importância nas regiões Sul, Nordeste e Norte enquanto que em outras regiões, como nos estados do Centro-Oeste, opera o agronegócio (GIRARDI, 2008). No entanto, tanto a agricultura de base familiar coexiste onde predomina o agronegócio, como o agronegócio opera onde predomina a agricultura familiar, tornando a modernização agrícola parcialmente ajustável às pequenas propriedades, conforme ocorre na região Sul, por exemplo, na produção de leite e na integração de aves. “Neste contexto Geografia e agricultura fundiram-se, nutrindo pesquisas que buscaram evidenciar o papel desempenhado pela atividade agrícola no entendimento e na caracterização do espaço rural brasileiro” (FERREIRA, 2002, p.17).

Neste sentido, na Geografia, preocupa-se não somente com o espaço, mas também com a conotação temporal, que a cada evento geográfico imprime uma nova configuração. “Durante séculos o camponês modificou sua forma de produção e vida, suas relações com o mercado e com a cidade, contudo, preservou suas características básicas: a produção familiar e a resistência” (GIRARDI, 2008, p.109).

Conforme salienta Braudel (2005), é difícil o pesquisador que não se atenta ao tempo histórico para dar conta de explicar a realidade a que se insere. Segundo ele, em uma pesquisa, espera-se perceber as leis estruturais a fim de desenvolver um modelo universal, que possa dar conta de explicar a realidade na sua totalidade. Entretanto, conforme salienta o

autor, os modelos têm duração variável: vale o tempo de permanência da realidade que eles registram. E este tempo é primordial porque apresentam pontos de ruptura e permanências que, para Santos (1997), não se dão de maneira isolada, mas coexistem no espaço. Sendo assim, a compreensão de Braudel (2005) indica que o tempo é necessário para analisar as obras selecionadas sobre a agricultura do Sudoeste do Paraná, a partir de uma perspectiva histórica.

Dez anos, por exemplo, é um tempo relativamente curto para verificar, compreender e explicar as mudanças e permanências estruturantes contidas nos territórios onde há relações de poder. Pensando assim, ao aprofundarmos as leituras e análises das dissertações e teses, precisaremos compreender a realidade para observá-la conforme as estruturas capazes de oferecer uma coerência na explicação dos fatos históricos, como sugere o próprio Braudel (2005).

Por exemplo, quando Altafin (2007) pesquisa a origem da agricultura familiar no final do século XX, percebemos que ela parte do questionamento: como a agricultura familiar é vista atualmente no Brasil? A autora destaca como resposta central a produção de alimentos. Partindo deste pressuposto, ela compreende a origem da agricultura familiar a partir da análise da trajetória dos produtores de alimentos no Brasil em cinco grupos: índios, negros, mestiços, brancos não herdeiros e imigrantes europeus. No decorrer do desenvolvimento econômico do Brasil, estes cinco grupos foram unificados ao conceito de camponês. A expansão da fronteira agrícola e os projetos de colonização que ocasionaram a migração da população do Sul do Brasil, de origem européia, bastante tecnificados e inseridos no mercado, resultou na formação de um segmento de novos colonos, ou seja, agricultores de base familiar. No final dos anos 1970 e início de 1980 há polarização do conceito que se divide em pequena produção integrada e pequena produção excluída da integração.

Assim, para Altafin (2007), a origem da expressão agricultura familiar nos remete à análise histórica de desenvolvimento econômico do Brasil.

Esse processo de consolidação da noção de “agricultura familiar” ganhou espaço no movimento sindical e nos espaços governamentais e acadêmicos, a partir de pesquisas realizadas por equipes da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) e do programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), em convênio com o então Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da reforma agrária e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que iniciou com avaliações e indicadores socioeconômicos de assentamentos de reforma agrária, posteriormente ampliada para outros segmentos da agricultura familiar (SAUER, 2008, p.20).



Nesta perspectiva, Favareto (2006) ressalva que a tese - *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão* – de Ricardo Abramovay, bem como de outros autores mencionados pelo autor, remete a uma atualização “dos quadros cognitivos face a evolução experimentada pela dinâmica de desenvolvimento agrícola desde o pós-guerra até a consolidação da chamada ‘modernização conservadora’ ” (FAVARETO, 2006, p.16 – grifos do autor).

Em seu livro, Abramovay propõe, como sugere o título, um novo paradigma para se compreender o desenvolvimento do capitalismo na agricultura, que tem na agricultura familiar um de seus mais importantes fundamentos. Para ele (1992, p.127), o agricultor familiar moderno corresponde a uma profissão, diferentemente do campesinato, que constitui um modo de vida. Enquanto este último apresenta como traço básico a integração parcial a mercados incompletos, o primeiro representa um tipo de produção familiar totalmente integrada ao mercado, sem apresentar qualquer conflito ou contradição em relação ao desenvolvimento capitalista. O autor salienta ainda a natureza empresarial, o dinamismo técnico e a capacidade de inovação como traços da forma contemporânea de produção familiar (MARQUES, 2008, p.62).

Sendo assim, as novas idéias apresentadas por diferentes autores no pós-guerra, “tiveram reflexos imediatos não só sobre o campo propriamente acadêmico, como também sobre o discurso de movimentos sociais e da burocracia governamental ligada à agricultura” (FAVARETO, 2006, p.16). Os estudos realizados, conjuntamente, pela FAO e INCRA, em 1994, por exemplo, ofereceram “uma tipologia das formas sociais de produção do meio rural brasileiro” (idem, p.16), definindo assim, com “maior precisão conceitual” a agricultura familiar e, estabelecendo um conjunto de diretrizes norteadoras de políticas para esse seguimento específico (SANTOS, 2008). Dois anos depois, este estudo é adotado como uma das bases do PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

Neste mesmo momento, os sindicatos de trabalhadores e suas estruturas nacionais estavam simplesmente substituindo suas bandeiras de luta empunhadas há nada menos do que trinta anos – reforma agrária e direitos trabalhistas – pela reivindicação por um projeto alternativo de desenvolvimento rural baseado na agricultura familiar (FAVARETO, 2006, p.16).

Em 1996 e 1998, lembra o autor, que uma pesquisa (CUT/CONTAG), patrocinada com recurso das instituições européias, cobrindo todo o território nacional, foi realizada a pedido das organizações sindicais de representação da agricultura familiar. Tentou-se mapear

as dinâmicas, àquele momento qualificado como meso Regionais de desenvolvimento existentes no Brasil.

Esta pesquisa mostrou um campo novo de preocupações que viria a se delinear melhor, no Brasil, na virada para o século atual: a necessidade de se entender as articulações entre formas de produção, características morfológicas dos tecidos sociais e dinâmicas territoriais de desenvolvimento; ou, na mesma direção, as articulações entre os espaços considerados rurais e urbanos (FAVARETO, 2006, p.17).

A importância de o autor ressaltar estas pesquisas é de que, nelas “a definição de agricultura familiar e as conexões entre desenvolvimento rural e dinâmicas territoriais estiveram no centro das preocupações” (idem, p. 18).

Para Sauer (2008), a expressão agricultura familiar que se fortalece no final da década de 1980 e início dos anos 1990 em meio a embates entre as esferas políticas e acadêmicas, visa romper, com as noções de alguns setores rurais que caracterizavam o agricultor de subsistência ou de baixa renda, sitiante, pequeno produtor, pequena produção, colono, caipira, meeiro, parceiro, arrendatário, posseiros e principalmente, camponeses, como termos equivalentes, mas que na realidade, como observa Rossetto (2005), apresenta duplo sentido. Compreendê-las como supostos sinônimos, pode induzir a um julgamento prévio sobre as possibilidades econômicas do segmento familiar no campo.

Deste modo, a partir das pesquisas elaboradas, segundo o censo agropecuário de 1995/96, a FAO e o INCRA classificam os agricultores familiares a partir do critério renda: consolidados, em transição e periféricos. Definem a agricultura familiar em três características centrais: 1ª) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou casamento; 2ª) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; 3ª) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza a transmissão em caso de falecimentos ou aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva (ALTAFIN, 2007).

Ao compreender a agricultura familiar a partir da trajetória dos produtores de alimentos no Brasil, na compreensão de Altafin (2007), eles estariam ligados sob uma mesma unidade: a posição secundária que ocupavam dentro do modelo de desenvolvimento do país desde sua origem. Deste modo, lembra a autora, que enquanto a grande propriedade, voltada à monocultura destinava a produção para exportação, com estímulos e garantias do

Governo, a produção dirigida para o abastecimento interno ficava à margem das políticas públicas.

Por isso que o peso do Estado na consolidação da agricultura familiar como a base social do dinamismo do setor, no que tange a perspectiva paradigmática do capitalismo agrário, é fundamental. Neste sentido, Corrêa (2000), compreende-o como agente da organização do espaço. No período militar (1964-1979), para Sauer (2008), o Estado privilegia a grande propriedade exportadora e consumidora de produtos de origem industrial, criando créditos com juros especiais e subsídios. Estas, entre outras medidas, alteram a base técnica da produção sem, no entanto, modificar a estrutura fundiária historicamente concentrada, embora ocorresse a existência de pequenas unidades de produção espalhadas pelo país, em especial nas regiões Nordeste e Sul.

Em meados da década de 1980, a partir da redemocratização política do país, retomase a organização dos movimentos do campo que pressionam o Estado a elaborar políticas que os incluam no processo de desenvolvimento adotado. Na década de 1990, a reforma agrária é reinserida na agenda política resultando na criação de diversos projetos de assentamento, e em 1995 é criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que consiste na primeira política federal de abrangência nacional voltada exclusivamente para a produção familiar (ALTAFIN, 2007) e (SAUER, 2008).

Em meio a estes processos, nas pesquisas acadêmicas, busca-se compreender o papel exercido pela agricultura de base familiar na estrutura político-econômica do Brasil e sugerir formas para inserir as parcelas ainda excluídas do processo de desenvolvimento. É nesse contexto que o termo agricultura familiar se consolida e se difunde nos diferentes setores da sociedade (ALTAFIN, 2007).

Ao lado das classificações acadêmicas, surge a delimitação formal do conceito de agricultor familiar, prevista na lei 11.326, aprovada pelo congresso nacional e sancionada pelo presidente da República em 24 de julho de 2006. Esta lei considera “[...] agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I – não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II – utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento; III – tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV – dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família” (**LEI Nº 11.326**, DE 24 DE JULHO DE 2006). Tendo em conta o atendimento de tais requisitos, inclui ainda “[...] silvicultores que cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes; [...] aqüicultores que explorem reservatórios com superfície de até 2 há (dois hectares) ou ocupem até quinhentos metros cúbicos de água,

quando a exploração se efetivar em tanque-rede; [...] extrativistas pescadores que exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e faiscaidores” (*LEI Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006*) e (*ALTAFIN 2007, p. 14*).

A delimitação legal do conceito de agricultora familiar combina critérios como o tamanho da propriedade, a predominância familiar da mão-de-obra e da renda, e a gestão familiar da unidade produtiva. Para Altafin (2007), tal delimitação é para incluir a diversidade de situações existentes no país bem como as funções da agricultura familiar na dinâmica econômica dos territórios, tais como: garantir a segurança alimentar, gerar empregos, preservação ambiental e resgatar um modo de vida que associe conceitos de cultura, tradição e identidade.

O uso do termo “agricultura familiar” no Brasil se refere a um amplo guarda-chuva conceitual, que abriga distintos tipos de situações, não apenas entre regiões, mas dentro de cada região, de cada estado, de cada município ou de um território. Conhecer e compreender as especificidades de uma dada situação concreta torna-se imprescindível para todos os envolvidos em processos de desenvolvimento sustentável. Além de bases teóricas sobre características comuns, estratégias globais e princípios gerais ao conjunto da produção familiar, é fundamental a valorização do conhecimento dos agricultores e a reflexão sobre as particularidades de cada local (*ALTAFIN, 2007, p. 15*).

Assim sendo, são variadas as concepções em relação à definição do que seja agricultura familiar, assim como, não havemos de negar, que existem agricultores familiares em diferentes estágios de reprodução social, generalizados a uma única concepção, o de agricultor familiar. Entretanto, não há consenso sobre o que seja agricultura familiar. Além disto, destacamos que há contraposição política e econômica entre agricultura familiar e campesinato.

A partir dessa contextualização é que nos propomos analisar a(s) classificação(s) de agricultura familiar tendo por base as diferentes concepções abordadas em dissertações e teses da Geografia sobre esta forma de agricultura no Sudoeste do Paraná. A partir dessa construção teórico/metodológica será possível perceber quais as formas utilizadas para concebê-la, visto que esta expressa especificidade políticas, econômicas e culturais.

## **CAPÍTULO IV - ESTUDOS QUE ENVOLVEM AGRICULTURA FAMILIAR NO SUDOESTE DO PARANÁ**

A partir da década de 1970 surgem, na Geografia brasileira, diferentes interpretações que convergem para análises críticas singulares do campo e da cidade, que passam a ser compreendidos de maneira conjunta e indissociável, constituindo espaços complementares. Muitas pesquisas tendem a explicar os interesses e conflitos territoriais gerando diferentes interpretações da realidade. Neste sentido, os conceitos e categorias utilizados tornam-se fundamentais, de modo geral, ajudam a mapear e entender as divergências sociais inerentes a cada território e estudar um modo que contribua para diminuir as desigualdades sociais. Neste contexto, na Geografia, destaca-se a abordagem territorial com interpretações do desenvolvimento, da modernização, da agricultura etc.

A proposta de estudarmos o conceito de agricultura familiar em obras da Geografia escritas sobre a agricultura do Sudoeste do Paraná parte do pressuposto de que não se trata de uma abordagem exclusiva deste território, mas que apresenta elementos espaço-temporais que auxiliam a compreender essa forma de organização social no Sudoeste do Paraná, dentre elas, o processo da TDR motivada pela política denominada *Marcha para o Oeste*, concretizada por migrantes descendentes de alemães e italianos, a grande maioria, oriundos de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Deste modo, configura-se na região uma agricultura sustentada em pequenos estratos de área (em média de até 25 hectares), em que a organização das atividades agrícolas está fundamentada no trabalho familiar e no bem-estar dos sujeitos que integram a família.

Os elementos colonização, predomínio de pequenos estratos de área e mão-de-obra familiar, constituem a base caracterizadora da “agricultura familiar” nas obras de Geografia escritas sobre a agricultura do Sudoeste do Paraná. Embora corresponda a uma abordagem que enfatize os aspectos de análise econômica intrínsecos no tempo e no espaço, revela singularidades antagônicas submetendo mudanças e permanências territoriais que implica na não homogeneização do capital frente às singularidades locais e regionais.

Neste sentido, nas teses e dissertações podemos visualizar a preocupação dos autores em estudar as características e elementos próprios territorializados em diferentes perspectivas espaço-temporais, que convergem numa delimitação paradigmática na história política de desenvolvimento do país dividindo-se em pequenos e grandes agricultores integrados total ou

parcialmente no mercado, subordinados ou não a lógica de acumulação e reprodução de capital.

#### 4.1. A AGRICULTURA FAMILIAR A PARTIR DA APREENSÃO DO CONCEITO DE TERRITÓRIO E RELAÇÕES CAPITALISTAS DE PODER NOS DIFERENTES RITMOS QUE SE APRESENTA NO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA NO SUDOESTE DO PARANÁ – A TESE DE ROSELÍ ALVES DOS SANTOS

##### 4.1.1. Estrutura da tese

Na tese defendida em 2008 “O processo de modernização da agricultura no Sudoeste do Paraná”, por Roseli Alves dos Santos, analisa-se a materialização do capital na agricultura, caracterizada pelas suas especificidades e pelos aspectos comuns à agricultura brasileira, cujo modelo de desenvolvimento agrícola constitui-se na base da revolução verde. Deste modo, a autora compreende a formação do Sudoeste do Paraná de maneira intrínseca ao modelo econômico de desenvolvimento adotado no Brasil, ou seja, a ideia de desenvolvimento econômico como sinônimo de industrialização/urbanização. Sua abordagem, ao mesmo tempo em que critica o capitalismo agrário, aponta a mobilização das famílias e de algumas entidades para resgatar o conceito de agricultura familiar tentando possibilitar maior autonomia dos pequenos agricultores familiares frente às constantes oscilações de mercado.

O objeto desta pesquisa corresponde ao processo da *modernização* da agricultura no Sudoeste do Paraná que, assim como em outros lugares do Brasil, apresenta uma paisagem diferenciada. Existem, por exemplo, máquinas modernas como colheitadeiras, plantadeiras e instrumentos rudimentares como o carroção de bois, as trilhadeiras; são estes e outros os símbolos das contradições e que, ao mesmo tempo, marcam os diferentes ritmos e as características presentes na formação territorial (ALVES DOS SANTOS, 2008, p. 18).

Conforme descreve a autora, “o Sudoeste do Paraná é, fundamentalmente, constituído por pequenas propriedades rurais baseadas no trabalho familiar. Portanto, esta análise converge para a *modernização* da agricultura nas unidades de produção” (idem, p. 18).

Contudo, existem também produtores rurais que cultivam grandes áreas, muitos dos quais utilizam tecnologias modernas na produção agrícola (ALVES DOS SANTOS, 2008).

O objetivo geral da pesquisa, da tese em questão, é compreender o processo de *modernização agrícola* e conhecer os atores que o influenciaram, seus diferentes ritmos e as principais manifestações territoriais no período entre 1970 e 2006;

procura explicar as diferentes determinações do processo e as relações territoriais a ele relacionadas. Assim, a pesquisa está organizada a partir de um referencial teórico e metodológico articulado à base empírica, procurando descrever e refletir sobre o processo de *modernização agrícola* no Sudoeste do Paraná (Idem, p. 18).

Os objetivos específicos são:

- 1) Apreender os fatores que influenciaram na *modernização agrícola* e suas variações no ritmo de seu desenvolvimento;
- 2) Discutir o que significa o processo de *modernização agrícola* no Sudoeste do Paraná: como ocorre; a quem atinge; as políticas que (des)favorecem o processo;
- 3) Verificar a atuação do Estado no processo de *modernização agrícola* no Sudoeste do Paraná (Idem, p. 19).

Para tanto, a tese está organizada em cinco capítulos.

No primeiro, é realizado um resgate histórico da lógica de ocupação dos espaços e de suas transformações territoriais. Assim, o estudo volta-se para a ocupação do Sudoeste do Paraná e a edificação do território a partir do Estado como articulador de uma rede de pessoas e da criação de infraestrutura, especialmente de transportes para circulação de pessoas e de mercadorias [...] No segundo capítulo, é realizada uma análise do conceito de moderno no Brasil e sua relação com a *modernização* da agricultura brasileira como movimento mais amplo, relacionado à idéia de progresso e de desenvolvimento econômico [...] No terceiro capítulo, são abordadas as principais políticas para *modernização* da agricultura brasileira, assim como as mudanças verificadas na base técnica [...] Nesse orquestramento, o Estado, as cooperativas e agroindustriais são atores importantes para o fomento da *modernização* [...] No quarto capítulo, é estudado o início do processo de *modernização* no Sudoeste do Paraná e as ações do Estado através da Assistência Técnica que constrói e auxilia localmente na incorporação das novas práticas e instrumentos da *modernização* da agricultura. Assim se define a primeira fase o período, entre 1960 e 1980, no qual se constituem as bases ideológicas e matérias para a modernização em um território de ocupação recente e baseado nas pequenas unidades produtivas familiares [...] O quinto capítulo compreende a segunda fase, de

1985 até o período atual<sup>18</sup>, em que se verifica a efetivação das condições locais para a *modernização* da agricultura e as implicações territoriais decorrentes. São apresentadas as permanências e mudanças que caracterizam os diferentes ritmos na constituição do território estudado. Para ilustrar o contexto analisado são utilizados dados oriundos das entrevistas realizadas com agricultores em seis municípios do Sudoeste do Paraná, verificando as principais implicações territoriais decorrentes do processo de *modernização* da agricultura (SANTOS, 2008, p. 28, 29 e 30).

É importante destacar que a autora trabalha com 27 municípios.

No mapa 01, a autora representa o Sudoeste do Paraná e o recorte espacial de estudos, constituído por 27<sup>19</sup> municípios caracterizados por pequenos estabelecimentos familiares, “com colonização efetiva recente, a partir da década de 1940 e, em sua maioria, constituídos por pessoas vindas dos estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul” (Idem, p. 19). Para demonstrar o processo de *modernização* da agricultura, Roselí trabalha com dados secundários e reportagens referentes aos municípios das microrregiões de Capanema e Francisco Beltrão obtidos junto ao IBGE, SEAB, DERAL, EMATER, MDA e SDT, como também reportagens dos jornais Tribuna do Sudoeste e O Estado do Paraná, das décadas de 1970 e 1980, referentes à introdução do pacote tecnológico no Sudoeste do Paraná. Além dos dados secundários, a autora entrevista 93 produtores de milho e/ou de soja, organizados em diferentes estratos de área distribuídos entre os municípios de Francisco Beltrão, Dois Vizinhos, Verê, Renascença, Realeza e Marmeleiro.

A opção pelos produtores de soja e milho decorre do fato de se tratar de cultivos expressivos produzidos com base na matriz tecnológica decorrente do processo de *modernização*. No caso do milho, é uma produção que ocorre há um muito tempo no Sudoeste do Paraná, para a qual se utiliza tanto tração animal quanto mecânica e seu destino é o mercado e o consumo interno realizado nas unidades produtivas (SANTOS, 2008, p. 19/20).

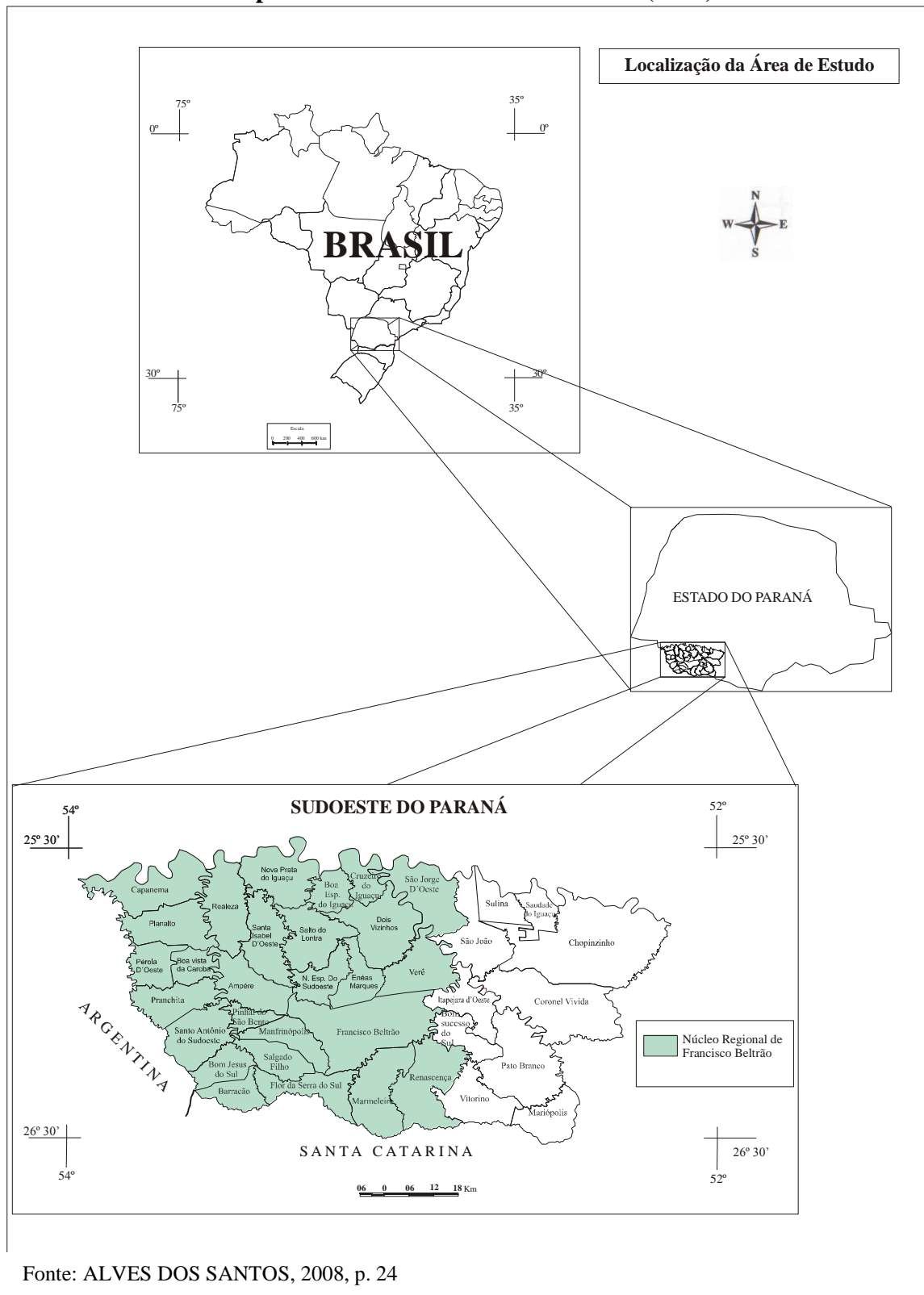
---

<sup>18</sup> Lembrando que os dados apresentados na tese remetem até o ano de 2006.

<sup>19</sup> A mesorregião do Sudoeste Paranaense é uma das dez mesorregiões do estado do Paraná. Além das duas microrregiões (Capanema e Francisco Beltrão) trabalhadas pela autora, o Sudoeste paranaense é formado por outras duas (Pato Branco e, mais recentemente, Palmas) totalizando 42 municípios.



**Mapa 01: Recorte de estudo de Santos (2008)**



Apresentada a estrutura da tese, isto é, objeto de estudo, objetivos (geral e específicos) e procedimentos metodológicos, passamos a analisá-la procurando os principais elementos

que nos possibilitem identificar sobre que abordagem Roselí constrói seu pensamento e quais são os principais autores e conceitos trabalhados por ela ao estudar o processo de modernização da agricultura no Sudoeste do Paraná.

#### 4.1.2. Análise da tese

Logo percebemos que trata-se de uma abordagem territorial histórico-crítica. Os conceitos de espaço e território, principalmente o de território, adquirem centralidade; a autora utiliza o poder e as redes para analisar o desenvolvimento capitalista e as conseqüências da modernização para a agricultura regional, predominantemente caracterizada por pequenos estratos de área com topografia acidentada e a mão-de-obra proveniente do núcleo familiar.

Segundo escreve Roselí Alves dos Santos, quando se pretende analisar a partir de uma base geográfica o processo de modernização agrícola seus diferentes ritmos e implicações territoriais, é imprescindível compreender o conceito de território. Para ela, “o território não é um espaço pronto, acabado, definido e imutável; ao contrário, é um espaço em constante processo de transformação/superação, que vai sendo constituído a partir das relações que nele se estabelecem” (Idem, p. 23).

O território expressa uma relação direta entre poder e sua configuração e materialização espacial. Logo, os territórios são construídos, desconstruídos e muitas vezes superpostos, sempre envolvendo determinados espaços. Assim, espaço e território não são sinônimos, conforme afirma Raffestin (1993), mas se complementam e se sobrepõem (SANTOS, 2008, p.26).

O debate sobre o processo de modernização da agricultura, na visão de Santos (2008), indica dois lados para o qual se direcionam os projetos de desenvolvimento do campo. De um lado, o agronegócio relacionado diretamente com a grande propriedade e a agricultura patronal. De outro, a agricultura familiar, na qual se produz com base no trabalho familiar, integrada, ou não, ao mercado. Contudo, cabe destacar que a autora não nega “a modernidade nem os seus benefícios; o que se procura fazer é uma reflexão no sentido de compreender o seu papel na formação territorial e, assim, questionar os problemas desencadeados a partir desse processo” (idem, p.18). Para tanto, entende que é necessário conhecer os atores (homens

e mulheres) que influenciaram os diferentes ritmos e as principais manifestações territoriais dadas entre 1970 e 2006, visto que “a *modernização* da agricultura, da forma como foi conduzida, no Sudoeste do Paraná, é incompatível com as pequenas propriedades e, embora esteja territorializada, significa uma forma de subordinação do agricultor familiar à lógica excludente e concentradora do capital” (idem, p.19). Para tanto, utiliza dados secundários obtidos junto ao IBGE, SEAB, DERAL, EMATER, MDA e SDT, como também reportagens dos jornais “Tribuna do Sudoeste” e “O Estado do Paraná”, das décadas de 1970 e 1980, referentes à introdução do pacote tecnológico no Sudoeste do Paraná.

No capítulo 01, a autora aponta importantes aspectos do processo de colonização, que para ela “relembra uma rede de articulações locais e internacionais, materializando-se em um território constituído por pequenas propriedades e com uma identidade baseada na agricultura familiar” (p.116). Observa como os diferentes atores sociais, ou seja, os caboclos e os migrantes (vindos, na maioria, de Santa Catarina e Rio grande do Sul), o Estado e os comerciantes locais estabelecem suas tramas de relações para se territorializar no Sudoeste do Paraná. As redes constituem, neste sentido, as conexões que marcam e demarcam o território.

Elas são estabelecidas a partir da materialidade e da imaterialidade que interligam os territórios, por intermédio, como destaca Raffestin (1993), da circulação e da comunicação. Estão sempre presentes, assumindo diferentes arranjos, de acordo com as características de cada sociedade. A expansão da tecnologia no campo quantifica o processo de mudanças, imprime *novas* feições, *novos* ritmos e formas. A evolução técnica provoca mudanças que alteram a atuação dos diferentes atores inseridos e/ou excluídos deste espaço, torna a comunicação instantânea e global, une e separa estes sujeitos no mundo (idem, p.39).

Por conseguinte, compreende o campo como território de homens e lugar de vida com desigualdades e diferenças. Explica que,

se existe um espaço rural no qual se desenvolvem as relações capitalistas, pode-se ensejar a existência, também, por parte de muitos atores do campo, de outra concepção, deste como espaço e modo de vida singular, mesmo em uma sociedade que promova a supervalorização do urbano, utilizando-o como sinônimo de moderno (idem, p.60).

A partir da associação “indústria e progresso”, se expande no Brasil, sobretudo na década de 1940, a ideologia do moderno, centrada no processo de industrialização. Nessa perspectiva, o ideal “moderno” conduz a um processo revolucionário. A modernização brasileira, centrada na indústria, provoca profundas alterações nas relações produtivas e no

ideário de vida diária, no campo e na cidade. Nessa perspectiva, o desenvolvimento não é exógeno, mas decorre de um processo interno que, ao mesmo tempo, é local e internacional. Por conseguinte, a idéia de desenvolvimento traduz formas de poder que atuam de maneira articulada seja entre as diferentes dimensões (EPCN) ou entre as formas de poder materializadas nas diversas formas de organizações políticas e territoriais.

Sob esta lógica, a autora, nos capítulos 02 e 03, procura compreender os diferentes contextos que valorizam o moderno no Brasil, e suas implicações, na adoção da modernização agrícola que, na atualidade, se expressa no agronegócio, considerado por muitos como sinônimo do desenvolvimento agrário. Para tanto, destaca que,

*a modernização e o modelo de desenvolvimento brasileiro são contraditórios e expressam a idéia de modelos, tencionando para uma homogeneização territorial, o que pode provocar um desenvolvimento desigual ou um não desenvolvimento. Em outras palavras, a modernização para ser considerada como um mecanismo do desenvolvimento deve servir para ampliar a liberdade das pessoas, o que implica em melhores condições econômicas, maior liberdade política e também garantia da preservação da identidade cultural e das condições ambientais [...] Assim, a ampliação das liberdades é o caminho prioritário para o desenvolvimento, porém essa não resulta de um processo natural, e sim de algo a ser construído e planejado (SANTOS, 2008, p.66).*

Considerando os aspectos de territorialização na região, dada recentemente concomitante às políticas de desenvolvimento para o Brasil “baseado na perspectiva urbano-industrial, viabilizada por um suporte político e cultural de mudanças de valores e materializado por um processo de modernização das relações sociais e produtivas”, abordados por Santos (2008, p. 59), entendemos os agricultores familiares do Sudoeste do Paraná como sujeitos sociais que buscam condições estruturais para melhorar suas condições econômicas, políticas e sociais, seja a princípio com a migração ou atualmente com a integração às empresas relacionadas ao agronegócio, como a Sadia e a Perdigão, que agora estão fundidas.

Perece-nos que é, também, neste contexto, que a autora procura refletir sobre os indicadores da modernização da agricultura na formação do território e os problemas desencadeados a partir desse processo nas pequenas unidades de produção familiar criticando o modo como a (CITLA), as cooperativas agrícolas e o Estado (por meio da CANGO, do GETSOP, ACARPA/EMATER e Banco do Brasil) operam para gerar lucros e ampliar seu poder de dominação e manipulação dos agricultores familiares.

Neste sentido, a autora enfatiza que o uso de técnicas/tecnologias modernas pode até possibilitar algumas mudanças na qualidade de vida, mas acima de tudo, precisa implicar no

aumento e na consideração da identidade local, no estabelecimento de mecanismo que aumentem as redes de interlocuções e informações, por isso precisa combinar liberdade, ação do Estado, ações locais e planejamento territorial. Por estes motivos a autora entende que desenvolvimento não é sinônimo de crescimento econômico e nem moderno sinônimo de desenvolvido.

Nos capítulos seguintes e finais, a autora visa compreender as ações do Estado no processo de modernização da agricultura no Sudoeste do Paraná e seus desdobramentos recentes. Opta por utilizar como referência a produção de trigo, feijão, arroz, soja e milho, pois, segundo ela, correspondem aos produtos que empregam no preparo da terra, no plantio e na colheita, instrumentos indicadores da *modernização* tecnológica, caracterizadores da *revolução verde*: crédito agrícola, máquinas (tratores e colheitadeiras), implementos (arados, plantadeiras, grades etc.), fertilizantes (fungicidas, herbicidas, pesticidas etc.), adubo químico, envolvendo as cooperativas agrícolas (aquisição e comercialização de produtos, inclusive crédito) etc. Todavia, trata-se também de produções que, em muitas unidades familiares, empregam o trabalho familiar braçal, o mutirão, o arado de tração animal, a plantadeira manual, o carroção de boi etc.

A autora ressalva que, principalmente na produção de milho, a realidade do Sudoeste paranaense tem demonstrado que as técnicas utilizadas para plantação, colheita e beneficiamento das espigas não são, necessariamente, decorrentes do “pacote tecnológico”, bem como o destino da produção que, em muitos casos, é voltado para o autoconsumo na forma de farinha, insumo ou ração animal. Outro aspecto abordado é a adaptação do trator para outras práticas na propriedade, dentre elas a pecuária leiteira.

A partir do exposto, verificamos que a autora, na análise do processo de *modernização* da agricultura no Sudoeste do Paraná, faz, principalmente, duas divisões: o período da década de 1960 até 1980, que compreende a primeira fase enraizada na colonização efetiva do território, quando se inicia a construção das bases ideológicas e materiais; a segunda dá-se a partir da década de 1980, quando se efetivam as condições concretas para a consolidação da *modernização* agrícola. Contudo, é a partir da década de 1960 que as terras no Sudoeste do Paraná são transformadas em propriedade privada, e adquirem o caráter de mercadoria. “É sobre essas propriedades que se constrói o arcabouço teórico e prático para a introdução de uma forma específica de produção, baseada em técnicas modernas” (SANTOS, 2008, p.116), sustentada numa estrutura fundiária em que os pequenos estratos de área representam a maioria tanto em quantidade de estabelecimentos quanto em área total.

Analisemos os dados apresentados pela autora, na tabela 01, referente à estrutura fundiária do Sudoeste do Paraná no ano de 1995/96.

Tabela 01 - Estrutura fundiária do Sudoeste do Paraná - número de estabelecimentos e área em hectares (ha) – 1995/96.

	Estabelecimentos	Área
Menos de 10	15.972	89.226
10 a menos de 20	10.270	147.518
20 a menos de 50	6.865	204.086
50 a menos de 200	1.792	152.396
200 a menos de 500	219	65.182
500 e mais	46	40.790
Total	35.164	699.198

Fonte: SANTOS, 2008, p.169.

Se somarmos os estabelecimentos até 50 hectares e dividi-los pela quantidade de área obteremos uma média de 13,3 ha para cada estabelecimento, o que caracteriza uma pequena propriedade onde as atividades são realizadas com base no trabalho familiar. Pois bem, no segundo capítulo verificamos que o desenvolvimento, na perspectiva do PCA, é consequência da introdução de tecnologias e da aplicação de conhecimentos científicos na agricultura. Logo, na visão teórica do PCA, agricultor viável é aquele que pode ser classificado como moderno, sendo este referência para os demais. Além disso, o uso de técnicas modernas, conforme o PCA inviabiliza economicamente a pequena propriedade e, portanto, esta, a partir do desenvolvimento da agricultura patronal, tenderia a desaparecer. Porém, conforme bem observa Santos (2008), os dados apresentados na tabela contrariam a teoria apresentada pelos teóricos do paradigma do capitalismo agrário. Percebemos, portanto, conforme algumas correntes do PQA, que a agricultura familiar herdou do campesinato não só o principal elemento que a caracteriza, mas a capacidade de resistir e adaptar-se aos diferentes modelos de produção. Isto denota que precisamos manter um posicionamento histórico-crítico se quisermos compreender a materialização da agricultura familiar no Sudoeste do Paraná.

A modernização agrícola no Sudoeste do Paraná corresponde, portanto, a um processo heterogêneo marcado por contradições. Esta, ao mesmo tempo em que marca os diferentes ritmos e as características locais, caracteriza as permanências territoriais abordadas como uma possível resistência do agricultor familiar à submissão do capital, mas também pode produzir a sua integração ao mercado.

Para tanto, no quadro 02, sintetizamos a análise da autora referente à organização territorial da agricultura familiar a partir de conceitos, principalmente, sobre território e as

relações capitalistas de poder, mostrando os diferentes ritmos que se apresentam no processo de modernização, sobretudo em relação à agricultura familiar.

A partir da compreensão dos conceitos de território, espaço, modernização e desenvolvimento a autora verifica a reorganização história do território que, da produção para autoconsumo presente no início da colonização, principalmente no caso dos primeiros povoadores da região denominados “caboclos”, é substituída paulatinamente pela produção de mercadorias, seguindo a lógica de desenvolvimento do capital, sob a qual, o valor de uso é subjugado ao valor de troca. Desta forma, a autora entende que o capital é um elemento estrutural do território, da sociedade e da lógica que o organiza e o reorganiza em nível mundial. Talvez por isso, não se visualiza na obra, uma conceituação explícita de agricultura familiar para além da caracterização econômica.

Logo, a autora configura a agricultura familiar regional, a partir dos seguintes aspectos: domínio de pequenas propriedades sustentadas ao longo do tempo, sob a base de produção familiar, as quais visam sobreviver a partir da integração no mercado materializado na paisagem a partir da inserção do capital camuflado nas políticas de expansão do agronegócio. No entanto, os processos de exclusão e inclusão dos diferentes atores sociais em um sistema global, permitem repensar o espaço composto por nós, malhas e redes. Um espaço constituído pela modernização agrícola, por pequenas propriedades, pobreza rural, esvaziamento das pequenas cidades, subordinação do trabalhador às agroindústrias, diversificação industrial etc.

A agricultura familiar comporta diferentes níveis de produtores, mas a maior parte destes possui pequenas parcelas de terras. Nelas são produzidas as lavouras temporárias, especialmente as de milho e as de soja, que não possibilitam capitalização desses pequenos agricultores mercantis. Também, encontram-se a produção de fumo, integrada as fumageiras e a criação de aves e porcos em sistema de integração com agroindústrias, especialmente a Sadia. A produção leiteira vem destacando-se como alternativa de renda; assim como a produção em sistema de agro-florestas, de árvores frutíferas, a produção para o autoconsumo e a produção orgânica. Entretanto, essas alternativas são bem menos abrangentes que o cultivo de soja e milho (SANTOS, 2008, p.225).

Quadro 2 – Compreensões de Geografia, território, espaço, agricultura familiar, modernização e desenvolvimento na tese de Roselí Alves dos Santos (2008)

<b>Principais referências</b>	<b>Geografia</b>	<b>Território</b>	<b>Espaço</b>	<b>Agricultura Familiar</b>	<b>Modernização e desenvolvimento agrícola</b>
Benetti (1985) Boneti (2005) Delgado (1997) Faoro (1992) Fausto (1981) Fleischfresser (1988) Gonçalves neto (1997) Hespanhol (1999) Kautsky (1980) Lazier (1986) Maack (1968) Martine (1991) Martins (1981, 1986, 1991) Mattei (2007) Navarro (2001) Oliveira (1981, 1989 e 1990) Prado jr. (1986) Raffestin (1993) Rückert (2003 e 2007) Santos (1997) Saquet (2003, 2005 e 2006) Sauer (2000) Sen (2000) Serra (1989) Thomaz jr. (1997) Veiga (1996, 1984, 2000)	Histórico-crítica	Entende o território a partir das relações de poder (EPCN) desiguais e combinadas que se constroem em redes de comunicação e circulação que atuam interna e externamente (ao território).	Definido por relações econômicas, políticas e culturais; uma dimensão espacial limitada à delimitação oficial de região.	Os fluxos migratórios originam as pequenas propriedades nas quais se processa a produção através do trabalho da família, com uma estrutura em rede de ação mais local, explorando a troca de serviços, de sementes e de informações nas organizações próximas. É, ao mesmo tempo, resultado de um processo histórico de articulações de poder, estruturado a partir de uma concepção de desenvolvimento, que se repercute territorialmente. É entendida a partir da caracterização de dimensões econômica (mão de obra da família estruturada em pequenas parcelas de terra), política e cultural (transição técnica e cultural) precedidas e procedidas por mudanças políticas, econômicas, culturais e ambientais. Trata-se de uma abordagem baseada nos princípios do PQA, mas que utiliza definições sustentadas no PCA (INCRA/FAO).	Entendida como industrialização, urbanização e utilização de insumos tecnologicamente avançados e a mecanização produtiva. A partir do uso de insumos (fertilizantes, defensivos, sementes melhoradas geneticamente, corretivos do solo e combustíveis líquidos); e de máquinas industriais (tratores, colheitadeiras, equipamentos de injeção etc.); utilização de financiamentos e políticas governamentais de crédito agrícola. O desenvolvimento não é exógeno, mas decorre de um processo interno que, ao mesmo tempo, é local e internacional dado a partir do aumento da produção, da renda bruta, da industrialização ou mesmo da modernização técnica sob constantes intervenções políticas. Faz uma análise crítica desse processo, demonstrando desigualdades (ritmos) ocorridos no Sudoeste do Paraná.
Fonte: SANTOS, 2008 Organização: ABRÃO, Joice A. A., 2011.					



De modo geral, a partir de uma política nacionalista, no Brasil, concomitante à formação territorial do Sudoeste do Paraná, o desenvolvimento setorial capitalista pretende homogeneizar os territórios sem respeitar as dimensões políticas, culturais, econômicas e ambientais inerentes em cada território.

Neste sentido, Santos (2008), a partir de diferentes referências, conforme apresentamos no quadro 02, identifica uma correlação de forças que, dialeticamente, através de diferentes relações de poder, constroem e/ou destroem os territórios, gerando um constante processo de TDR onde se efetiva a presença de índios, caboclos, migrantes, CITLA, cooperativas agrícolas e do Estado por meio da CANGO, do GETSOP, da ACARPA/EMATER e do Banco do Brasil.

Santos (2008) não utiliza a expressão camponês, mas cita algumas marcas que os caracterizam: o trabalho em mutirão, o trabalho coletivo na terra, a preservação ambiental, entre outras, isto porque o número de migrantes vindos para o Sudoeste do Paraná que eram camponeses é bastante expressivo. Migraram por não conseguir se reproduzir biológica e socialmente no seu lugar de origem.

Nesse sentido, algumas marcas desse processo podem ser visíveis, como as pequenas propriedades que ocupam áreas de topografia mais acidentadas, enquanto que, de modo geral, as grandes propriedades se localizam em áreas mais planas (SANTOS, 2008, p.38).

A autora constata que, anterior a ocupação pelos migrantes, no Sudoeste do Paraná, os índios e caboclos atribuíam valor a terra à medida que dela extraíam recursos para sua sobrevivência. A terra era concebida como fator de produção e não como mercadoria. Não existia patrimônio privado e nem a exploração predatória. No entanto, é com a modernização, apoiada pelo Estado, através do crédito rural, da assistência técnica, que se introduz e fortalece no Sudoeste uma prática mercantil, presente desde a sua ocupação efetiva. A mudança baseia-se na forma de produzir, nas condições e instrumentos para a produção e nos agentes comerciais.

Nesse sentido, a colonização do Sudoeste do Paraná materializa a existência de pequenas propriedades produtoras de alimentos com base no trabalho familiar, ao mesmo tempo em que atende a uma lógica de planificação estatal de ocupação de partes do Brasil. Há um processo histórico e relacional que caracteriza e condiciona a vida. A atualidade acirra e desnuda a contradição da forma de produção com técnicas antigas, paralela àquelas de cunho moderno, com utilização de alta tecnologia que revelam os ritmos que se combinam e dão formas a esse território (SANTOS, 2008, p.39).

Contudo, a autora trabalha com a definição de agricultura familiar apresentada pelo INCRA/FAO mesmo esta não expressando o dinamismo político e cultural da agricultura familiar sudoestina. Assim, utiliza o conceito de agricultura familiar por ser a forma corrente de dominação da organização agrícola do Sudoeste do Paraná.

Para a autora, o modelo econômico capitalista adotado no Brasil e imposto aos agricultores do Sudoeste do Paraná centrado na política de crédito subsidiado, mostrou-se limitado em sua capacidade de promover o desenvolvimento em bases sustentáveis. Neste sentido Roselí destaca o projeto Vida na Roça<sup>20</sup> desenvolvido de 1996 a 2007, na Comunidade de Jacutinga no município de Francisco Beltrão, além de outras comunidades do município e a partir de 2001 no município de Dois Vizinhos. O projeto trata de uma alternativa de renda e qualidade de vida aos agricultores através da manutenção do homem no campo, motivado, consciente e procurando desenvolver alternativas pautadas na agroecologia e na produção limpa. A partir de um coletivo buscam novas perspectivas de produção, renda e qualidade de vida, principalmente porque a transferência da riqueza da agricultura para a indústria, através do uso intensivo de insumos industriais e da mecanização cada vez mais intensa força muitos trabalhadores empobrecidos na agricultura, ou então seus filhos a procurarem emprego nas cidades.

Verifica a autora que, a modernização conservadora e excludente da agricultura impulsionada pelo Estado brasileiro, a partir da aliança estratégica com os grandes produtores rurais e com o setor agroindustrial, marginalizou milhares de agricultores familiares do processo produtivo, visto que esta estratégia de modernização tecnológica da agricultura no Brasil não ocorreu acompanhada da modificação da estrutura agrária, pelo contrário, ampliou a concentração fundiária através da exclusão dos agricultores familiares do campo (êxodo rural).

Em outras palavras, a *modernização* para ser considerada como um mecanismo do desenvolvimento deve servir para ampliar a liberdade das pessoas, o que implica em melhores condições econômicas, maior liberdade política e também garantia da preservação da identidade cultural e das condições ambientais. O campo e a cidade como espaços complementares.

Em síntese, para a autora, no Sudoeste do Paraná, coexistem diferentes ritmos na sua constituição, mostrando faces modernas e rudimentares. Assim, o território é composto a

---

<sup>20</sup> Sobre este assunto ver “Projeto vida na roça: vivenciando e refletindo sobre as bases do desenvolvimento do campo”, 2002.

partir de outros territórios, como o da agricultura moderna, da agricultura rudimentar, das agroindústrias integradoras, da produção leiteira, enfim territórios sobrepostos cujas relações que o consubstanciam, lhe dão especificidades. Através da temática, a autora caracteriza o Sudoeste do Paraná como um território da agricultura familiar, o qual se estrutura a partir de diferentes relações de poder, em destaque os processos econômicos. Entretanto, leva-nos a entender que sua origem deve-se aos conflitos econômicos e políticos inerentes ao desenvolvimento da urbanização/industrialização do território brasileiro, onde as pequenas propriedades passam a produzir para atender a demanda interna de alimentos e com isso diminuir a importação de gêneros de subsistência, enquanto que os latifundiários recebem aparato do Governo para gerar produtos de exportação.

Mesmo estando à margem das políticas de desenvolvimento, os pequenos agricultores estão inclusos, isto é coexistem ao processo de modernização, porém, o ganho econômico muito baixo não permite que possam capitalizar-se e melhorar significativamente as condições de vida. Por isso, a crítica à modernização da agricultura elaborada por Santos (2008) não se refere ao avanço tecnológico, manifestado através das tecnologias desenvolvidas, mas à execução destas por meio do pacote tecnológico que se impõe sobre o território desconsiderando as suas especificidades em detrimento da lógica de ampliação do capital (comercial, industrial e financeiro).

Por isso, algumas tentativas, que a autora denomina de interlocutores, vêm sendo realizadas no Sudoeste do Paraná com a ASSESOAR, o sistema CRESOL, a CLAF e as Cooperativas de Comercialização da Agricultura Familiar Integrada (COOPAFIs), para os quais há o desafio de uma inclusão dos agricultores familiares no mercado e, ao mesmo tempo, garantir as condições de valorização da cultura e das identidades locais.

A ASSESOAR, por exemplo, apresenta um projeto consubstanciado na agroecologia. Neste contexto, o conceito de território apresenta-se como uma contribuição indispensável, para pensar um desenvolvimento que compreenda os diversos tempos e as diferentes dimensões sociais da vida, incluindo as funções da agricultura familiar na dinâmica econômico-social dos territórios, tais como: garantir a segurança alimentar, gerar empregos, preservar o ambiente e resgatar o modo de vida que associe conceitos de cultura, tradição e identidade. O que significa uma “re-significação” da agricultura familiar, não vista como um setor, mas como uma dimensão territorial.

Para essa re-significação é preciso uma re-estruturação na matriz tecnológica, de forma a respeitar a identidade do território. Assim, as novas

tecnologias devem valorizar as características locais, os elementos de identidade territorial, fomentar o desenvolvimento em sua multidimensionalidade, ter custo compatível com a realidade da agricultura familiar e não ser uma fonte canalizadora de recursos da agricultura familiar para outros segmentos. Nesse processo, é também inegável o papel desempenhado pela assistência técnica. Essa, prestada pelas cooperativas e empresas ligadas ao ramo de comércio de insumos químicos, precisa ser substituída por um sistema de ATER (cooperativas, empresas agropecuárias e Estado) comprometido com tal desenvolvimento. E como o pensar territorial exige maior transparência e conhecimento, o processo de formação e informação é fundamental, para que se possa haver participação dos atores locais nas tomadas de decisões e definições de prioridades para o desenvolvimento territorial (SANTOS, 2008, p.227).

Não obstante, salienta a autora que é preciso que se instaure, de fato, uma agricultura moderna, porém que não represente apenas mudança na base técnica de produção, mas que gere condições efetivas de melhoria da qualidade de vida das pessoas que permanecem no campo, preservando a sua autonomia e gerando maior empoderamento aos agricultores familiares.

A tese “O processo de Modernização da agricultura no Sudoeste do Paraná” de Roselí Alves dos Santos demonstra (de maneira geral), a heterogeneidade da agricultura no Sudoeste do Paraná, que, por sua vez, apresenta especificidades políticas, econômicas, culturais e naturais. Aspectos importantes e necessários que devem ser apreendidos de maneira conjunta ao analisar as diferentes interpretações, nas teses e dissertações, do que seja agricultura familiar no sudoeste paranaense.

Observamos no decorrer dos três capítulos, ora apresentados, que a Geografia busca na totalidade dialética, um elo espacial e um elo temporal, em que ambos estabelecem a unidade espaço/temporal. Isto implica, sobretudo, em compreender, por meio da contradição, o desenvolvimento histórico da sociedade, propondo um movimento de superação histórico-crítico.

## 4.2. SINDICALISMO RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR EM FRANCISCO BELTRÃO/ PR - A DISSERTAÇÃO DE LIZANDRA PIRIN

### 4.2.1. Estrutura da dissertação

Na dissertação defendida em 2006 por Lizandra Pirin elaborada junto ao programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina, intitulada “Sindicalismo rural e agricultura familiar no município de Francisco Beltrão - PR”, analisa-se as transformações ocorridas no sindicalismo rural brasileiro a partir da conjuntura histórico-econômica do país. Neste movimento, a autora realiza um estudo de caso no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Francisco Beltrão – PR, compreendendo o sindicalismo rural na região, concomitante aos conflitos sociais gerados pela política de expansão da fronteira econômica. Em sua abordagem, ao mesmo tempo em que apreende a materialização do capital na agricultura criticando o capitalismo agrário, enfatiza a origem da sindicalização rural no Brasil e a atuação direcionada de entidades comprometidas com as necessidades dos agricultores familiares, reivindicando por políticas de crédito e comercialização. Nesse sentido, a agricultura familiar no Sul do país, articula-se em torno da FETRAF-SUL/CUT. “Essa entidade, ligada à Central Única dos Trabalhadores, toma o lugar das federações estaduais de trabalhadores rurais nos três Estados do Sul” (PIRIN, 2006, p. 02).

Assim sendo, Pirin (2006) objetiva,

- a) verificar a origem do sindicalismo no Brasil, bem como no município de Francisco Beltrão;
- b) identificar as transformações ocorridas no sindicalismo rural incluindo o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Francisco Beltrão;
- c) verificar as transformações ocorridas na estrutura sindical que amparava as várias categorias de trabalhadores na agricultura;
- e d) analisar como o sindicalismo rural está atuando hoje, articulando em torno da categoria dos agricultores familiares (idem, p. 2 e 3).

Além destes, objetiva entender a categoria denominada “agricultor familiar”<sup>21</sup>. Para tanto, na tentativa de fazer um resgate histórico do sindicalismo rural local e regional, realiza entrevistas com os antigos e os atuais dirigentes sindicais do STR de Francisco Beltrão e da

---

<sup>21</sup> Em sua obra, Pirin (2006), refere-se à agricultura familiar entendendo-a como uma, entre tantas nomenclaturas dadas as diferentes categorias de trabalhadores rurais. É originária da trajetória histórica de organização e luta sindical. Para a autora, sindicalismo rural e agricultura familiar estão intrinsecamente vinculados historicamente e articulados à nova proposta de desenvolvimento.

mesorregião Sudoeste do Paraná; e com 40 famílias localizadas em aproximadamente 60 *comunidades* rurais de Francisco Beltrão. Deste modo, o direcionamento das pesquisas bibliográficas ocorre concomitante aos dados empíricos. Além disso, destaca também, como outras fontes metodológicas, a averiguação dos documentos existentes no STR de Francisco Beltrão, como por exemplo, os livros-atas. Também com o relatório das pesquisas realizadas pelo INCRA/FAO em 1994/1996 e 2000, as quais estão referenciadas no censo agropecuário de 1995/96 realizado pelo IBGE.

Sendo assim, a dissertação está organizada em cinco capítulos.

O primeiro capítulo versa sobre o sindicalismo no contexto histórico brasileiro, abordando a sua gênese e formação, no Brasil, em 1931, até a consolidação do sindicalismo rural em 1962. Considerou-se, também, a criação da CONTAG, da CUT e o surgimento de um novo sindicalismo rural com a abertura comercial nos anos 1990; O segundo capítulo trata da agricultura familiar e do sindicalismo rural a partir dos anos 1990, com a abertura comercial. Analisou-se a categoria dos agricultores familiares no Brasil, que têm o respaldo do governo e dos movimentos sociais, e sua importância nesta organização social; No terceiro capítulo, enfatizou-se o estudo do local, Francisco Beltrão, contextualizando-o no processo de formação do território da mesorregião Sudoeste do Paraná. A partir daí, caracterizou-se o quadro agrário do município, destacando os agricultores familiares sócios do STR desse município; No quarto capítulo, optou-se por trabalhar com a gênese do STR de Francisco Beltrão, suas lutas e articulação com os STRs da mesorregião Sudoeste do Paraná e dos demais estados da região Sul do Brasil; Para o quinto capítulo, reservou-se a análise da rede estabelecida pelo STR de Francisco Beltrão com os da mesorregião Sudoeste e da região Sul, com a fundação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar, ligada à CUT (FETRAF-SUL/CUT), no ano de 2001 (PIRIN, 2006, p. 03 e 04).

Apresentada a estrutura da dissertação, isto é, objeto de estudo, objetivos (geral e específicos) e procedimentos metodológicos, passamos a analisá-la procurando os principais elementos que possibilitem a nós identificar sobre que abordagem Lizandra Pirin constrói seu pensamento e quais são os principais autores e conceitos trabalhados por ela ao estudar o Sindicalismo Rural e a Agricultura Familiar no Município de Francisco Beltrão.

#### 4.2.2. Análise da dissertação

##### 4.2.2.1. A criação do novo sindicalismo rural no contexto histórico brasileiro

Conforme salientamos no capítulo III, são múltiplas as possibilidades de abordagem da questão agrária em cada área do conhecimento. Pirin (2006) a interpreta a partir da Geografia, no entanto, objetiva entender o sindicalismo rural brasileiro a partir da conjuntura histórico-econômica do país reconhecendo a trajetória de luta dos trabalhadores do campo por direitos trabalhistas e de acesso a terra. Logo, ao analisarmos sua dissertação, encontramos no texto, subsídios da literatura política e da história, estes, por vez, relacionados à concentração de “renda” e de “terra”, temas relevantes na análise histórica de desenvolvimento da agricultura brasileira e motivadores de convergência política e de acirramento da luta de classes.

A autora problematiza, logo no primeiro capítulo, a instauração do sindicalismo rural no Brasil. Atribui relevância a elementos econômicos e políticos. Porém, restringe sua análise aos aspectos de construção histórica do sindicalismo rural. Conforme escreve,

durante o processo de criação e de consolidação do sindicalismo rural brasileiro, verificou-se que ocorreram inúmeras transformações, sofrendo intervenções por parte do Estado, principalmente no período da ditadura militar. Os sindicatos passaram por alteração em sua nomenclatura e a limitação de um único sindicato por base territorial. Também, ocorreu o enquadramento sindical e o termo trabalhador rural passou a incluir várias categorias tais como: o pequeno produtor familiar, parceiros, arrendatários e assalariados rurais.

Importante lembrar que esta ação se tratava de uma manobra política do Estado para manter, sob seu controle, os trabalhadores do campo que esboçavam lutas por seus direitos sociais (PIRIN, 2006, p. 202).

A revolução de 1930 e o golpe de Getúlio Vargas promovem o rearranjo do bloco de poder - aqui personificado pelo Estado, militares, empresários e latifundiários. “Cria-se o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio que regulamentava toda e qualquer ação sindical a partir da Lei de sindicalização de 1931” (Idem, p. 43). Neste sentido, além do direito de sindicalização, com a criação da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), em 1943 consolidaram-se os direitos previdenciários, salário mínimo e serviços assistenciais prestados pelos sindicatos.

Porém, estes direitos não se estendiam completamente aos trabalhadores do meio rural. Em função disso, nas décadas seguintes, os trabalhadores rurais tomariam a luta pela extensão dos direitos trabalhistas. A concretização de alguns destes direitos, como o da sindicalização, foram conquistados na década de 1960 com a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural. (PICOLOTTO, 2009, p. 92).

Apesar da formalização do sindicalismo rural em 1962; da criação, em 1963, do Estatuto do Trabalhador Rural (que estabeleceu a legislação para regular as relações trabalhistas no campo e o sindicalismo rural) e do Estatuto da Terra em 1964 (que estabeleceu providências para políticas de “reforma agrária” e de “desenvolvimento rural”), aos trabalhadores não foi confiada uma emancipação social. Muito pelo contrário, tais reconhecimentos serviram como controle do movimento operário e camponês pelo Estado através do ministério do trabalho e da justiça (PICOLOTTO, 2009).

Neste contexto, agrava-se a problemática agrária, ou seja, as baixas condições de vida da população trabalhadora rural causada pelos baixos salários e pela falta (ou não cumprimento) de regulamentações trabalhistas no campo. Neste cenário, o campesinato afirma-se como ator político, tendo como principal bandeira de luta, a reforma agrária, ao passo que, diferentes categorias de trabalhadores emergem na cena política: meeiros, colonos, camaradas, posseiros, pequenos produtores, assalariados, etc.

Todavia, o modelo de intervenção pela tutela ao Estado continuou durante os “quase” vinte anos de ditadura militar, iniciada em 1964. Com isso, a questão agrária adquire novos contornos segundo a política de modernização agrícola baseada no acesso ao crédito e em investimentos em pesquisa e assistência técnica. Importante notar que na década de 1960, o regime militar unifica todas as categorias numa única forma organizativa: o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR); a nível estadual cria-se a Federação dos Trabalhadores Rurais da Agricultura (FETAG’s) agrupando diversos segmentos de trabalhadores unificados sob a mesma categoria: trabalhador rural; e como órgão máximo do sindicalismo dos trabalhadores rurais é fundado a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).

Como pauta de reivindicação municipal, estadual e nacional estes órgãos estavam em defesa da reforma agrária e dos direitos trabalhistas, traduzindo assim, a leitura que faziam do conflito agrário neste período. No entanto, a federação dos trabalhadores fica atrelada ao peleguismo<sup>22</sup> e assistencialismo<sup>23</sup> estatal (PIRIN, 2006). Constata-se assim, a limitação do povo do campo. Estes, por sua vez, não podiam requerer direitos para além daqueles que as leis permitiam e o Estado autorizava (PICOLOTTO, 2009). Verifica-se, deste modo, por parte do Estado, a criação de uma rede para regular e controlar o desenvolvimento econômico, político e social.

---

<sup>22</sup> Prática sindical de envio de correspondências através da qual a ação sindical limitava-se a denunciar, respeitosamente, o problema às autoridades (militares) governamentais, esperando que as mesmas resolvessem de maneira espontânea, o que se reivindicava.

<sup>23</sup> Oferta de serviços médicos, dentários e de assistência técnica.



Neste sentido, destaca-se a presença da Igreja Católica na direção da CONTAG visando combater o comunismo. “Com uma sindicalização ‘cristã’ a Igreja concorria com as Ligas Camponesas e com o Partido Comunista do Brasil (PCB)” (PIRIN, 2006, p.21). No entanto, surge dos setores progressistas da Igreja Católica, vinculados à Teologia da Libertação e à Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Ação Popular (AP) evoluindo em apoio à luta camponesa desenvolvendo um importante trabalho através do Movimento de Educação de Base (MEB).

Somente a partir do final da década de 1970 que “algumas entidades populares buscaram a mudança de tal condição pela organização de oposições sindicais” (PIRIN, 2006, p. 43). Conforme a literatura oferecida pela autora (sintetizados no quadro 03), nesse período emergem os principais movimentos sociais questionadores da ordem imposta pelo Estado, ao passo que o sindicato se renova dando espaço ao *novo* sindicalismo, ou sindicalismo autêntico e combativo. Aos poucos, cria-se um espaço plural por onde circulam reivindicações diversas, representadas por atores coletivos (PICOLOTTO, 2009). Neste sentido, destacamos o movimento pela terra e a luta das mulheres agricultoras no Sudoeste do Paraná.

Fruto de intenso processo de mobilização sindical, reestruturado após anos de repressão militar, cria-se na década de 1980, sob o *novo* sindicalismo, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) com caráter independente dos padrões governamentais, dos partidos políticos e dos credos religiosos. É instituída em oposição ao sindicalismo contaguiano, que segundo os agricultores, não era capaz de encaminhar os problemas vivenciados com a modernização da agricultura e aumentados com a crise econômica do período. No entanto, a central sindical não consegue romper totalmente com o modelo organizativo sindicalista de base municipal (PICOLOTTO, 2009).

Através de um trabalho molecular nas comunidades de agricultores, a Igreja foi um dos principais responsáveis pelo aparecimento de “oposições sindicais”, portadoras de críticas não só à estrutura sindical vigente, mas também às práticas cotidianas dominantes no sindicalismo (Idem, p. 99).

Aliado ao *novo* sindicalismo e motivados pelos agentes católicos ligados a Teologia da Libertação, emergem *novos* atores de representação política dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, tais como: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), dentre outros (PICOLOTTO, 2009, p. 99).

Este fato pode ser considerado uma das principais conquistas dos sujeitos populares, isto é, fazer-se reconhecer como sujeitos aptos a interlocução política produzindo o efeito de desestabilizar a ordem imposta e as “hierarquias simbólicas que os classificavam em lugares subalternos” (PICOLOTTO, 2009, p. 100). Além disso, lançaram novas demandas por direitos, possibilitando ampliar as tradicionais bandeiras de luta do sindicalismo (direitos trabalhistas e o acesso a terra). “Cada movimento pode traduzir suas demandas em lutas por conquistas de direitos específicos de sua base social” (Idem, p. 101), a exemplo do MMTR, por demandas relacionadas à igualdade de gênero, o CNS pela proteção dos seringais etc.

A partir da década de 1990 o sindicalismo rural da CUT “gozava de forte reconhecimento social, grande capacidade de expressão e mobilização e apresentava conteúdos e práticas renovadoras” (PICOLOTTO, 2009, p. 102). No entanto, os limites da ação cutista estavam na dificuldade de firmar-se como interlocutor perante o Estado, ao passo que a CONTAG inicia a década sofrendo devido a sua forma passiva de relacionar-se com as forças estatais. Nesse quadro de crise do sindicalismo rural, em 1995 ocorre a fundação da CONTAG à CUT que passam a “assumir um Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural, ancorado na expansão e fortalecimento da agricultura familiar” (idem, p. 103).

Este projeto visa contemplar a necessidade e a diversidade cultural existente na agricultura familiar brasileira. É sob esta perspectiva analítica que Pirin (2006), concebe a agricultura familiar: um movimento que ocorre “em face aos novos desafios do sindicalismo rural, com ressalva a política de abertura econômica” nos setores comercial, tecnológico, financeiro e de investimento; “à falta de crédito, além das quedas excessivas nos preços dos principais produtos agrícolas” devido à criação do MERCOSUL (Idem, p.53).

Essa aproximação dos movimentos sociais rurais da CONTAG ao sindicalismo rural da CUT propiciou a conquista de políticas públicas significativas para os agricultores, como o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), reconhecendo, oficialmente, a “agricultura familiar” como “categoria produtiva”, como ator social e como protagonista de um projeto econômico viável, mostrando, assim, a força e capacidade de mobilização do sindicalismo rural unificado (CUT/CONTAG/CPT/MST) (PICOLOTTO, 2009,).

Segundo este autor, em 2006, a agricultura familiar é, então, reconhecida como “categoria produtiva” conforme a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais garantidos na lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Conforme a lei é agricultor familiar aquele que:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (PICOLOTTO, 2009, p. 109).

Conforme disposto na lei, é possível entender que esta classificação baseia-se em dois tipos de agricultura, a familiar e a patronal, conforme consta no parecer apresentado no relatório da pesquisa realizada pelo convênio INCRA/FAO (1994) que define a agricultura familiar a partir do critério renda: consolidados, em transição e periféricos, consoante já descrevemos no capítulo três.

Contudo, salienta Picolotto (2009) que essa lei foi criada apenas para reconhecer legalmente uma categoria já constituída. Contudo, mesmo que esta categoria tenha adquirido, recentemente, força política, percebe-se certa dependência das organizações da agricultura familiar perante o Estado, reduzindo sua autonomia.

Deste modo, no quadro 03, sintetizamos os principais conceitos trabalhados pela autora e que norteiam à organização política territorial da agricultura familiar.

Antes de adentrarmos ao debate, relativo ao sindicalismo rural e a agricultura familiar no município de Francisco Beltrão – PR, temas conexo aos capítulos II, III, IV e V da dissertação de Lizandra Pirin, cabe a nós analisar a exposição feita até então, sobretudo em relação à concepção de sindicalismo rural, território e espaço expressa por Lizandra Pirin.

Percebemos que a autora entende o sindicalismo rural enquanto organização. Neste sentido, considera a formação e união de grupos de pessoas trabalhadoras na área rural em torno de interesses comuns: “direitos, deveres e objetivos que visam à solução de problemas vivenciados” (Idem, p. 152).

O Estado configura-se como principal agente detentor do poder. Por mais que os movimentos sociais e conquistas dos sujeitos populares materializem-se no campo político, entende que o sindicalismo estabelece uma relação de complexidade com o Estado e partidos políticos. “Fato que pode gerar conflitos e desagregação das categorias, enfraquecendo o poder de negociação em relação aos direitos de cidadãos” (Idem, p. 206). No entanto, conforme podemos observar, o poder de articulação dessas entidades é bastante pertinente e deveria, a nosso ver, ser destacado pela autora como atores responsáveis pela criação de uma rede de articulações locais e internacionais responsáveis pela constante transformação e superação espacial, que é constituída territorialmente a partir das relações sociais e de poder

materializadas nas diversas formas de organização política e territorial que se estabelecem historicamente.

Reitera-se, portanto, conforme Raffestin (1993) e Saquet (2006), que o território não deve ser reduzido a esta associação ao Estado, visto que, se o Estado tem o controle, os indivíduos também o têm. O poder está presente nas ações do Estado, mas também de instituições, empresas, enfim, nas relações sociais que se efetivam na vida cotidiana, visando o controle e a dominação sobre os homens e as coisas.

<b>Quadro 03 – Compreensões de Geografia, território, espaço, agricultura familiar e sindicalismo rural na dissertação de Lizandra Pirin</b>	
<b>Principais referências</b>	Abramovay (1992) Andrade da silva (1999) Bittencourt (2000) Coletti (1998) Cordeiro; schmitt e armani (2003) Feres (1990) Ferreira (1987) Gomes (1997) Lazier (1991) Mattos (2002) Nunes (2005) Schneider (2003) Sposito (2004) Thomaz jr. (1998) Torrens (1993) Vainer (2000)
<b>Geografia</b>	Atribui maior relevância à economia e a política restringindo sua análise a aspectos históricos. Não deixa claro no texto a concepção de Geografia utilizada.
<b>Território</b>	É entendido a partir de uma dimensão política, centrada no Estado como gestor e detentor do poder. Concebe o território à imagem de controle, domínio e apropriação política.
<b>Espaço</b>	Limita-se a uma definição regional, como recorte ou delimitação.
<b>Agricultura Familiar</b>	Originária da trajetória histórica de organização e luta sindical. Ocorre em face aos novos desafios do sindicalismo na década de 1990 perante a política de governo de abertura econômica nos setores comerciais, tecnológicos, financeiros e de investimento. Porém, não corresponde a uma categoria homogênea, pois em cada região do país apresenta-se com particularidades singulares. No Sudoeste do Paraná, a autora a entende em consonância com a política de povoamento que configurou suas principais características: pequenas propriedades distribuídas em terrenos de topografia acidentada e mão-de-obra vinda do núcleo familiar.
<b>Sindicalismo Rural</b>	Uma organização formada a partir da união de grupos e pessoas trabalhadoras na área rural em torno de interesses comuns: direitos, deveres, e objetivos que visam a solução de problemas vivenciados.
<b>Desenvolvimento</b>	Compreende-o a partir do uso no campo de insumos químicos, de máquinas agrícolas, de técnicas modernas e de crédito financeiro.
Fonte: PIRIN, 2006 Organização: ABRÃO, Joice A. A., 2011.	

Embora a dissertação em análise fora elaborada num curso de Geografia, sentimos falta de um diálogo a partir das categorias e conceitos considerados próprios desta ciência, como espaço e território, por exemplo. Tais conceitos são perceptíveis ao longo do texto, no entanto, quando abordados, a eles não é atribuído uma percepção analítica referenciada numa perspectiva que considere o desenvolvimento do pensamento geográfico. O território, por exemplo, é entendido a partir de uma dimensão política, centrado no Estado como gestor e detentor do poder. Além disso, quando citado, aparece como fronteiras nacionais e denota sentimento de pátria. Logo, Pirin (2006) concebe o território à imagem de controle, domínio e apropriação, principalmente, política. Dessa forma, sua compreensão é restrita e tem um caráter predominantemente areal.

Sendo assim, por não tratar-se de uma abordagem territorial, ao trabalhar a formação de “redes” –implícitas no texto – principalmente no último capítulo, a elas é atribuído um caráter muito superficial, limitando-se a um único parágrafo.

Pode-se dizer que se estabeleceu uma rede entre os STRs, que se deu de forma natural e facilitada pela proximidade geográfica e caracterizados como sindicatos combativos, surgem, assim, as articulações sindicais nos três Estados: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná (PIRIN, 2006, p. 171).

Esta rede foi fundamental para a formação da FRETRAF SUL.

#### 4.2.2.2. O sindicalismo rural e agricultura familiar no Sudoeste do Paraná: o caso de Francisco Beltrão - PR

A formação territorial do município de Francisco Beltrão dá-se concomitante a constituição histórica do Sudoeste do Paraná que está vinculada à luta pela terra dirigida pelo poder público federal em ação orquestrada com o governo do estado do Paraná. “Concebida pela elite como fonte de poder e pelos camponeses como espaço de trabalho e de relações, orientando para a produção da vida biológica e social” (SCHMITZ, *et al*, 2010, p. 22).

De modo geral, “pode-se afirmar que a configuração fundiária é igualmente similar” em todos os municípios<sup>24</sup> (PIRIN, 2006, p. 89).

---

<sup>24</sup> Trabalha com o recorte espacial de 27 municípios.

O município de Francisco Beltrão é composto por aproximadamente 60 comunidades rurais, possui 2 distritos e 27 bairros urbanos. Possui uma extensão de 757,21 Km<sup>2</sup>, marcada pela altitude de 650m ao nível do mar; sua área urbana totaliza 40 Km<sup>2</sup>. O município possui um relevo bastante acidentado. O clima é subtropical úmido mesotérmico, com verões quentes, geadas, e com tendência à concentração de chuvas nos meses de verão.

O município, assim como a mesorregião Sudoeste, apresentam solo de origem basáltica com uma variação que pode ser do Latossolo com a formação de solos espessos e de grande fertilidade. Porém, na sua grande maioria são Litólicos e terra roxa estruturada (Nitossolo), de intensa utilização agrícola. Esta região se apresenta propensa ao desenvolvimento de pequenas propriedades rurais em função da sua declividade (PIRIN, 2006, p. 93).

Neste sentido, a autora entende a agricultura familiar da região em consonância com a política de povoamento incentivada a partir da década de 1940 com a criação da CANGO, e na década de 1960 com a criação do GETSOP para legitimar as posses das terras. Configuram-se, assim, as principais características que a definem: o predomínio de pequenas propriedades distribuídas em terrenos com topografia acidentada e a mão-de-obra ser proveniente do núcleo familiar, conforme destacamos no quadro 03.

Porém, ao analisar o quadro agrário do município, classifica a agricultura conforme o registro apresentado pela FAO/INCRA, isto é, em familiares e patronal. Releva: a estrutura fundiária, a condição do produtor, principal atividade desenvolvida, o uso da terra, a utilização de técnicas modernas pautadas no pacote tecnológico da agricultura, mão-de-obra utilizada e acesso ao crédito.

“O sindicalismo rural no município de Francisco Beltrão teve como embrião os conflitos sociais gerados pela política de expansão da fronteira econômica” e está intimamente ligada à conjuntura político-organizativa dos movimentos sociais e sindicais (PIRIN, 2006, p. 123). No início dos anos 1960, a Igreja Católica começa a se manifestar no município de Francisco Beltrão, dentre outros, com o propósito de promover o sindicalismo e o cooperativismo para incluir a população carente no processo de desenvolvimento econômico e social.

Com a orientação de duas frentes de conscientização como a CPT e o grupo de missionários belgas, passou-se a instigar a organização dos pequenos agricultores da mesorregião Sudoeste do Paraná, com o intuito de fortalecer a capacidade de intervenção sobre o poder público e a organização do poderio regional. O grupo atuou na fundação da ASSESOAR e, em conjunto com a Igreja, por meio da CPT e dos cursos de reflexão ministrados, a entidade conseguiu criar uma rede de atividades permitindo articular

agricultores descontentes com a atuação do STR (de caráter assistencialista) de Francisco Beltrão para concorrer às eleições em 1972 e em 1975. No entanto, essas chapas oposicionistas não foram aceitas pelo Ministério do Trabalho (PIRIN, 2006).

A partir daí, a associação vai mudando seu foco de atuação religiosa, rompendo com a Igreja Católica e assumindo a organização dos agricultores nos planos econômicos e políticos, concretizando em 1978 a oposição sindical com proposições ao *novo* sindicalismo, vencendo as eleições e concretizando-se como referência para o movimento sindical rural para toda a região Sul do Brasil, passando atuar de forma articulada aos demais sindicatos procurando sempre defender, organizar e representar os agricultores.

Neste sentido, o sindicalismo do município de Francisco Beltrão conseguiu estabelecer uma rede de contatos, proporcionando inúmeras conquistas, que beneficiaram os pequenos agricultores. O final da década de 1970 e início da década de 1980 representaram a renovação do sindicalismo rural, pois o STR de Francisco Beltrão articulado com os sindicatos da região Sul lutaram contra a ação da política agrícola: questão das Notas Promissórias Rurais dos suinocultores e os indeferimentos do PROAGRO. Essas lutas foram o ponto de partida para a organização dos agricultores familiares em torno do movimento sindical rural. A combatividade do sindicalismo à época promoveu a visibilidade da importância da luta pela terra e gerou na mesorregião Sudoeste a formação do Movimento dos Agricultores Sem Terras dos Sudoeste (MASTES) e a articulação das primeiras ocupações de terras improdutivas visando sua desapropriação (PIRIN, 2006, p. 203).

Seguindo este processo de estruturação regional e com o relativo fortalecimento da identidade política da agricultura familiar, no final dos anos 1990, o sindicalismo rural da CUT na região Sul do Brasil, inicia um processo de rompimento com a CONTAG e cria a Frente Sul da Agricultura Familiar, como uma organização promotora da agricultura familiar na região (esta organização articulava sindicatos, cooperativas e ONGs) (PICOLOTTO, 2009).

Neste sentido é que na região Sul do Brasil, principalmente os sindicatos articulados da mesorregião Sudoeste, bem como os do Oeste catarinense e do Noroeste do Rio Grande do Sul constituíram uma federação: a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF-SUL/CUT), transformando os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) em Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (SINTRAFs). Isso aconteceu, porque há muito mais agricultores familiares do que assalariados rurais, principalmente na mesorregião Sudoeste do Paraná (PIRIN, 2006, p. 157).

Motivada pela constituição do PRONAF e proveniente da reivindicação e organização dos agricultores e entidades parceiras, na região Sul do país, surge como uma forma de facilitar o acesso ao crédito rural e a fortalecer cooperativas de crédito. Atualmente, o sindicato se encontra articulado a esta Federação que, por sua vez, procura designar uma forma de produção moderna e mais eficiente sob o ponto de vista econômico, social e ambiental.

Por fim, é interessante registrar que o sindicalismo combativo surgiu para se libertar das amarras do Estado e hoje, o sindicalismo volta-se novamente para o Estado, com caráter propositivo, com vistas a transformar a realidade local (PIRIN, 2006).

No Sudoeste do Paraná, o Estado cria alianças entre agentes econômicos e políticos, a fim de facilitar a ocupação sistemática de uma área de fronteira e a acumulação capitalista sob a expansão da produção agrícola. A colonização efetiva materializa a existência de pequenos estabelecimentos onde se produz alimentos com base no trabalho familiar e, ao mesmo tempo, atende a uma lógica de planificação estatal e do mercado. Com isso, o quadro agrário regional, submete-se a uma rede de regulação e controle do desenvolvimento político e social. Emergem, então, movimentos sociais questionadores da ordem imposta pelo Estado. Motivados pelos agentes católicos, criam-se um espaço plural de reivindicações ampliando as tradicionais bandeiras de luta do sindicalismo, e, em pouco tempo, forma-se uma rede nacional de entidades comprometidas a expandir e fortalecer a agricultura familiar, visando contemplar as necessidades e a cultura local. Essa aproximação entre os movimentos sociais no Brasil propicia conquistas significativas, como por exemplo, a criação do PRONAF. No entanto, por outro lado, a agricultura familiar torna-se dependente dessas organizações perante o Estado, reduzindo sua autonomia.

Por isso, o território, dinâmico e dialético, embora não tenha sido trabalhado diretamente por Pirin (2006), é subentendido a partir de sua dimensão política, centrado no Estado como principal agente detentor do poder, enquanto que o espaço, construído social e desigualmente, limita-se a uma definição regional, como recorte ou delimitação. Dessa forma, sua compreensão é restrita e tem um caráter predominantemente areal e unidimensional. Mesmo que a autora não esclareça que concepção de Geografia utiliza, sua abordagem está apoiada no método historicista do materialismo dialético.



#### 4.3. A COAGRO E SEU PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO NO SUDOESTE DO PARANÁ – A DISSERTAÇÃO DE JOSÉ MARCOS SINHORINI

No Brasil, as raízes do sistema cooperativista decorrem da imigração europeia, quase que totalmente constituída de italianos e alemães, que migram pela oferta de terra e trabalho no campo e na cidade. O Brasil precisava substituir a mão-de-obra africana, reduzida pelo fim do tráfico de escravos, em 1850, e pela abolição da escravatura, em 1888. Não obstante, a imigração contribui para elevar o contingente populacional. Logo, as elevações da concentração demográfica, no campo e na cidade, provocam, no Brasil, problemas sociais semelhantes aos ocorridos na Europa, submetendo os trabalhadores brasileiros aos mesmos efeitos do capitalismo (RANGEL, 2005).

No final do século XIX e início do século XX, introduz-se o cooperativismo no Brasil inspirado nas cooperativas de crédito dos pequenos agricultores europeus. Os principais modelos de cooperativismo implantados foram os de consumo, produção, agrícola e crédito. Porém, sendo a economia brasileira da época predominantemente agro-exportadora e o campo considerado um limitador do desenvolvimento, os poderes públicos da Federação e dos Estados, incentivam a multiplicação de cooperativas de produtores agrícolas para aumentar a produção destinada ao consumo interno e à exportação (RANGEL, 2005). Surge então, a designação de nomenclatura, as cooperativas agropecuárias.

Tendo em vista a estrutura econômica nacional predominantemente agrícola, a partir da década de 1940 até 1960, o cooperativismo agropecuário constituiu-se no principal representante do associativismo no Brasil. Tornam-se, então, “instrumento de modernização e industrialização acopladas ao processo de intensificação das relações capitalistas no campo” (SINHORINI, 2007, p.63). Até 1950 “procuravam comercializar todos os possíveis produtos agrícolas dos associados” com “o objetivo maior de eliminar o intermediário da comercialização dos produtos agrícolas de seus cooperados” (Idem, p. 63); Pretendendo ser ainda “uma forma de melhorar as condições de vida de seus associados, não possibilitam as condições de mudanças e rompimento com a ordem excludente e concentradora do capital. Representam, dessa maneira, uma forma de manutenção da dominação social” (SINHORINI, 2007, p. 66).

O Estado reserva então, às cooperativas agropecuárias, o papel de principal executor das políticas públicas voltadas ao setor rural (preços mínimos, compra de safra, créditos oficiais subsidiados, assistência técnica, educação rural etc.). Nesse movimento, atendendo a

um novo cenário político e econômico, surge o cooperativismo empresarial que atribui às cooperativas o caráter de empresas capitalistas modernas. Porém, ao que parece, essa cooperação empresarial também não foi capaz de melhorar as condições de vida dos pequenos agricultores (SINHORINI, 2007).

A soja como produto promissor para exportação favorece, em meados da década de 1960, o impulso do cooperativismo agrícola no Brasil. A valorização dessa cultura no mercado internacional e a oferta de crédito ao seu cultivo, estimulam o agricultor a adquirir sementes selecionadas, fertilizantes químicos, agrotóxicos, máquinas etc. Esse processo tornou o agricultor dependente do crédito e do mercado, fortalecendo os interesses dos agentes financeiros, das empresas industriais, do Estado e das cooperativas agropecuárias.

Até a promulgação da nova constituição brasileira, em 1988, que permitiu ao sistema cooperativo assumir sua autogestão, o Estado mantinha forte ingerência no funcionamento dessas organizações. Beneficiando-se principalmente dos incentivos estatais, as cooperativas criaram grande infra-estrutura para receber e comercializar a produção, revender sementes selecionadas, fertilizantes químicos, agrotóxicos, mediar a aquisição de financiamentos subsidiados, oferecer assistência técnica etc.

Nas décadas de 1980 e 1990, o Brasil passa por uma reestruturação política e econômica e os períodos são marcados pela alta inflação e pela escassez de crédito. Muitas cooperativas são extintas. Ao que parece, o sistema cooperativo volta a estabelecer-se economicamente a partir do Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor a Produção Agropecuária (PREDECOOP) criado no início da década de 2000. A partir dele, as cooperativas adquirem mais competitividade frente ao complexo agroindustrial por meio da modernização dos sistemas produtivos e da comercialização.

O funcionamento e a expansão do cooperativismo agrícola em todos os estados são condicionados pela dinâmica do modelo de desenvolvimento econômico. Sendo assim, conforme demonstra Sinhorini (2007), no processo de territorialização do cooperativismo no Sudoeste do Paraná, há edificação de redes de circulação e comunicação; controle da produção, do mercado e atuação do Estado através de subsídios diversos, entre outros elementos que estão sempre presentes na expansão do modo capitalista de produção. Conforme podemos verificar, o movimento de territorialização do cooperativismo no Brasil é histórico e transescalar, envolvendo muitos indivíduos e lugares.

Sinhorini (2007) estuda a questão agrária no Sudoeste do Paraná a partir da articulação espaço-tempo-território e território-rede-lugar, isto é, sua reflexão está baseada nos “conceitos de território, territorialidade, territorialização e redes” (Idem, p. 19), sendo que “as redes estão

na base da formação de cada território” (SINHORINI, 2007, p.114). Considera a colonização e as transformações ocorridas na estrutura produtiva e fundiária do Sudoeste do Paraná sobre a problemática territorial do desenvolvimento econômico, sempre em movimento. Neste sentido, o espaço geográfico é construído social e desigualmente e tem suas diferenciações acentuadas ao longo do tempo (relativamente curto), em virtude da divisão social e territorial do trabalho no processo de valorização do capital, do desenvolvimento das forças produtivas, das relações de produção, das lutas sociais, da ação do Estado, da ideologia do moderno e de fatores culturais.

No início do século XX, o cooperativismo agropecuário, gradativamente se expande por todo território brasileiro de forma desordenada com o intuito de minimizar os impactos negativos gerados pelo capitalismo. Trata-se de um movimento contínuo, mas que não atinge na mesma proporção todas as regiões. Sua origem está intimamente ligada aos fluxos imigratórios de alemães e italianos. Desenvolve-se com a agricultura, primeiramente nos estados do Sul, Sudeste e Centro-Oeste e, à medida que o surgimento da soja como cultura de exportação vai intensificando as atividades produtivas no espaço rural, expande-se para o Norte e Nordeste do país.

#### 4.3.1. Estrutura da dissertação

A partir de uma abordagem Geográfica histórico-crítica, José Marcos Sinhorini estuda o cooperativismo no Sudoeste do Paraná, abordando o território a partir da territorialização das forças e relações de produções econômicas, no entanto, sem deixar de trabalhar os aspectos políticos e culturais.

Tendo como ponto de partida o processo histórico de ocupação e colonização do Sudoeste e as *novas* condições que a modernização e a industrialização da produção criaram, José Marcos Sinhorini, na obra, “A COAGRO e seu processo de territorialização no Sudoeste do Paraná”, defendida em 2007, objetiva analisar a constituição e atuação da Cooperativa Agropecuária Capanema Ltda (COAGRO) no Sudoeste do Paraná, evidenciando as transformações territoriais decorrentes de sua formação. Através deste estudo, busca explicar alguns liames da integração do produtor agrícola ao capital, mediados pela atuação de cooperativas de produção destacando as “manifestações territoriais da colonização efetivada a partir de 1940, os efeitos territoriais da modernização da agricultura e as conseqüências da

ação das cooperativas agrícolas no desenvolvimento e integração da produção familiar” (SINHORINI, 2007, p. 17).

Os recortes, espacial e temporal definidos são: o Sudoeste do Paraná a partir da década de 1970 a 2004. Os procedimentos adotados estão pautados na pesquisa bibliográfica, na coleta e análise de dados secundários (IBGE<sup>25</sup>, EMATER<sup>26</sup>, INCRA e IPARDES), e primários (relatórios, arquivos da COAGRO<sup>27</sup> e entrevistas).

Trata-se de um exercício de representação do território e da territorialidade, no intuito de compreender a territorialização dos processos sócio-espaciais e, assim, subsidiar, na medida do possível, a discussão sobre as discontinuidades materializadas no tempo e no espaço sudoestino com o *novo* desenho territorial imposto à região pela ação do Estado, das cooperativas e agroindústrias privadas.

Por isso, a partir da coleta de dados, o autor analisa elementos do dinamismo regional e estuda a reorganização da estrutura fundiária e produtiva associando-as às transformações territoriais, baseando-se, sobretudo, nos indicadores da modernização da agricultura: produção de milho, soja, feijão e trigo; acesso ao crédito via financiamentos; utilização de insumos, adubos e defensivos; quantidade de tratores, colheitadeiras, implementos agrícolas; número de estabelecimentos e área ocupada etc.

No primeiro capítulo, o autor analisa a modernização da agricultura no Sudoeste do Paraná. Ressalva a prática agrícola precedente e procedente à utilização do pacote tecnológico para a modernização da agricultura em escala regional e estadual, concomitante ao fortalecimento das cooperativas agropecuárias, destacando os principais efeitos territoriais na área de atuação da COAGRO. Subdivide o capítulo em seis subtítulos:

1.1. A agricultura no Sudoeste do Paraná antes do pacote tecnológico da “Revolução Verde”; 1.2. Modernização da agricultura e fortalecimento do cooperativismo agropecuário no Sudoeste do Paraná; 1.3. Os efeitos territoriais resultantes da modernização agrícola na área de atuação da Cooperativa Agropecuária Capanema Ltda (COAGRO); 1.3.1. Utilização de máquinas, equipamentos, insumos de origem industrial, sementes selecionadas, mão-de-obra assalariada e financiamentos agrícolas; 1.3.2. As transformações na estrutura fundiária; 1.3.3. Alterações na produção agrícola (SINHORINI, 2007, p. 06).

<sup>25</sup> Senhorini (2007) utiliza os dados dos censos agropecuários referentes aos anos 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96.

<sup>26</sup> Estes dados são utilizados pelo autor com a finalidade de demonstrar a continuidade no processo de modernização agrícola no ano 2000 e 2004, visto que, o último censo agropecuário publicado pelo IBGE fora o de 1995/96.

<sup>27</sup> As informações coletadas junto a COAGRO são referentes aos anos 1971, 1975, 1980, 1985, 1990, 1995, 2000 e 2004 (anos bases da pesquisa). Além disso, o autor realizou entrevistas e coletou depoimentos de 70 associados à cooperativa, distribuídos nos 11 municípios de sua área de ação em 2004.

No segundo capítulo aborda aspectos do cooperativismo agropecuário no Sudoeste do Paraná. Para compreender a dinâmica atual do cooperativismo de produção, busca apresentar um breve histórico do assunto, das ideias originais à situação atual. Faz alguns apontamentos sobre a relação entre os negociantes locais e os agricultores no Sudoeste do Paraná, anterior a 1970. Encerra o capítulo falando sobre o cooperativismo agropecuário no Sudoeste do Paraná, procurando entender sua origem e fortalecimento como mediador no processo de modernização da agricultura na região.

Nos terceiro e quarto capítulos, analisa as mudanças históricas da COAGRO, desde a sua fundação, em 1970, até o ano de 2004.

No **terceiro** capítulo, apresenta mais especificamente uma análise sobre o processo de fundação e fortalecimento da cooperativa, inicialmente, marcado por créditos fartos e altamente subsidiados e, posteriormente, em momentos de variações na política agrícola, com queda no volume de recursos destinados ao crédito. Com isso, a COAGRO busca diversificar suas atividades e atrair novos associados, garantindo sua expansão e capitalização.

No **quarto** capítulo individualiza questões referentes à diversificação, crise e reestruturação da COAGRO, analisando as tentativas da cooperativa em firmar-se sem o incentivo do Estado, através da diversificação nos ramos de atuação e de sua expansão territorial. Este capítulo também apresenta a caracterização e o perfil dos associados da COAGRO e a relação entre ela e seus cooperados (participação em reuniões, assembléias, decisões, gestão, comercialização com a cooperativa, entre outros). E, ainda, uma análise e representação da circulação de mercadorias através da COAGRO, a qual vende insumos agrícolas, produtos veterinários e alimentícios aos associados e faz a revenda da produção de seus associados, articulando territórios e concretizando novas territorialidades (SINHORINI, 2007, p. 20 – grifos do autor).

Apresentada a estrutura da dissertação, passamos agora a analisar os elementos norteadores da pesquisa, destacando as principais referências, conceitos e interpretações utilizadas pelo autor ao compreender o processo de territorialização da COAGRO no Sudoeste do Paraná.

#### 4.3.2. Análise da dissertação

A cada momento histórico, ao mesmo tempo em que o *homem-animal-social-espiritual* (SAQUET, 2011) modifica a natureza, ele cria um lugar para viver e cultivar suas crenças, ritos, mitos, valores e comportamentos. A partir do domínio de técnicas desenvolvidas e aprimoradas historicamente, o homem, vivendo em sociedade, ocupa e modifica, pelo trabalho, o ambiente natural. Ao movimentar-se, o homem, inscrevendo-se em um *novo* lugar, des-re-territorializa-se social e espacialmente (SAQUET, 2005). Logo, “espaço e sociedade condicionam-se mutuamente” (SAQUET, 2002, p. 15). Sendo assim, o espaço geográfico correspondente aos espaços produzidos pelo homem em diferentes temporalidades ao relacionar-se entre si, consigo mesmo e com a natureza no lugar em que vive (SAQUET, 2005).

Com o intuito de situar, no tempo e no espaço, o aparecimento das cooperativas agropecuárias, entendendo-as como produto do processo histórico, Sinhorini (2007), no segundo capítulo, faz um breve levantamento histórico do cooperativismo moderno, no Brasil e noutros países, desde sua origem até a situação atual. “Em todas as épocas da humanidade, encontram-se formas de economias coletivas que se assemelham ao cooperativismo” (idem, p. 61). Este sistema de cooperação está associado à luta pela sobrevivência, às crises econômicas, políticas e sociais.

A partir de uma orientação teórico-metodológica centrada na abordagem territorial histórico-crítica, o território e a territorialidade constituem os principais conceitos de sua análise, ora articulados na relação espaço-tempo-território, ora proferidos conforme a relação território-rede-lugar. Esta articulação varia no decorrer do texto à medida que o autor interage a metodologia proposta.

O território é, para Sinhorini (2007), consoante afirmaram Raffestin (1993) e Saquet (2002), uma construção social multidimensional, cuja processualidade corresponde às relações sociais realizadas todos os dias. Essas relações (de poder, influência, controle, regulação etc.) são inerentes à vida em sociedade. Correspondem às territorialidades efetivadas diariamente tanto nas relações econômicas, quanto políticas e culturais.

Há, assim, na relação dos homens entre si e com a natureza, um movimento incessante que contém, ao mesmo tempo, mudanças (rupturas) e permanências (continuidades) territoriais, cuja relação homem-natureza é mediados por “instrumentos, técnicas, tecnologias, linguagens e saberes todos envolvidos por relações de poder, por identidades, temporalidades e redes de circulação e comunicação” (SAQUET e SINHORINI, 2008, p. 185). Tal qual como ocorreu com a migração e instalação de gaúchos e catarinenses no Sudoeste do Paraná a partir de 1920 e, mais sistematicamente, a partir da década de 1940 sob

a ação geopolítica do Estado ao configurar o território pelo seu poder político estabelecendo fronteiras e limites.

A partir de um processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização instauram-se na região um novo grupo social, “com outros valores e ritmos, signos e identidades, relações sociais entre si e com a natureza, instituindo a propriedade privada da terra, a ideologia do trabalho, a cerca/repartição do solo, a produção de mercadorias, a organização política em sindicatos etc.”, excluindo e subordinando os indígenas e caboclos, para os quais, a natureza e a terra, tinham um valor de uso (SAQUET e SINHORINI, 2008, p. 186).

Esta dinâmica produziu novas territorialidades, surgiram novos povoados enquanto que outros se fortalecem e tornam-se cidades, condicionando as pessoas a novas formas de organização da produção e circulação de mercadorias.

Neste contexto, no final da década de 1960, territorializa-se no Sudoeste do Paraná, concomitante a modernização da agricultura, o cooperativismo agropecuário que é dinamizado “por empresas colonizadoras, pela Igreja e por órgãos de assistência técnica” (SINHORINI, 2007, p. 70). Sendo assim, o autor destaca as relações de poder e os efeitos da territorialização do capital mediante a implantação das cooperativas de produção agropecuária que difundem e incentivam a produção de mercadorias.

Ressalva-se que no Sudoeste do Paraná, assim como nos municípios da área de atuação da COAGRO em 2004 (Capanema, Realeza, Planalto, Santa Izabel do Oeste, Pérola do Oeste, Bela Vista da Caroba, Ampére, Pranchita, Santo Antonio do Sudoeste, Pinhal de São Bento, Bom Jesus do Sul e Barracão), a disputa pelo território sempre esteve em evidência. Cada tempo imprimiu ritmos diferentes nessa disputa, mudando em cada período histórico segundo o aprimoramento de técnicas que intensificavam as relações sociais. No espaço rural, desde o início do processo de colonização, havia no Sudoeste comerciantes preocupados em expandir seus territórios de ação, criando condições de venda e consumo que condicionava a subordinação dos agricultores tornando-os dependentes desse processo (SAQUET e SINHORINI, 2008).

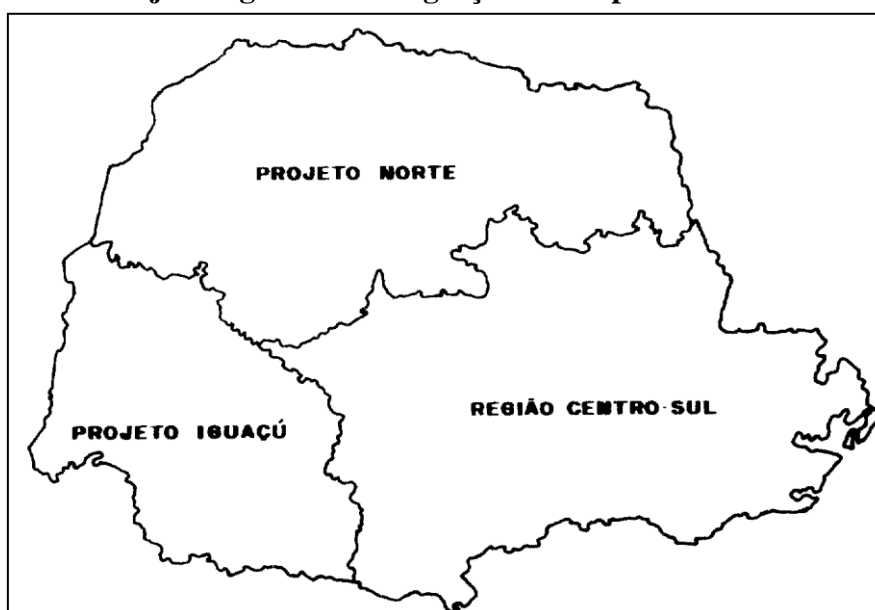
A partir de um ritmo mais acelerado de subordinação e exploração, entre 1970 e início da década de 1980, as cooperativas, ainda sob intervenção estatal, dominam e estruturam os territórios baseando-se na mecanização, expansão da soja, exportação de produtos primários e semi-processados. Sinhorini (2007) visa então, mostrar que os acontecimentos locais ocorrem num processo global que articula, através das redes, a circulação e a realização da produção agropecuária.

Atualmente, o sistema cooperativista encontra-se organizado pelas seguintes associações reconhecidas: a Aliança Cooperativa Internacional (ACI); a Organização das Cooperativas da América (OCA); a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e as Organizações das Cooperativas dos Estados (OCEs). Estas entidades representativas permitem definir com maior precisão as especificidades das cooperativas nacional e internacionalmente.

#### 4.3.2.1. O cooperativismo agropecuário no Paraná: a territorialização da COAGRO no Sudoeste do estado.

A ocupação territorial do estado do Paraná ocorreu através de três grandes fluxos migratórios distintos, denominados de três ondas de colonização. Baseado nas regiões de colonização e nas particularidades existentes em cada realidade regional surgem, na década de 1970, os primeiros projetos que vislumbravam a organização das cooperativas paranaenses no planejamento nacional. Neste sentido, o Estado do Paraná desenvolve projetos específicos de cooperativismo (figura 01): na região centro-sul do estado, foi desenvolvido o projeto SULCOOP (Projeto Sul de Cooperativismo), na região Norte o projeto NORCOOP (Projeto Norte de Cooperativismo) e na região Oeste e Sudoeste o projeto PIC (Projeto Iguazu de Cooperativismo).

**Figura 01: Projeto regional de integração do cooperativismo no Paraná**



FONTE: IPARDES *et. al.*, 1974, p. 24.



O projeto de integração do sistema cooperativista paranaense denominado de PIC teve apoio de instituições como o INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, a ACARPA - Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná (atualmente EMATER) e o DAC - Departamento de Assistência ao Cooperativismo. Isso demonstra a presença e gestão do poder público na gerência do cooperativismo local e regional.

O intuito do PIC era colocar o Sudoeste e Oeste do Paraná na situação de projeção nacional de desenvolvimento. Para isso, estruturou e distribuiu 45 cooperativas agropecuárias atuantes nestas regiões. O projeto teve como objetivo formar uma rede de cooperativas que foram inicialmente avaliadas quanto a sua viabilidade econômica e de eficiência na atuação da sua área de ação. Após esta ordenação o projeto fomentou a criação de cooperativas centrais. Outro resultado desse projeto foi à criação da OCEPAR (Organização das Cooperativas do Estado do Paraná) com o propósito de fortalecer ainda mais o cooperativismo no estado através de estudos de desenvolvimento e divulgação do sistema. A partir do PIC cada cooperativa teve definida sua área de atuação.

Além do cooperativismo com registro na OCEPAR, destaca Sinhorini (2007, p.74) que, no Sudoeste paranaense desenvolve-se também, outro tipo de cooperativismo ligado a produção agropecuária familiar. Trata-se das Cooperativas de Produção, Comercialização e Desenvolvimento Solidário da Agricultura Familiar ligadas a COOPAFI (Sistema de Cooperativas da Agricultura Familiar Integradas). “Dentre seus objetivos, pretendem ampliar e fortalecer os canais de comercialização; fortalecer o acompanhamento técnico; capacitar agricultores familiares; apoiar cadeias produtivas; fortalecer a produção agroecológica; viabilizar instrumentos de políticas públicas para a agricultura familiar etc.”

Em 1991, estas regiões receberam, após aprovação dos dirigentes da OCEPAR, uma nova estruturação. Com a finalidade de descentralização, maiores participações e integração de um maior número de lideranças cooperativistas nas discussões sobre temas do interesse comum do sistema, a OCEPAR cria os Núcleos Regionais Cooperativistas. O Estado foi, então, dividido em 05 Núcleos, de acordo com a localização geográfica, área de ação e vocação das cooperativas. A região Centro-Sul permaneceu inalterada, a região Sudoeste foi desmembrada da região Oeste, o mesmo ocorrendo com a região Noroeste em relação ao Norte.

Destaca Sinhorini (2007) que a generalizada carência de infra-estrutura para o armazenamento e beneficiamento da produção, o fornecimento de insumos, as sementes selecionadas e demais serviços aos agricultores como assistência técnica, somados aos incentivos do Estado brasileiro que adere ao pacote tecnológico da “*revolução verde*”,

intimamente ligado aos interesses internacionais de grandes empresas, justificaram a fundação de algumas cooperativas empresariais ligadas ao ramo agropecuário no Sudoeste do Paraná. Entre elas está a Cooperativa Agropecuária Capanema Ltda (COAGRO), fundada em 1970, por 67 agricultores no município de Capanema/PR.

“O apoio dos órgãos governamentais foi vital para o fortalecimento das cooperativas agrícolas de produção” (SINHORINI, 2007, p. 79). Além da infra-estrutura subsidiada pelo Estado, do convênio com o GETSOP para mecanizar as terras, a cooperativa recebe, antes e depois da criação, apoio da ACARPA, que, a partir da *política educacional rural*, realiza trabalho de educação cooperativista e treinamentos doutrinários com comissões organizadoras da cooperativa visando atingir os adultos e os filhos dos agricultores para a utilização das novas técnicas de produção capitalista. Um processo de desconstrução do conhecimento hereditário e sua reconstrução baseada sob novas formas de pensar e reproduzir a terra a partir do uso de técnicas e tecnologias modernas. O problema é que estes projetos, na grande maioria, não compreendem o campo e a cidade como face de uma mesma realidade (VENDRAMINI, 2009).

Materializa-se no espaço geográfico, novas territorialidades. Em 15 anos de atuação, a COAGRO aumentou o número de associados, de unidades estruturadas para comprar, beneficiar e armazenar a produção agrícola, o número de caminhões para escoar a produção, de automóveis para atendimento residencial aos associados, produziu mudanças na forma organizativa dos agricultores, das unidades produtivas e da produção (SINHORINI, 2007).

Até 1990, manteve sua área de atuação restrita aos municípios de sua fundação: Capanema, Realeza, Santa Izabel do Oeste, Planalto e Pérola D'Oeste. Até 2004 acrescenta a este quadro Ampére, Bela vista da Caroba, Pranchita, Pinhal de São Bento, Santo Antônio do Sudoeste, Bom Jesus do Sul e Barracão.

A abrangência territorial de cada cooperativa é resultado, principalmente, da diversificação dos negócios que, além de atrair novos associados, favorece a acumulação de capital. A área de atuação da COAGRO é resultado da sua política de expansão geográfica, a qual vai materializando seus interesses através da incorporação de *novos* associados e territórios (SINHORINI, 2007, p. 80).

Os principais serviços prestados pelo COAGRO e que, para Sinhorini (2007) caracterizam o papel da cooperativa no processo de modernização da agricultura desde sua instituição até 2004, são: repasse de crédito, o recebimento, limpeza, secagem, armazenamento e comercialização de soja, milho e trigo; recebimento de leite, criação de

suínos, comercialização de laranja, assistência técnica, e a venda de insumos, tais como: sementes selecionadas, defensivos, adubos, calcário e uréia; além da rede de supermercados para venda de produtos de primeira necessidade.

A fundação da COAGRO foi resultado do processo de modernização agrícola. Com o apoio do Estado, garantiu sua expansão inicial, atraindo novos sócios e intensificando a mercantilização da agricultura. Em seu processo de territorialização, teve forte influência das políticas econômicas do Estado. Em momentos de maior elasticidade, o crescimento da COAGRO é maior, já nos momentos de restrições, a cooperativa passou por fases de estagnação ou crise. Ao que parece, apesar dos esforços de diversificar os ramos de atuação na busca da auto-sustentação, mostrou-se dependente dos incentivos do Estado, não conseguindo ir além de reproduzir as contradições e desigualdades sociais inerentes ao desenvolvimento do capital (SINHORINI, 2007, p. 164).

O autor caracteriza o associado da COAGRO de acordo com a estrutura fundiária. Até 1985 desapareceram 564 estabelecimentos com área entre 11 a 50 hectares. Parte deles concentrou-se em estratos de áreas maiores, outros foram fragmentados com o matrimônio dos filhos em unidades produtivas menores. Embora todos estivessem atrelados aos interesses de expansão capitalista, os agricultores com tamanhos de propriedades menores, são excluídos do projeto oficial de modernização da agricultura.

Embora o autor tenha dado conta ao que se propôs estudar, sentimos falta de uma fundamentação teórica sobre os conceitos que, segundo ele, nada mais são, que a base de suas reflexões: território, territorialidade, territorialização e redes. O conceito de espaço geográfico nem é lembrado neste momento, mas percebemos que está bastante implícito, principalmente o *espaço banal*, citado de modo repetitivo pelo autor ao reverenciar os agricultores excluídos do processo de capitalização.

Neste sentido, a construção do espaço geográfico é econômica, política e cultural ao mesmo tempo. É construído pelo homem ao relacionar-se entre si e ao interagir e modificar a natureza em diferentes momentos históricos, por intermédio do trabalho e do uso de técnicas aprimoradas historicamente. É através do resultado do trabalho e das redes de circulação e comunicação, que ocorrem as relações entre o local e o global. As transformações que ocorrem no espaço rural do Sudoeste do Paraná são fruto de intencionalidades sociais, construídas de acordo com a evolução histórica e também da ciência e das técnicas presentes no território, difundidas, por exemplo, pela COAGRO (SINHORINI, 2007).

Conforme podemos observar no quadro 04, as análises expostas apresentam um debate transdisciplinar com alguns autores da Economia, Sociologia, Filosofia, Agronomia, História e Geografia.

**Quadro 04: Compreensões de Geografia, território, espaço, cooperativismo, desenvolvimento e agricultura familiar na dissertação de José Marcos Sinhorini**

Principais referências	ABRAMOVAY, Ricardo (1981) BRUM, Argemiro J. (1988) DELGADO, Guilherme C. (1985) FERES, João B. (1990) GRAZIANO NETO, Francisco (1982) HESPANHOL, Antonio N. (1990) RAFFESTIN, Claude (1993) SAQUET, Marcos (2002a) SORJ, Bernardo (1986) WACHOWICZ, Ruy C. (1987)
Geografia	Concepção histórico-crítica
Território	Compreende o território a partir das relações mais econômicas de poder e dominação, construídas constantemente a partir das redes de comunicação e circulação de pessoas, informações, produtos e mercadorias tanto interna como externamente ao local; é formado a partir das estratégias da COAGRO.
Espaço	É construído social e desigualmente e tem suas diferenciações acentuadas ao longo do tempo, em virtude da divisão social e territorial do trabalho no processo de valorização do capital, do desenvolvimento das forças produtivas, das relações de produção, das lutas sociais, da ação do Estado, da ideologia do moderno e de fatores culturais.
Desenvolvimento	Compreende o desenvolvimento a partir da instituição de políticas e órgãos de fomento para o campo, principalmente os gestados e geridos pelo Estado que têm por base o crescimento da economia. Essa ideia traz consigo a ideologia de que o desenvolvimento modernizante depende do crescimento econômico, servindo, assim, para camuflar as desigualdades territoriais.
Modernização da Agricultura	Entendida como a industrialização, a utilização de insumos tecnologicamente avançados e a mecanização produtiva.
Agricultura familiar	Não utiliza a concepção “agricultor familiar”. O conceito está oculto entre as terminologias utilizadas: unidades de produção familiar e/ou pequenas unidades produtivas.
Cooperativismo	Entende-o como uma organização que surge como uma forma de reação frente às injustiças econômicas, políticas e sociais. No Brasil, tem sua origem intrínseca ao processo histórico de desenvolvimento. Surge pela influência de imigrantes europeus. Tornou-se o principal executor de políticas públicas voltadas para o campo: preços mínimos, compra de safra, créditos oficiais subsidiados, assistência técnica, educação agrícola etc. Revela-se em dois níveis: como manutenção da dominação social, em alguns casos, com um nível de existência melhorada, em outros, com expropriação e proletarização de agricultores.

Fonte: SINHORINI, 2007.

Organização: ABRÃO, Joice A. A., 2012.

Sinhorini (2007) não explica a abordagem geográfica em que está baseando-se, mas apresenta alguns elementos que nos levam aos princípios da Geografia Crítica centrada no materialismo histórico e dialético, principalmente por trabalhar com os conceitos de espaço e

território. Sintetizamos no quadro 04 os principais conceitos trabalhados por Sinhorini (2007) que fundamentaram a análise da organização política territorial da COAGRO no Sudoeste do Paraná.

Ao abordar a agricultura no Sudoeste do Paraná, Sinhorini (2007) a caracteriza como “unidades de produção familiar” (Idem, p. 32) ou “pequenas unidades produtivas” em que “o trabalho familiar” é apreendido como “herança do processo de colonização” (Idem, p. 46). O conceito de agricultura familiar está, assim, implícito e, em nenhum momento é citado pelo autor, que também não justifica a opção por estas definições.

Compreende o desenvolvimento vinculado a expansão das cooperativas agropecuárias e à modernização da agricultura, apreendida a partir da utilização de técnicas e tecnologias consideradas modernas: máquinas, equipamentos, insumos de origem industrial, sementes selecionadas e financiamentos agrícolas, tecendo uma crítica à mediação feita pelo Estado que favorece a cooperativa e não os agricultores.

O jogo do mercado e o poder do capital transformaram as cooperativas em lócus de sua realização e reprodução, pois os acontecimentos locais ocorrem num processo global que articula, através das redes, a circulação e a realização da produção agropecuária. A compra da produção agropecuária e a revenda historicamente favorecem a cooperativa. O território resulta, dessa forma, da apropriação do espaço legitimada pela sobreposição de diferentes empresas e pela intervenção do poder do Estado num constante processo de territorialização dos agentes produtivos.

Através de suas ações, a COAGRO forma uma malha articulada com outras malhas em rede, onde o *nó* principal é a sede da cooperativa, de onde partem decisões e articulações com os demais *nós* que são as unidades. Faz articulações com o global como é o caso das negociações na comercialização da produção agrícola (soja) no mercado mundial e negociações de compra de insumos e máquinas com corporações transnacionais (SINHORINI, 2007, p.165).

A partir de uma orientação teórico-metodológica centrada na abordagem territorial histórico-crítica, o território e a territorialidade constituem os principais conceitos de análise em Sinhorini (2007), ora articulados na relação espaço-tempo-território, ora proferidos conforme a relação território-rede-lugar. Constata que o cooperativismo agropecuário, por meio de seus dirigentes, aspira melhorar as condições de vida e autonomia de seus associados, entre eles, os pequenos produtores agrícolas, porém, por tornar-se instrumento de modernização e industrialização, não possibilita as condições de mudança e rompimento com

a ordem excludente e de concentração de capital, ocasionando a submissão dos agricultores às lógicas agroindustriais da modernização por meio dos sistemas produtivos e de comercialização. Logo, critica a ideia de que o desenvolvimento dependa do crescimento econômico, pois esta ideologia serve para camuflar as desigualdades territoriais.

#### 4.4. ANÁLISE DA DINÂMICA TERRITORIAL DAS AGROINDÚSTRIAS ARTESANAIS RURAIS DE FRANCISCO BELTRÃO/ PR – A DISSERTAÇÃO DE MÁRCIO FREITAS EDUARDO.

Na obra intitulada “A dinâmica territorial das agroindústrias artesanais de Francisco Beltrão/PR”, Eduardo (2008) pretende contribuir com o debate sobre o desenvolvimento local, abordando o território como multidimensional, heterogêneo e resultado da conflitualidade social. A partir do método dialético, constrói uma abordagem relacional com caráter híbrido, em que o território é formado pelas relações de poder multidimensionais, sendo, a territorialidade produto dessas relações. Os processos territoriais locais são contraditórios, conflituosos e estão em constante movimento de superação assumindo novos significados e gerando des-continuidades no tempo e no espaço.

Trata-se de uma interpretação geográfica histórico-crítica, relacional e multidimensional, que contempla aspectos e processos econômicos, políticos, culturais e naturais, embora, o autor enfatize uma leitura mais econômico-cultural do território por meio do patrimônio cultural, da produção e da circulação. Corresponde a uma leitura territorial das múltiplas relações existentes entre esses elementos na cidade e no campo, entendendo esses espaços como territórios articulados em redes, onde se destacam as relações de poder, em diferentes instâncias, situações e níveis escalares; as identidades e as mediações materiais e imateriais, objetivas e subjetivas.

##### 4.4.1. Estrutura da dissertação

Baseando-se numa vertente teórico-metodológica fundamentada na análise do território tido em sua multidimensionalidade econômica, política e cultural, o autor, Márcio

Freitas Eduardo, tem como finalidade analisar elementos da dinâmica territorial das agroindústrias artesanais e familiares (ou *agroartesanato*) no município de Francisco Beltrão, a fim de compreender a formação e a dinâmica atual das agroindústrias no município, caracterizando a produção de produtos de subsistência e mercadorias e, ao mesmo tempo, alguns aspectos identitários que estão presentes na produção artesanal.

Não há consenso sobre o número de agroindústrias artesanais existentes no Sudoeste do Paraná e em Francisco Beltrão, pois, além da quantidade mudar todos os anos, os diferentes modos como são conceituadas, também interfere. Sendo assim, entre os anos de 2006 e 2007, Eduardo (2008) faz uma análise comparativa entre 31 unidades produtivas, divididas em diferentes ramos produtivos: sete agroindústrias de pasteurização do leite, cinco de produção de queijos, cinco abatedouros de suínos, duas de filetagem de pescados, duas de produção de cachaça, duas de beneficiamento de mel, dois abatedouros de aves, uma de seleção de ovos, uma agroindústria de doces, vinhos e conservas, uma de açúcar mascavo, uma na atividade de panificação localizada no perímetro urbano e duas unidades desativadas de pasteurização do leite.

A prioridade são as agroindústrias artesanais rurais por apresentarem-se como atividade de resistência da agricultura familiar. A opção analítica de uma agroindústria urbana (de panificação) é para destacar algumas peculiaridades fora do contexto rural e também, algumas características próprias a esta lógica de produção, tais como, a ligação com o patrimônio cultural campesino.

Constata o autor que, para a maioria das famílias, o agroartesanato constitui na principal fonte de renda, contribuindo ainda para arrefecer o êxodo rural. Eduardo (2008) verifica que duas famílias fizeram o processo inverso ao do êxodo rural: através da compra de terras e da produção agroartesanal buscaram desvincular-se do assalariamento urbano. Essa atividade potencializa o saber, a mão-de-obra familiar e ainda agrega valor aos produtos, pois, a produção e a transformação dos produtos alimentares efetivam-se no interior da própria unidade produtiva rural, “garantindo maior autonomia produtiva às famílias denotando qualidade de resistência” (EDUARDO, 2008, p.15).

A primazia pelo viés teórico-conceitual territorial é para identificar as distintas dimensões da construção do espaço geográfico, tais como, aspectos econômicos, de organização política, da cultura, das relações de poder e das mudanças e permanências territoriais no período entre 1940 e 2007. O intuito do autor em analisar o território como multidimensional é para entender que há, em Francisco Beltrão, disputas e sobreposições territoriais.

No Sudoeste do Paraná e, conseqüentemente em Francisco Beltrão, o agroartesanato tem seu cerne na agricultura camponesa e origina-se concomitante ao processo efetivo de colonização, mais precisamente a partir da década de 1940 com a intermediação política do Estado, inicialmente com a constituição da CANGO (Colônia Agrícola Nacional General Osório) e efetivando-se em 1960 com o GETSOP (Grupo executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná). Através da CANGO foram reterritorializados migrantes gaúchos e catarinenses, descendentes de europeus, “com arraigado conteúdo de sociabilidade campesina e mesclando tradição rural, pequena propriedade, trabalho familiar, produção mercantil e policultura de subsistência” (EDUARDO, 2008, p. 12). Na década de 1960 é criado o GETSOP no sentido de “regularizar a questão jurídica referente à posse das terras e para atender a demanda pelo crédito agrícola, importante elemento do processo de modernização da agricultura” (Idem, p.47). Essas ações políticas instituíram a organização territorial no Sudoeste do Paraná que está baseada no trabalho familiar, na policultura e no minifúndio.

O embate presente na dissertação é o acirramento das conflitualidades entre o paradigma produtivista do agronegócio e a produção familiar no Sudoeste do Paraná. Eduardo (2008) compreende essa dinâmica territorial a partir da questão agrária como forma de resistência e produção de temporalidades. O acirramento da modernização da agricultura a partir de 1970 agrega à agroindústria artesanal uma nova conotação, mais mercantil e ambígua. Em algumas propriedades rurais, permanece como atividade de mera subsistência da família com a produção doméstica de queijos, salames, massas, doces etc.; e em outras, adquire uma faceta mais mercantil, com especialização e modernização (aos parâmetros do segmento) da produção.

O fenômeno da modernização da agricultura fez-se presente no Sudoeste, mais sistematicamente a partir de 1970. O avanço dos CAIs (ramo de suínos, aves e leite) e das monoculturas mercantis, como a do fumo e a da soja, foram intensas e ocorreram nessa estrutura territorial específica, de predomínio minifundiário e familiar. Como fenômeno capitalista, a modernização agropecuária é seletiva e excludente. Com as crises no ramo dos suínos na década de 1980 e na década de 1990, devido ao aumento das exigências e imposição de técnicas adotadas como necessidade de gestão pelas agroindústrias integradoras, acirrou-se a conflitualidade entre os paradigmas de produção do agronegócio e da produção familiar (EDUARDO, 2008, p. 17).

Por isso, o autor afirma que a questão agrária produz seus territórios. “No Sudoeste do Paraná, o acirramento da conflitualidade entre o agronegócio e a produção artesanal e familiar fez emergir, como resistência, velhas formas de sociabilidade dotadas de novos significados e



atributos” (EDUARDO, 2008, p. 15). Os agricultores, mesmo aderindo à produção agrícola mecanizada e predominantemente mercantil não são considerados, pelo autor, como capitalistas, visto que o propósito é a reprodução familiar. A adequação ao mercado cabe como alternativa para manter a propriedade e prover dela, pelo menos inicialmente, maior rentabilidade com o intuito de contribuir na qualidade de vida familiar. Há relações *não tipicamente capitalistas*, mas também outras com traços de um capitalismo embrionário.

Como são inúmeras as produções da dinâmica de toda a atividade agroartesanal de Francisco Beltrão, na pesquisa, o autor opta por analisar os produtores cadastrados no SIM.

Em nossa pesquisa primamos por analisar os produtores cadastrados no SIM. Em tais casos, a produção é legalizada e possui uma inserção mercantil mais regular, com características organizacionais semelhantes dada a atuação dos órgãos de inspeção. Para fins de demonstração, entrevistamos também produtores artesanais não cadastrados no SIM, com forte característica artesanal. Além disso, entrevistamos uma família que pratica o agroartesanato urbano no intuito de destacarmos as peculiaridades da produção no espaço urbano e também entrevistamos duas famílias de produtores agroartesanais do ramo de leite pasteurizado que suspenderam (mercantilmente) recentemente a atividade. Essa diversidade é importante por nos permitir traçar um mapa de potencialidades e limitações da atividade. (EDUARDO, 2008, p. 19).

No primeiro capítulo, o autor opta pela fundamentação teórico-conceitual englobando os conceitos de território, formação territorial, *desterritorialização* e *reterritorialização*, rede e espaço, as noções de poder e identidade. Seu enfoque analítico está baseado no conceito de território visando compreender os elementos econômicos, políticos e culturais presentes na produção do espaço local e dos territórios.

A espacialidade e a historicidade dos processos sociais são enfatizados no segundo capítulo quando o autor analisa a formação territorial do Sudoeste paranaense e seus elementos culturais (tradicionais, simbólicos, etc.), políticos e de ordem econômica presentes nas determinações que, interagidas formaram o próprio território. Destacam-se os conceitos de des-reterritorialização e de formação territorial. O objeto de estudo neste capítulo é o legado cultural que constitui o saber fazer produtivo agroartesanal e seus traços identitários, reproduzidos pelos descendentes de Europeus reterritorializados no Sudoeste paranaense.

No terceiro capítulo o autor aborda a produção artesanal de alimentos em escala *mesorregional* (Sudoeste paranaense), destacando algumas características da organização agropecuária. Ao estudar as agroindústrias artesanais no Sudoeste paranaense utiliza dados fornecidos pela EMATER/PR enquanto que, os dados de campo restringem-se ao município

de Francisco Beltrão/PR. Apresenta ainda, uma análise acerca da estreita vinculação existente entre a produção artesanal e a dinâmica agropecuária da *região*. Para compreender os elementos da dinâmica histórica e territorial das agroindústrias artesanais estudadas, a partir dos dados obtidos junto ao IBGE, SEAB e IPARDES destaca algumas características da modernização agrícola ocorrida no Sudoeste paranaense, visando mostrar seus efeitos numa estrutura fundiária minifundista com traços culturais marcantes derivados do processo de colonização efetiva.

No capítulo 4, procura analisar a formação territorial das agroindústrias artesanais e familiares de Francisco Beltrão/PR. Parte da análise do processo de colonização do Sudoeste, buscando compreender como a *frente colonial gaúcha* e catarinense desempenhou um papel ativo na formação das atividades artesanais beltronenses, através da difusão cultural de um saber fazer específico, patrimônio cultural herdado pelos *colonos eurobrasileiros* de seus antepassados desterritorializados principalmente da Itália, Alemanha e Polônia.

A partir da década de 1990, muitas unidades produtivas artesanais estão distanciando-se de suas funções tradicionais de suprimento alimentar familiar e ingressando no mundo da mercadoria. Dessa forma, Eduardo (2008) destaca a diferenciabilidade de ritmos e de territórios existentes entre as unidades produtivas de Francisco Beltrão: produções de ritmos mais lentos e outras com ritmos mais rápidos produzem seus territórios.

A partir de dados empíricos, o autor analisa ainda, aspectos das atuais dimensões econômicas, políticas e culturais das unidades produtivas estudadas, caracterizando o arranjo produtivo: produção, gestão, circulação e consumo. Além disso, o autor dispõe de um conjunto de dados disponibilizados pela EMATER/PR e de dados quantitativos obtidos através de entrevistas realizadas com proprietários e ex proprietários de agroindústrias artesanais, e também com pessoas indiretamente relacionadas com essa atividade (profissionais da EMATER e técnicos da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão/PR).

Apresentada a estruturação da obra de Eduardo (2008), vamos agora identificar e analisar os principais conceitos e interpretações utilizados pelo autor ao estudar a dinâmica territorial das agroindústrias artesanais de Francisco Beltrão.

#### 4.4.2. Análise da dissertação

Preocupado em compreender o processo histórico de apropriação e organização do espaço geográfico, Eduardo (2008) visualiza a formação territorial do Sudoeste do Paraná a partir da historicidade dos movimentos de des-re-territorialização. Busca na história e na

ciência geográfica elementos para compreender e interpretar a gênese e as múltiplas facetas de organização territorial das agroindústrias artesanais rurais em Francisco Beltrão, articulando o tempo, o espaço e o território. O autor referido destaca mudanças e permanências inerentes a esse processo, como as concretizadas na “colonização efetiva”, na configuração fundiária e na *modernização* da agricultura. Ratifica assim, o agroartesanato, em Francisco Beltrão, como *trunfo territorial*; um domínio cultural antigo que denota numa alternativa de enfrentamento, resistência, adequação, estratégia, autonomia, poder e integração ao mercado.

Essas conotações são direcionadas no sentido de que os produtores familiares artesanais reproduzem o saber fazer produtivo culturalmente transmitido pelas gerações na vida campesina como uma atividade historicamente complementar. Acostumados a produzir com técnicas artesanais, inserido nos novos modelos de produção, denotam resistência, no sentido de serem antagônicos as orientações produtivas que primam pela manipulação química da produção. Ocorre que, há uma disseminação da atividade agroartesanal nas mais variadas condições, desde o ambiente de uma cozinha doméstica até uma unidade com tecnologias mais modernas, regulamentada e formalizada ambiental e sanitariamente. Essas conotações expressam que o agroartesanato por ser multidimensional e heterogêneo, representa territorialmente, conflitualidade social em que os sujeitos, produtores familiares artesanais camponeses, utilizam técnicas e tecnologias modernas, no entanto, decidem sobre o modo de produzir e trabalhar.

No quadro 05, organizamos as principais referências e conceitos utilizados pelo autor ao estudar a dinâmica territorial das agroindústrias artesanais em Francisco Beltrão. Entendemos que, a partir do quadro, poderemos adentrar as discussões mais pertinentes a nossa pesquisa, dentre elas, a análise sobre as diferentes concepções de agricultura familiar.

A produção de alimentos via agroartesanato é um domínio antigo dos produtores familiares do Sudoeste do Paraná, deriva das territorialidades de italianos, alemães e poloneses em suas práticas de vida reterritorializadas no Sul do Brasil e reproduzidas, tradicionalmente por seus descendentes.

A partir da década de 1990, consoante a materialização de políticas públicas como o PRONAF e a criação do MDA, ambos com iniciativas favoráveis à agricultura familiar, o saber fazer produtivo agroindustrial artesanal e familiar adquire maior conotação mercantil. Em Francisco Beltrão, isso acontece mais notoriamente, após a criação do Selo de Inspeção Municipal (SIM), instituído em 1996. Amparado na ação da vigilância sanitária, o SIM legitimou a mercantilização das produções tornando-se uma necessidade para melhor escoar a produção agroartesanal.

Quadro 05: Principais referências e compreensões de Geografia, território, espaço, desenvolvimento, agricultura familiar e agroartesanato na dissertação de Marcio Freitas Eduardo (2008)	
Principais referências	Claude Raffestin (1993) Rogério Haesbaert (2005, 2002, 1997) Antônio C. Maia (1995) Marcos A. Saquet (2004, 2005, 2003) Eliseu S. Sposito (2005) Bernardo M. Fernandes (2007) João Bosco Feres (1990) Ruy Wachowicz (1985) M. Santos (1993, 1997, 2003, 1988, 1996 a. 1991)
Geografia	Utiliza o método dialético com uma abordagem híbrida multidimensional
Território	Compreende a dinâmica territorial como objetivação e reflexão das relações sociais agidas e vividas no espaço e com apropriação deste no tempo. É produzido pelos atores sociais a partir do espaço. Neste sentido, a problemática territorial envolve a processualidade histórica do(s) poder(ES) como essência do sistema territorial.
Espaço	Produzido social e historicamente pelos imigrantes e seus descendentes em diferentes temporalidades. O entende a partir da conjugação espaço-tempo que é abordada de maneira dialética, conforme o tempo histórico e das coexistências (tempos rápidos e lentos). As mudanças e permanências territoriais, associadas às ações do homem remotas e atuais, coexistem no espaço e o tornam dinâmico e funcional.
Desenvolvimento	Entende-o a partir da articulação local x global apoiando-se na formação de redes dinâmicas de circulação, comunicação e comercialização entre os espaços urbano e rural. Homens, mulheres e crianças são protagonistas do desenvolvimento local, tendo como combinação, políticas governamentais e conhecimento empírico. Apresenta-se como uma estratégia de sobrevivência das unidades familiares que buscam sua reprodução por meio do agroartesanato.
Agricultura familiar	Patrimônio cultural herdado do campesinato italiano, polonês e alemão. Um conceito genérico que combina propriedade, trabalho e família com tímida inserção da produção nos mercados locais. Ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, a família assume o trabalho no estabelecimento.
Agroartesanato ou agroindústrias artesanais rurais	Uma atividade de produção de alimentos mantida, predominantemente, por um grupo familiar como prática mercantil e/ou de subsistência organizada intra-propriedade. Têm sua identidade fundida no patrimônio cultural, com conhecimentos reproduzidos por meio das tradicionais relações de trabalho. São pequenas unidades de produção e transformação familiar e artesanal de alimentos baseadas no mercado local. Compreende consoante ao campesinato, ou seja, como uma forma particular da agricultura familiar. Tanto o agroartesanato urbano quanto rural, representam uma forma de resistência dos pequenos produtores agrícolas e familiares contra a atuação dos CAIs e a dependência ao capital comercial, industrial e financeiro.
Agroartesanato urbano	Similar ao agroartesanato rural, no entanto, a família produtora está dissociada da produção agropecuária, mas mantém vínculos ao adquirir matéria-prima rural. O surgimento dessa atividade no espaço urbano está associada à emergência de um nicho de mercado local.
Fonte: EDUARDO (2008). Organização: ABRÃO, Joice A. A., 2012.	

Desde a instituição do SIM, o agroartesanato tem se destacado como alternativa ou, como território de resistência para atividade familiar, em resposta à expansão *regional* do modelo do agronegócio: especialmente os complexos agroindustriais (CAIs) do ramo de suínos, leite, aves, fumo etc. “Fundamentando-se no trabalho familiar, na busca crescente por maior autonomia produtiva familiar e inserindo-se nos mercados locais com produtos tradicionais, a dinâmica do agroartesanato beltronense caracteriza-se essencialmente como trunfo territorial” (EDUARDO, 2008, p. 12).

Embora Eduardo (2008) não tenha descrito sua concepção de espaço geográfico, seu viés teórico-conceitual nos leva a entendê-lo a partir da conjugação espaço-tempo; tempo que significa processualidade histórica e velocidade das relações. O espaço é, assim, construído social e historicamente pelos imigrantes e seus descendentes em diferentes temporalidades ao relacionarem-se entre si e com a natureza no lugar em que vivem. A relação espaço-tempo é abordada de maneira dialética, conforme o tempo histórico e das coexistências (tempos rápidos e lentos). As mudanças e permanências territoriais, associadas às ações remotas e atuais do homem, coexistem no espaço tornando-o ainda mais dinâmico e funcional.

A conjugação do espaço e do tempo na vida social/cotidiana é para identificar alguns vínculos materiais existentes entre processos político-econômicos e culturais existentes e em constante processo de transformação. Na abordagem econômica do espaço geográfico destaca o crescimento e o desenvolvimento desigual das unidades produtivas agroartesanaís; já no aspecto mais político e cultural, evidencia as relações, ligações e diferenças entre as etnias e lugares.

Como elemento do espaço identifica e caracteriza: as famílias descendentes de imigrantes europeus; os Complexos Agroindustriais (Sadia, Perdigão, Parmalat, Souza Cruz); as instituições que estabelecem normas, ordens e legitimações (Prefeitura Municipal, EMATER, ASSESOAR); o meio ecológico de onde provém a base para o trabalho; e as infra-estruturas que são as construções feitas para processar os alimentos com base no conhecimento herdado. Estes elementos coexistem no espaço, cada um com suas temporalidades, mas todos interligados. Portanto, o espaço geográfico em Francisco Beltrão, é, através do resultado do trabalho dos agroartesãos e das redes de circulação e comunicação, local e global ao mesmo tempo.

O autor define o território vinculando-o às relações de poder, predominando uma dimensão mais política. Adota assim, uma perspectiva relacional baseando-se, sobretudo, em Raffestin (1993), que tece uma análise econômica e política do território, e na analítica do poder de Foucault sistematizadas por Maia (1995); mas também em Haesbaert (2005) que tem

uma vertente mais culturalista e política; e em Saquet (2003 e 2005) que correlaciona às dimensões econômicas, políticas, culturais como essenciais ao território. Em comum, esses autores compartilham uma visão crítica da realidade ao situarem seus estudos numa perspectiva humana e crítica, considerando o território como construção social, multidimensional e multiescalar compreensível, somente, consoante as relações de poder.

Desta forma, para Eduardo (2008, p.29) a essência do território é social, portanto, “suas dimensões são a política, a econômica e a cultura, imbricadas relacionalmente pela historicidade e conflitualidade inerente a toda sociedade”. O vínculo entre espaço e poder constitui na essência ao conceituar território e territorialidade.

O território consumido/reproduzido é objetiva (dimensões econômicas e políticas) e subjetivamente (cultural) fruto do trabalho humano. Dito de outra maneira, uma gama de ações concretas e apropriações abstratas produto de interações e relações sociais que por meio das mediações espaciais originam identidades e um campo de influência no contexto a que se inserem. “Trata-se do território apreendido em termos de poder, de apropriação e de dominação” (EDUARDO, 2008, p. 37). As relações de poder correspondem, portanto, às decisões e ações que marcam a formação do território e a sujeição dos produtores familiares artesanais às instituições e demais grupos que detêm o controle espacial dos objetos e das práticas sociais.

Os sistemas de redes permeiam assim, “todo o tecido social articulando e integrando os diferentes focos do poder (Estado, escola, prisão, hospital, asilo, família, fábrica, vila operária, etc.) que se apóiam um nos outros” (EDUARDO, 2008, p. 37). A territorialidade representa o viver e o acontecer habitual no território, enquanto que a identidade constitui num código simbólico do território. Já a desterritorialização implica no afastamento físico do sujeito social de seu espaço de relações e a desterritorialidade sugere o “desvencilhamento de certas relações simbólicas e identitárias (culturais) que os sujeitos mantêm com determinado território” (Idem, p.39).

O autor tanto compreende como aborda o território, o espaço, as redes, a identidade, o trabalho e o poder como elementos indissociáveis.

O modo como avança o capitalismo no campo, homogeneíza o desenvolvimento centrando-o nas particularidades do modo de produção capitalista e não na conflitualidade do território. A pequena propriedade e a força de trabalho familiar são centrais para entender a dinâmica territorial do espaço agrário do Sudoeste Paranaense, o qual apresenta uma dimensão espacial do desenvolvimento, centrada numa distribuição mais equilibrada da população no território associando-se ainda à policultura.

O autor fala em “novo” capitalismo agrário, não visando o lucro pelo lucro, mas a promoção do social e do ambiental pela produção artesanal e familiar. Logo, o “novo” do capitalismo agrário, significa as diferentes estratégias que os atores (produtores familiares e artesanais rurais e urbanos) têm que desenvolver para se firmarem como sujeitos sociais no território. O desenvolvimento representa, assim, uma tentativa de ir além da modernização técnico-produtiva, apresentando-se como uma estratégia de sobrevivência das unidades familiares que buscam sua reprodução por meio do agroartesanato. Por conseguinte, ultrapassam-se o enfoque predominantemente setorial do espaço rural. A divisão rural/urbana perde sentido, pois as atividades agrícolas e não agrícolas estão integradas no espaço local.

Algumas estratégias capitalistas são reformuladas em favor da reprodução familiar, tais como, a produção mercantil, o incremento técnico, a utilização do trabalho da família, a utilização do trabalho assalariado em caráter complementar etc. Nessas circunstâncias, o “agroartesanato e a policultura de subsistência mesclam-se como possibilidades de resistência e de manutenção de uma prática de vida específica” (EDUARDO, 2008, p. 40), materializando nos territórios diferentes relações que associam velhos e novos conteúdos na atual dinâmica agrária.

Conforme a posição paradigmática do *PQA* e do *PCA*, consoante a Fernandes (2007), Eduardo (2008) entende que há dois projetos polêmicos em discussão no Brasil: um com enfoque setorial articulado aos interesses empresariais dos diversos segmentos que compõem o agronegócio; e outro, que privilegia o modelo familiar, enfatizando a utilização de recursos locais, a tomada de decisões, a diversificação da produção, a utilização do trabalho assalariado em caráter complementar, em fim, a relação entre gestão e trabalho. O que queremos dizer é que, Eduardo (2008) reconhece o camponês também como produtor familiar, no entanto, um “produtor familiar” perspicaz as estratégias de mercado, as quais são fundamentais no enfrentamento dos produtores familiares e artesanais de Francisco Beltrão.

Deste modo, diferentes instituições atuam no fomento do agroartesanato em Francisco Beltrão, mas com orientações políticas e teóricas divergentes, como é o caso do Ministério do Desenvolvimento Agrário, da Prefeitura Municipal, da EMATER, da ASSESOAR e da COOPAFI.

Ao procurar uma definição de agroindústria artesanal, mais precisamente no segundo capítulo, Eduardo (2008) parte do que chama de “colonização efetiva”. Para o referido autor, a mesorregião em que está circunscrito o seu recorte espacial de análise<sup>28</sup>, já havia sido

---

<sup>28</sup> Eduardo (2008) analisa o Sudoeste do Paraná conforme a divisão utilizada pelo IBGE, integrando 37 municípios.

ocupado antes da chegada do “migrante eurobrasileiro” e sustentava uma economia cabocla “mesclando agricultura incipiente com práticas primitivas de caça, pesca e coleta” (EDUARDO, 2008, p. 44). O desgaste do solo por técnicas agropecuárias predatórias e o fracionamento excessivo das terras do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina ocasionaram a descapitalização de muitas famílias gerando um processo de desterritorialização da população frente às contradições sociais. Assim, a “colonização efetiva” a que se refere Eduardo (2008), retrata a vinda e a re-territorialização de migrantes, principalmente gaúchos e catarinenses (majoritariamente descendentes de italianos, alemães e poloneses que, no século XIX foram desterritorializados na Europa e reterritorializados no Centro-Sul do Brasil) ao Sudoeste do Paraná. Por conseguinte, a territorialidade dos migrantes supera a territorialidade cabocla, reproduzindo na região as mesmas bases territoriais estabelecidas no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, impondo novos ritmos a produção agrária local.

O interesse de Eduardo (2008) em relação à historicidade do processo geográfico de colonização do Sudoeste do Paraná é ressaltar a origem locacional e a composição étnico-cultural da população reterritorializada, pois a cultura, associada a fatores de ordem econômica e política, contribuíram para difundir a produção artesanal de alimentos regionalmente. Neste sentido, a reprodução e a difusão do conhecimento agroartesanal está intrínseco ao “saber fazer produtivo desterritorializado e que tem seu epicentro histórico em países como a Itália e a Alemanha” e a Polônia. (EDUARDO, 2008, p. 49).

Corroborando o autor, que ao serem desterritorializados da Europa no século XIX e reterritorializados no Brasil, os imigrantes reproduziram uma agricultura camponesa, sobretudo ao Sul do país, readequando ao território os conteúdos culturais e seus códigos simbólicos. Portanto,

a transformação de produtos alimentícios no interior das propriedades rurais realizada, de maneira artesanal e com o trabalho familiar, é patrimônio cultural dos imigrantes europeus herdado por seus descendentes, cujo elemento cultural, o saber fazer produtivo territorializou-se em Francisco Beltrão mesmo após gerações *des-reterritorializadas* (EDUARDO, 2008, p.16).

Desta forma, a reterritorialização como expressão econômica, política e cultural da desterritorialização, “significa afirmação em um determinado lugar do patrimônio cultural de um povo desterritorializado de suas práticas de vivência original: de produção, de valores, de ideologias, de expressão material etc.” (EDUARDO, 2008, p. 51). Entretanto, percebemos no decorrer do texto, que as agroindústrias artesanais de Francisco Beltrão são caracterizadas,



pelo autor, de diferentes maneiras: como domínio cultural antigo, alternativa, trunfo territorial, resistência, estratégia ou busca por autonomia frente à atuação dos CAIs e da dependência ao capital comercial, industrial e financeiro

A produção artesanal é uma das permanências efetivadas pelos eurobrasileiros em seu processo de dispersão territorial pelo Brasil como atividade cultural, de subsistência e mercantil: uma *rugosidade*, reflexo de um patrimônio cultural herdado. No Sudoeste do Paraná, os descendentes de alemães, poloneses e italianos reproduzem determinadas práticas econômicas como cultivo dos parreirais, da cevada e da instalação de moinhos, serrarias e sapatarias; a transformação da carne suína em salames e outros derivados; atividades culturais, através de festas, danças e canções; a religiosidade e, ainda, aspectos de sua organização política, especialmente práticas de ajuda mútua e associações que permanecem até os anos 1980 (EDUARDO, 2008, p. 52).

Logo, para designar as unidades produtivas estudadas, Eduardo (2008), por questões teórico-conceituais, não utiliza a adjetivação “agricultura familiar”, mas adota a designação “agroindústrias artesanais e familiares ou agroartesanato”. O uso da adjetivação artesanal é para ressaltar um segmento específico da produção agroindustrial que se diferencia dos complexos agroindústrias introduzidos no Sudoeste do Paraná na década de 1980 nas áreas de integração do tabaco, frangos, suínos e leite. “Porém, essa caracterização encobre uma realidade extremamente complexa e heterogênea” (EDUARDO, 2008, p. 54), pois, por intermédio das redes, a pequena propriedade e o trabalho familiar consolidaram-se paralelamente à produção agrícola mecanizada e predominantemente mercantil, conectando-se ao circuito global de expansão do capital. Tanto é que,

[...] num mesmo estabelecimento rural, podemos encontrar: produção agrícola de subsistência; produção agropecuária mercantil; produção artesanal e aviário integrado à Sadia [...] Tal diferenciabilidade é fruto e característica do processo de formação territorial, da combinação entre mudanças e permanências, inovações e não-inovações que se conectam lentamente (EDUARDO, 2008, p. 59).

O agroartesanato, efetiva-se como uma *atividade não especificamente capitalista*. A conotação artesanal é utilizada pelo fato do ritmo de produção ser artesanal, o trabalho familiar, a produção ser em baixa escala, as técnicas e instrumentos de trabalho serem rudimentares e a inserção ao mercado, ser extremamente local. As agroindústrias artesanais são em escala de produção, produtividade e em estrutura física, consideradas pequenas unidades. Transformam o alimento sem nenhum tipo de integração. “Nessa lógica, as relações

de trabalho familiares, a propriedade da terra e dos instrumentos de trabalho, otimizam o ciclo da reprodução familiar” e o ingresso no mercado, sob a ótica capitalista, ocorre conforme a “circulação simples de mercadoria” (EDUARDO, 2008, p.53).

Com a agroindústria artesanal, busca-se, fundamentalmente, agregar mais valor ao trabalho familiar, por intermédio da produção e transformação intracidade (*in loco*) de alimentos e a venda direta ao consumidor. Constata-se maior autonomia na organização desse território, tendo em vista a baixa participação do capital comercial e financeiro nos parâmetros de produção e circulação de mercadorias das unidades agroartesanais e familiares (Idem, p. 53).

Busca-se nos produtos *coloniais* difundir os códigos e símbolos culturais, uma estratégia de mercado que agrega mais valor aos produtos ao difundir o *novo* como uma transfiguração dos *velhos* códigos culturais da produção artesanal.

As discontinuidades, engendradas no movimento histórico, transformam o *velho*, superam-no; no entanto, os elementos de territorialidades já vividas não estão fadados ao desaparecimento; a força motriz do devir histórico aviva o *velho* e o *novo*, atribui-lhes novos significados em sistemas territoriais e territorialidades inacabadas (EDUARDO, 2008, p. 79).

Nessa atividade há *relações não tipicamente capitalista*, mas também outras com traços de um capitalismo embrionário. Nas dimensões culturais e econômicas o agroartesanato é definido pelas características de produção (técnicas e instrumentos de trabalho) e pelo elemento familiar, pela importância dos conhecimentos reproduzidos e pelas tradicionais relações de trabalho predominantes. O componente cultural agrega um valor simbólico e de identidade ao segmento, atribuindo ao “produzir” o significado de auto-reprodução.

Destaca o autor que a diferenciabilidade de tempos faz com que num mesmo lugar coexistam as agroindústrias artesanais direcionadas ao mercado local e os complexos agroindustriais (CAIs) vinculados ao mercado internacional. O espaço é que reúne a todos com suas múltiplas possibilidades, sendo possível encontrar num mesmo estabelecimento a produção de subsistência, a agropecuária mercantil, a produção artesanal e a produção via integração.

A produção agroartesanal e familiar local envolve elementos do campesinato como: propriedade da terra, trabalho familiar, tradição do conhecimento produtivo (saber fazer) e policultura de subsistência associadas a técnicas

artesanais de produção, baixa escala de produção, além de diversificação produtiva (EDUARDO, 2008, p. 93).

O autor compreende o campesinato e o agroartesanato em Francisco Beltrão como uma forma particular da agricultura familiar, que se constitui com modos específicos de produzir e de viver em sociedade. Trata-se de um conceito genérico que ao combinar propriedade, trabalho e família, assume no tempo e no espaço, uma variedade de formas sociais. Os princípios de organização são camponeses, mas a produção é familiar. O que mudou na herança cultural do agroartesanato-camponês é uma tímida inserção da produção nos mercados locais quando, outrora, os produtos limitavam-se a mera subsistência familiar.

Os sujeitos envolvidos a esta categoria social, por motivos diversos - dentre eles a busca por maior autonomia na gestão do seu território, tiveram que adaptar-se ao novo contexto sócio-econômico agroindustrial e realizar modificações na forma de produzir, a fim de agregar valor à produção no circuito mercantil local e ficar livres da ação de intermediários e das agroindústrias integradoras. No entanto, estas alterações não produziram uma ruptura com o legado cultural de seus antepassados. Esta singularidade atribui particularidades quanto aos objetivos da atividade econômica que é, primeiramente, a satisfação das necessidades de reprodução da família e de seu modelo de vida específico. “O comércio é um meio para a realização dos propósitos de sustentação da família e não a única razão do existir agroartesanal” (EDUARDO, 2008, p. 96). A busca pela reprodução ampliada do capital não é o princípio básico de orientação da atividade agroartesanal, embora algumas unidades apresentem indícios de capitalização como assalariamento e uma relação mais estreita com o mercado, porém, mesmo assim, “são pequenas e possuem grau incipiente de tecnologia e abrangência de mercado restrita, ratificando a essência artesanal e familiar da atividade” (idem, p. 96).

O agroartesanato rural beltronense divide-se em três grupos: a) um grupo, cuja agroindústria é complementar à dinâmica da unidade agropecuária familiar, em diferentes graus de importância econômica face a outras atividades agropecuárias; a policultura de subsistência e atividades agropecuárias essencialmente mercantis (soja, milho, fumo, aviários e leite) dividem espaços na organização territorial familiar [...] b) um outro grupo de produtores fazem da atividade agroartesanal de transformação de alimentos a principal fonte de renda da unidade familiar; direcionam toda potencialidade da unidade para o atendimento das demandas da agroindústria, maior especialização [...] c) um último grupo de produtores são os chamados absenteístas: residem no perímetro urbano beltronense e, em alguns casos, desenvolvem a atividade agroartesanal paralelo a outras ocupações urbanas [...] (EDUARDO, 2008, p. 107).

De maneira geral, podemos afirmar consoante a obra de Eduardo (2008) que, no agroartesanato está materializado um agricultor portador de uma tradição camponesa. Logo, a agricultura familiar em Francisco Beltrão tem um patrimônio cultural herdado do campesinato italiano, polonês e alemão imigrante.

Trata-se da análise de uma produção de tempo lento a partir de pressupostos da abordagem territorial que concilia aspectos econômicos e culturais. É um estudo de aspectos do patrimônio cultural camponês reterritorializado, reproduzido e, em parte, ressignificado, em resposta a conteúdos específicos do *novo agrário*, quer dizer, do agronegócio, entendido como paradigma agrário contemporâneo que enaltece singular forma de exploração da terra fundamentada, sobretudo, na produção de *commodities* (produção em grande escala e monocultura), na alta composição orgânica do capital, na inserção e orientação da produção no circuito financeiro e mercantil em geral, na freqüente artificialização dos processos produtivos agropecuários (OGMs, agrotóxicos, fertilizantes etc.) e na integração aos complexos agroindustriais (EDUARDO, 2008, p.94).

A produção agroartesanal representa uma forma de contornar a exploração das agroindústrias integradoras, das crises nos diversos segmentos produtivos e da dependência à difusão do uso sistemático de insumos agrícolas e de crédito. Mesmo sendo instituídas em momentos de refluxos da produção camponesa, as agroindústrias artesanais familiares representam resistência e inclusão. Neste sentido, a partir do território, essas formas específicas de produção configuram-se como uma possibilidade do exercício do poder; como modo alternativo de produção de alimentos e de vida que reforça a autonomia na gestão do território pelas famílias produtoras.

Uma das críticas enfatizadas por Eduardo (2008), refere-se à falta de um órgão competente que fiscalize e emita cadastro para as agroindústrias. Segundo ele, algumas unidades atendem aos padrões sanitários exigidos, mas são consideradas clandestinas por não possuírem o selo do Sistema de Inspeção Municipal. Esse sistema é o mais notório entre as unidades produtivas. O caráter artesanal inviabiliza a adesão ao Sistema de Inspeção Paranaense (SIP) que, dentre outros fatores, exige encargos tributários e a necessidade de um contador especializado. Para os órgãos de inspeção, é considerada uma agroindústria as unidades devidamente enquadradas nas exigências dessas unidades de fomento: estrutura física não conjugada à moradia e adequada às exigências da legislação ambiental e da vigilância sanitária, adequação tecnológica e de manejo. Parâmetros essencialmente econômicos e mercantis.

Quanto às dificuldades que os produtores familiares artesanais vivenciam, Eduardo (2008) destaca a restrição ao crédito financeiro, a falta de mão-de-obra qualificada para o trabalho artesanal, a concorrência entre os produtores ditos “clandestinos” e as grandes agroindústrias e a dificuldade de comercialização fora dos limites municipais.

Mesmo assim, alguns sinais de autonomia são evidentes: a policultura de subsistência e a atividade artesanal de produção de alimentos desenvolvem-se paralelamente em 68% das propriedades; em algumas unidades, apenas a matéria-prima inicial é adquirida no mercado e o restante do processo produtivo é realizado pela família com recursos internos; instrumentos de trabalho, meios de transporte, demais maquinários, unidades físicas de produção são próprias; o mercado é tido como meio e não finalidade única da dinâmica produtiva.

No Sudoeste paranaense, o processo histórico de colonização, resultou à região uma estrutura econômico-social homogênea em vários aspectos: predomínio do minifúndio, da mão-de-obra familiar, da policultura, da territorialidade eurobrasileira e do saber fazer produtivo. Porém, essa dinâmica territorial é intrínseca ao movimento de territorialidades reproduzidas e tornadas mais complexas pela implantação das políticas de modernização agrícola a partir da década de 1970 e pela introdução na década de 1980 de grandes complexos agroindustriais como a Souza Cruz, a Sadia, a Perdigão e a Parmalat.

Assim como ocorre em todas as regiões brasileiras, no Sudoeste do Paraná também há fragmentação e concentração de terras, todavia, a estrutura fundiária, baseada no pequeno estabelecimento originário do projeto estatal de colonização implantado em 1943 denominado Marcha para Oeste, continua sendo a base econômica da agricultura sudoestina. O que não representa retrocesso ou insustentabilidade econômica. A pequena propriedade, a policultura e o trabalho familiar consolidam-se histórica e paralelamente a uma produção agrícola mecanizada e predominantemente mercantil.

Porém, conforme o próprio autor assinala, a atividade agroartesanal está inserida no mercado competitivo, pelo menos no que tange a comercialização da produção, portanto, são vulneráveis às suas oscilações e às constantes exigências de melhoramento produtivo e estrutural. Além disso, também produzem produtos como soja e milho. Logo, essas unidades produtivas detêm uma autonomia parcial.

Embora o agroartesanato é a principal fonte de renda em muitas unidades produtivas, o autor verifica em algumas unidades que os proprietários mantêm atividades extras de produção e reprodução, não exclusivamente baseadas no trabalho intra-unidade. Trata-se de unidades produtivas rurais multidimensionais onde se praticam outras atividades tanto interna

como externamente a propriedade, gerando diferentes tipos de receitas destinadas à reprodução da família e do próprio estabelecimento familiar.

Eduardo (2008) utiliza do método dialético, com uma abordagem multidimensional e histórica. O território é pensado histórico e culturalmente; refere-se ao espaço vivido, ocupado e utilizado por migrantes descendentes de italianos, alemães e poloneses, como consequência de suas práticas de territorialidade; é dinâmico e dialético, representado distintamente conforme cada relação espaço-tempo; resulta das ações de construção da memória, isto é, das identidades fundidas no patrimônio cultural, gerando no indivíduo o sentimento de pertencimento. Corresponde a um lugar onde as famílias agroartesãs constroem sua história e identidade a partir do conhecimento reproduzido por meio das tradicionais relações de trabalho, símbolos e representações.

Logo, o espaço geográfico é entendido a partir da conjugação espaço-tempo, abordado de maneira dialética, conforme o tempo histórico e das coexistências. O desenvolvimento apoia-se na formação de redes de circulação, comercialização e comunicação entre os espaços urbanos e rurais, numa articulação local x global.

#### 4.5. A TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL EM ESPAÇOS DA AGRICULTURA FAMILIAR - A DISSERTAÇÃO DE LUÍS CARLOS BRAGA.

Na obra intitulada “A territorialização da produção leiteira e fumageira na Linha Itaíba, Marmeleiro/PR”, Braga (2010) tem como objetivo analisar a dinâmica territorial de desenvolvimento da Linha Itaíba a partir da produção do leite e do fumo, para isso, busca explicar alguns traços que julga serem relevantes para compreender a subordinação dos trabalhadores familiares rurais às estratégias das instituições e leiteira (Souza Cruz, Latco e a CLAF) na linha Itaíba, localizada no município de Marmeleiro - PR. Dito de outra maneira estuda o local para perceber como os processos globais, ligados a lógica do desenvolvimento do capitalismo, manifestam-se concretamente nas múltiplas interações entre o global e o local.

O texto nos faz refletir sobre a dimensão das transformações em curso no espaço rural, que ocorrem em meio às ressignificações de novas e velhas formas espaciais. As estruturas dessas empresas, em peculiar a Souza Cruz e a Latco, disseminam-se entre os espaços rurais e urbanos, nacionais e internacionais; “assim, é difícil definir se são empresas rurais ou urbanas, devido ao complexo grau de relações entre os espaços” (BRAGA, 2010, p. 18). Logo, campo

e cidade transformam-se, ampliando, em diversas escalas, a interdependência das relações econômicas, políticas, culturais e naturais.

A partir do método dialético e de uma leitura territorial, o autor constrói uma abordagem relacional com caráter híbrido e multidimensional. Ressalta as ações estratégicas de produção, circulação e consumo que desencadeiam numa apropriação e reprodução desigual. Analisa o movimento da sociedade a partir da leitura da agricultura e do espaço rural e pela abordagem territorial, busca compreender esse processo considerando as redes, os rearranjos territoriais, a heterogeneidade do território, as contradições e as diferentes temporalidades. Destaca, assim, a importância do espaço geográfico nos estudos de desenvolvimento territorial, visto que, entende o rural como parte de um processo de desenvolvimento que não se caracteriza apenas pela dimensão setorial e econômica, mas que atende à complexidade de sua problemática espacial, social e ambiental.

Braga (2010) coloca em relevo o território, categoria central em sua análise geográfica, compreendido a partir das relações econômicas de poder e dominação, construídas constantemente a partir das redes de produção, circulação e consumo tanto interna como externamente ao local; é formado, neste caso, a partir das estratégias da Souza Cruz, da Latco e da CLAF.

#### 4.5.1. Estrutura da dissertação

Para a realização da pesquisa, Braga (2010) utiliza obras que tratam principalmente da temática do território e da questão agrária; coleta dados secundários junto ao IBGE, Secretaria Municipal de Agricultura e representantes das instituições Souza Cruz, Latco e CLAF no Município de Marmeleiro e na Linha Itaíba. Também realiza entrevistas junto aos agricultores da Linha Itaíba.

A Linha Itaíba é um reassentamento rural localizada no município de Marmeleiro no Sudoeste do Paraná. Nela então estabelecidos 35 famílias desterritorializadas de suas terras em função da construção da hidrelétrica de Itá, no Rio Uruguai, no final da década de 1980 e início dos anos 1990. Os agricultores reassentados são provenientes dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, respectivamente, dos municípios de Itá e de Aratiba.

Das 35 famílias reassentadas, Braga (2010) estuda 21. Destas, 15 são produtoras de fumo e leite, 3 produzem somente fumo e 3 somente leite. “Os fumicultores são integrados à

Souza Cruz e os produtores de leite entregam a produção para a Cooperativa de Leite da Agricultura Familiar CLAF e a Latco” (BRAGA, 2010, p. 15).

A produção de fumo no local, é bastante recente, entre 4 a 6 anos<sup>29</sup>. Mesmo assim, as mudanças no espaço rural são bastante significativas e estão “descaracterizando a agricultura familiar através da perda de princípios fundamentais como a auto-suficiência e a utilização de práticas menos degradantes” (BRAGA, 2010, p. 15). Já a produção de leite, esteve presente desde o início no reassentamento. Paulatinamente adquiriu importância de comercialização e de mercado, e atualmente se constitui em uma das principais formas de geração de renda nas pequenas unidades de produção agropecuária. Um processo mais lento se comparado ao do fumo.

O autor fala que há uma disputa de territórios: “o agricultor ajusta-se ao mercado direcionando sua produção a partir da maior ou menor possibilidade de ganhos” (BRAGA, 2010, p. 15). Um fator importante dessa *disputa territorial* é a mão-de-obra necessária às duas atividades; outro é o grau de penosidade do trabalho, mais árduo na produção de fumo, porém, nesta atividade, os produtores estão subordinados à empresa por meio de contratos de integração gerando uma relação dessimétrica num duplo movimento, “em que ocorre a circulação de insumos da indústria para a agricultura e a circulação de matéria-prima da agricultura para a indústria” (BRAGA, 2010, p. 15).

Na produção de leite, os agricultores têm mais liberdade de negociação, tanto é que não existem contratos, mas sim acordos. O não cumprimento do acordo pela empresa ou a não satisfação do produtor o permitem negociar novos acordos a qualquer momento com diferentes laticínios. No caso da CLAF, por ser um sistema de cooperação, esse processo apresenta algumas ressalvas. A cooperativa desconta dos associados uma taxa para gastos operacionais. Se o agricultor parar de entregar o leite a cooperativa e depois quiser voltar, deverá pagar uma multa. Esse sistema foi criado para propiciar mais autonomia ao produtor, mas conforme critica Braga (2010, p. 16), “ocorrem alguns desvirtuamentos em relação aos pressupostos da cooperativa, tais como: concentração dos cargos administrativos [...], falta de uma gestão democrática” e certa falta de concorrência/permanência no mercado nos parâmetros das empresas de laticínios.

O autor discute estes e outros aspectos em cinco capítulos. No primeiro, fala da territorialização da Souza Cruz e a capacidade da empresa de reorganizar, sobrepor e dar fluidez aos territórios. O autor fala ainda da problemática que envolve a produção do fumo

---

<sup>29</sup> Lembrando que Luis Carlos Braga realizou a pesquisa entre os anos de 2008, 2009 e 2010.



desde o trabalho árduo do agricultor, os riscos para a saúde até a geração de tributos significativos para o Estado.

O segundo capítulo apresenta dados gerais sobre a produção leiteira numa escala que parte do global para o local e vice-versa. No mesmo seguimento, o autor demonstra a territorialização da CLAF na região Sudoeste do Paraná e a política de funcionamento da Latco.

No capítulo 3, a partir da criação das redes, o autor explica como as produções de leite e de fumo intensificam as relações entre os espaços urbano e rural. No quarto capítulo, Braga (2010) estuda o histórico da Linha Itaíba; a origem dos agricultores e o modo como produziam em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul antes do processo de reassentamento no Sudoeste do Paraná; os motivos pelo quais os agricultores começaram a produzir leite e fumo e a conciliação dessas produções com outras produções agropecuárias, inclusive as de consumo no próprio estabelecimento. Com base nos trabalhos de campo,

analisaremos a renda proporcionada pelas duas atividades, qual a principal fonte de renda dos agricultores e os principais aspectos que proporcionam a disputa territorial entre as produções, como as variações nos valores dos produtos, a disponibilidade de financiamentos, os fatores climáticos, no caso da produção do fumo os atravessadores que são os compradores “ilegais”, os quais são uma alternativa de comercialização que pode proporcionar uma renda maior aos agricultores. Também evidenciamos as práticas tradicionais que ainda existem como a utilização de tração animal, produção para o consumo no estabelecimento, as chamadas “trocas de dias de trabalho”. Práticas que estão diminuindo, mas ainda estão presentes em nossa área de estudo e fazem com que as condições de produção sejam diferentes de um agricultor para outro (BRAGA, 2010, p. 18).

No quinto e último capítulo, o autor avalia a mão-de-obra como principal elemento da disputa territorial entre as produções. A partir desse aspecto, faz um comparativo caracterizando como é trabalhar na produção de fumo e de leite a partir da análise do contrato de integração da Souza Cruz e da estrutura dita necessária para produção de leite.

Ainda, examinaremos a relação da Latco com os agricultores, uma breve análise (devido à impossibilidade de coleta de mais dados), a partir de alguns dados e informações dos agricultores, a empresa não estabelece vínculo contratual com os agricultores, não há estimativa de produção para ser cumprida por parte dos mesmos. Analisaremos o Estatuto da CLAF, apresentando alguns desvirtuamentos da cooperativa em relação ao “esquecimento” do seu principal objetivo, que era o de favorecer o agricultor familiar, provocando afastamentos de associados da cooperativa; atualmente, na CLAF de Marmeleiro, dos 170 associados, apenas 43 comercializam a produção com a cooperativa. Por fim, discutiremos brevemente, a

importância dos financiamentos, principalmente o PRONAF, como ele está sendo aplicado pelos agricultores e qual sua importância para a viabilização da produção, identificando algumas alternativas para os agricultores construir novas territorialidades (BRAGA, 2010, p. 19).

Após apresentada a estrutura da dissertação, tentaremos identificar e analisar os principais conceitos trabalhados pelo autor. Trata-se de uma análise econômica que apresenta, no entanto, considerações políticas e ideológicas dentro do quadro que se encontra a configuração territorial do fumo e do leite.

#### 4.5.2. Análise da dissertação

Luis Carlos Braga estuda a produção de fumo e leite na Linha Itaíba a partir do caráter multidimensional do território, envolvendo conjuntamente as dimensões econômicas, políticas, culturais e naturais. Entende que há disputas e sobreposições territoriais entre as forças hegemônicas que operam no aparecimento de novas territorialidades na Linha Itaíba. Em sua leitura, aborda a relação entre materialismo e idealismo visivelmente integrados, no entanto, com maior ênfase a dimensão econômica. Trata-se de uma interpretação geográfica histórico-crítica, baseada numa abordagem multidimensional.

A origem dos habitantes da Linha Itaíba não diverge do histórico dos demais sudoestinos, o que difere é o processo de ocupação territorial. Percebemos nas obras analisadas até então, que a compreensão de agricultura familiar no Sudoeste do Paraná, se dá em consonância à política de povoamento efetivada a partir da década de 1940 através das migrações provenientes do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Concomitante a esse processo, efetivam na região os principais elementos que a caracterizam: pequenas propriedades distribuídas em terrenos de topografia acidentada e mão-de-obra predominante da natureza familiar. Braga (2010) também parte desse entendimento.

A Linha Itaíba é um reassentamento constituído por 35 famílias e 154 habitantes, situado a 4 quilômetros da cidade de Marmeleiro. Apesar de seus habitantes serem gaúchos e catarinenses, o processo de formação territorial é mais recente, dado entre 1989 e 1990. A área que atualmente corresponde a Linha Itaíba, antes de ser adquirida pela Eletrosul - na época a maior companhia elétrica do Rio Grande do Sul - era utilizada para pecuária. Atingidos pelas conseqüências da construção da hidrelétrica de Itá, no rio Uruguai, que divide

o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, os agricultores que possuíam título de terra foram indenizados e territorializados em espaços urbanos e rurais; já os que não possuíam o título da terra (bóias-frias, arrendatários, ou que trabalhavam nos estabelecimentos dos pais) foram reassentados em vários reassentamentos pelo Sul do Brasil, entre eles, o da Linha Itaíba (BRAGA, 2010).

Percebemos que para compreender a formação territorial, o autor baseando-se em Milton Santos, utiliza a relação dialética *estrutura, processo, função e forma*. Neste caso, vemos velhas formas espaciais com novos conteúdos e/ou funções diferenciadas empregadas para atender às crescentes demandas do mercado urbano industrial, nacional e internacional. Há um novo uso do tempo e da terra difundido pelo modelo técnico baseado no pacote de modernização da agricultura. Com isso, intensifica-se a relação campo-cidade e o mercado urbano-industrial que impõe demandas sempre novas.

Assim, Braga (2010) compreende a agricultura familiar no Sudoeste do Paraná concomitante ao processo de colonização efetiva que aconteceu a partir de 1940. Já na Linha Itaíba, a entende, principalmente, a partir da origem de seus habitantes que foram organizados espacialmente em pequenas propriedades distribuídas conforme o contingente populacional de cada família atingida pela construção da hidrelétrica de Itá. Subentende-se a ocupação territorial como condição para a reprodução social.

Trata-se de um processo de des-reterritorialização conturbado que obrigou os agricultores a lutar junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o MST e o MAB pela conquista de seus direitos. Obtiveram como resultado, uma área relativa ao número de pessoas de cada família, variando de 10 a 25 hectares; “receberam” também casas, galpões, chiqueiros, estábulos, terras prontas para o plantio e, nos primeiros meses, uma ajuda de custo para as despesas básicas. No entanto, os agricultores tiveram que pagar por essa estrutura o equivalente a R\$ 1.200,00 por hectare, em parcelas anuais, divididas em 20 anos. No entanto, como a hidrelétrica não cumpriu com parte do acordo, os agricultores reassentados pagaram apenas 4 parcelas do total (Braga, 2010).

Braga (2010) fala em dois territórios distintos, mas correlatos: o território atingido pela construção da barragem, que representa um território mais simbólico por conter a identidade (símbolos, representações e sentimentos) das famílias atingidas; e o território do reassentamento, que seria um território mais funcional por conter a estrutura necessária à produção; um híbrido, que reúne num mesmo lugar diferentes práticas de produção e vida.

Com o tempo, as famílias cresceram inviabilizando economicamente alguns estabelecimentos, acarretando a migração tanto para a cidade como para espaços rurais. Há

ainda os que tornam-se pluriativos e os que, a partir da disponibilidade de mão-de-obra, optaram pela integração na produção de fumo e pela produção de leite, ambas consideradas, atualmente, como as principais fontes de renda.

No contexto geral, Braga (2010) trabalha a organização territorial a partir da seletividade espacial e do sistema territorial. Consoante explica Moreira (2001), a organização espacial da sociedade começa com a seletividade, a qual está presente em diferentes momentos do texto escrito por Braga (2010): na construção da hidrelétrica, no reassentamento das famílias, na territorialização da Souza Cruz, no processo produtivo do leite etc. A seletividade representa, assim, “o processo de eleição do lugar e do (s) respectivo (s) recurso (s) que inicia a montagem da estrutura espacial” (MOREIRA, 2001, p. 02).

Para Moreira (2001), a seletividade expressa os princípios de localização e distribuição, isto é, pela localização, elege-se o melhor lugar e pela distribuição configuram-se os espaços que dinamizam o lugar em que a sociedade se territorializa e se enraíza culturalmente. A seletividade ligada à lógica do mercado se transforma numa prática de ocupação especializada e fragmentada do espaço, orientada para a divisão territorial do trabalho e para o aumento contínuo da produtividade.

Neste caso, a construção da hidrelétrica provocou o “descarte” de espécies e da população, reduzindo-as e/ou eliminando-as numa atividade desterritorializante. O resultado, conforme salienta Moreira (2001, p. 03), “são os cheios e vazios do habitat”, ou seja, as edificações, as estradas, as atividades econômicas e as áreas desocupadas que variam em forma e conteúdo conforme o tempo histórico.

Inserida nesta ação seletiva, está à técnica. A paisagem muda conforme o uso de técnicas. Na medida em que se desenvolve, encurta distâncias, mudando a escala dos espaços. Por meio dela, é possível adequar os espaços aos interesses produtivos diversificando e unindo (também por meio de símbolos e costumes) os espaços.

A concentração de tecnologia faz com as empresas tenham o poder de manter e articular o seu território. Os agentes econômicos, políticos e culturais rearranjam, remodelam o território conforme os seus interesses, por isso ele é superposto, contínuo e descontínuo; o que era estável para a maioria é desestabilizado/destruído e reorganizado/reconstruído de outra forma pela minoria que detém a maior parte do capital (BRAGA, 2010, p. 34).

A Souza Cruz age pela seletividade, considerada por Braga (2010) quesito fundamental no processo histórico de organização do Complexo Agroindustrial (CAI)

fumageiro, principalmente no Sul do Brasil. De modo geral, a empresa seleciona as áreas para a produção, conforme os atributos de cada região. Considera, principalmente, as condições ambientais, a estrutura fundiária e a oferta de mão-de-obra. Porém, com o desenvolvimento técnico científico, a empresa viabiliza a produção em espaços até então considerados inviáveis, como por exemplo, a partir do desenvolvimento de sementes e insumos químicos adaptados aos fatores climáticos de determinada região.

Porém,

no caso do fumo, por ser uma atividade pouco mecanizada, a produção ainda necessita de regiões com características particulares como, por exemplo, uma região com alta fragmentação fundiária e baseada na mão-de-obra familiar. Evidentemente, com o desenvolvimento tecnológico, com a melhoria na fluidez do território tanto para a circulação de informações como de mercadorias, hoje, a produção está presente em áreas que, historicamente, não apresentavam condições para a produção (BRAGA, 2010, p. 30).

Para compreender o território da Souza Cruz, Braga (2010) baseia-se no sistema territorial elaborado por Raffestin (1993). Por esta dinâmica, “os atores procedem a repartição das superfícies em malhas, implantam nós e constroem redes para efetuar as ligações econômicas, políticas e culturais entre os territórios” (BRAGA, 2010, p. 29). Neste contexto insere-se a seletividade espacial.

O movimento de circulação de produtos químicos e sementes da indústria para a agricultura e da matéria-prima para a indústria é responsável pela criação de redes que permitem a fluidez dessas mercadorias em lugares mais longínquos e tornam mais instantâneas as relações entre produção, consumo, distribuição e troca. A Latco e a Souza Cruz possuem territórios mais complexos que a CLAF. Na produção de leite há circulação de matéria-prima, capitais e fluxos de pessoas entre os espaços rurais e urbanos em caráter mais regional. Em ambos os casos, as malhas resultam das relações sociais e das redes estabelecidas entre as diferentes escalas geográficas que envolvem distintas articulações econômicas, políticas e culturais (BRAGA, 2010).

No caso da Linha Itaíba, o território é formado sob o comando do capital de empresas privadas e pela ação estatal, com diferenciações de investimentos que variam em termos temporais. Conforme demonstra Braga (2010), as grandes empresas privadas do fumo e do leite criam uma organização territorial alterando-o de acordo com seus interesses.

As instituições do fumo e do leite, na sua reprodução no Sudoeste do Paraná e na Linha Itaíba, utilizam-se das características espaciais pré-existentes, principalmente, o

trabalho familiar em pequenos estabelecimentos, associado a técnicas ditas modernas e algumas tradicionais, tais como, o uso da tração animal e o trabalho braçal. As empresas em questão se apropriam então, não só do conhecimento dos agricultores, como ressalva Braga (2010), mas também, da mão-de-obra familiar, da propriedade da terra e das infraestruturas construídas pelos agricultores.

A Companhia de Cigarros Souza Cruz do grupo British American Tobacco, no Sudoeste do Paraná, iniciou junto aos pequenos agricultores, a construção de infraestruturas para a produção do fumo na década de 1950, durante o intenso período de imigração de gaúchos e catarinenses para a região. A empresa possui fábricas em Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Uberlândia, Salvador, Recife e Belém.

Cada uma controla certo número de depósitos atacadistas localizados em centros de expressão regional. Dos numerosos centros atacadistas faz-se a distribuição de cigarros pelas cidades, vilas e povoados da região de influência do centro atacadista. Assim, cobrindo todo o território nacional, existe uma rede urbana da Souza Cruz. Como ela também participa indiretamente na produção de fumo no sul do Brasil, acaba interferindo na organização das áreas produtoras daquele produto (CORRÊA, 2000, p. 29).

A produção de fumo na Linha Itaíba é marcada por diferentes situações: oscilações de preços, políticas antitabagismo, venda aos atravessadores, fragilidade econômica que é susceptível à atividade por ser produzida na perspectiva da exportação. Logo, as variações políticas, econômicas e cambiais refletem diretamente na produção agrícola, na indústria e na dinâmica do território.

Sendo assim, Braga (2010) faz um estudo em que campo e cidade, entendidos a partir da modernização agrícola e da urbanização, são indissociáveis e fazem parte do mesmo processo. Analisa a intensificação das relações entre campo e cidade a partir das relações de produção do fumo e do leite

No quadro 06 organizamos as principais referências utilizadas por Braga (2010) e os conceitos empregados pelo autor para compreender o processo de territorialização da produção leiteira e fumageira na Linha Itaíba, Marmeleiro, PR.

Os conceitos geográficos espaço e território são centrais na obra de Luis Carlos Braga. O autor analisa as relações urbano e rural a partir da perspectiva do campo e da cidade, mostrando aspectos das redes a partir da movimentação dos moradores da Linha Itaíba e da circulação de mercadorias.

Quadro 06: Principais referências e compreensões de Geografia, território, espaço, desenvolvimento e agricultura familiar na dissertação de Braga (2010)	
Principais referências	Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1980, 1991) Bernardo M. Fernandes (2008) Claude Raffestin (1993) Denise Elias (2006) Eliseu S. Sposito (2008) José Tavares dos Santos (1978) Karl Marx (1983, 2004) Marcos A. Saquet (1996, 2000, 2002, 2003, 2004, 2006, 2007, 2008) Maria Encarnação Beltrão Sposito (1991;2006) Maria Ignez Silveira Paulilo (1987, 1990) Milton Santos (1997, 2008) Eliane Tomiassi Paulino (2008) Roberto Lobato Corrêa (1992) Rogério Leandro Lima da Silveira (2007) Sergio Fajardo (2008)
Geografia	Utiliza aspectos do método dialético com uma abordagem multidimensional.
Território	Formado pelas estratégias da Souza Cruz, da Latco e da CLAF. Compreende-o a partir das relações econômicas de poder e dominação, construídas constantemente a partir das redes para produção, circulação e consumo tanto interna como externamente ao local. É construído por áreas diferentes entre si e formado sob o comando do capital de empresas privadas e pela ação estatal, com diferenciações de investimentos que variam em termos temporais e espaciais. É também, produzido social e historicamente pelos imigrantes europeus e seus descendentes em diferentes temporalidades.
Espaço	Resulta das ações do homem acumuladas ao longo do tempo histórico e pelas ações atuais. O entende a partir da conjugação espaço-tempo, abordado de maneira dialética, conforme o tempo histórico e das coexistências (lento e rápido). As mudanças e permanências coexistem no espaço e o tornam dinâmico e funcional.
Desenvolvimento	Está alicerçado em redes, nós e malhas sociais estabelecidas a partir da “integração” entre o rural e o urbano. Entende-o a partir da articulação local x global apoiando-se na formação de redes dinâmicas de produção, circulação de informações, matéria-prima, tecnologias e comercialização.
Agricultura familiar	Originária da política de povoamento efetivo das terras do Sudoeste do Paraná e de um processo de ocupação territorial de desapropriação de terras. Classe ou grupo social que combina pequena propriedade, trabalho e família e que está integrada aos circuitos mercantis, industriais e financeiros.
Fonte: BRAGA (2010). Organização: ABRÃO, Joice A. A., 2012.	

A economia do município de Marmeleiro, segundo Braga (2010), tem como base o comércio e uma parcela significativa da agricultura está centrada em minifúndios com destaque à produção de fumo e de leite. Na Linha Itaíba, a área destinada ao fumo e às pastagens apesar de serem atividades em que prevaleça o trabalho braçal, é superior as áreas de produção de soja e milho. A produção de subsistência, como mandioca, batata, abobrinha, amendoim, etc. também é bastante nítida nos estabelecimentos da Linha Itaíba.

Nessa localidade, o sistema de cultivo está baseado no trabalho familiar, onde os agricultores plantam o fumo e produzem o leite como alternativa e/ou principal fonte de renda: o fumo por ter a compra da safra garantida, mesmo a preços variáveis; e o leite por estar presente no assentamento desde sua origem e por, nos últimos anos, ter proporcionado maior rentabilidade devido a sua valorização de mercado, mas, principalmente, pela inviabilidade da produção de grãos em pequenos estabelecimentos rurais. Mesmo com o aumento no rigor das exigências sanitárias, com os custos da mecanização da produção e do transporte, a produção leiteira é crescente no município: isso se deve a disponibilidade de crédito recebido por meio do PRONAF. Aliás, a participação do Estado no desenvolvimento da produção se dá com esta política de apoio à agricultura familiar, possibilitando financiamentos a juros menores e que é utilizado pelos produtores da Linha Itaíba para compra de animais, maquinário, insumos, sementes, construção e reformas. Ressalva Braga (2010) que o maior índice de endividamento dos produtores da Linha Itaíba deve-se a empréstimos contraídos junto às instituições financeiras.

Os territórios da Linha Itaíba são consubstanciados no espaço rural pela característica fundiária baseada no pequeno estabelecimento, pelas edificações (galpões, estábulos) e pelas relações sociais que, na sua maioria, devido à disponibilidade de mão-de-obra, agregam diferentes culturas. Os produtores recebem visitas de veterinários, engenheiros agrônomos e técnicos agrícolas, na maioria dos casos, para prestações de serviços necessários quando um animal adoecer ou na elaboração de projetos para aquisição do PRONAF. No caso do fumo, a instrução é produzir quantidade com qualidade.

Critica Braga (2010), que nos últimos anos, deixou-se de refletir sobre as condições de trabalho que degradam a saúde das famílias produtoras de fumo e sobre o preço do produto pago aos produtores, e passou-se a considerar, devido às políticas antitabagismo, que o fim dessa atividade vai extinguir a principal fonte de renda de muitos trabalhadores tanto na cidade quanto no campo.

As formas associativas e cooperativas também fazem parte do território da Linha Itaíba, através do STRs, das cooperativas de crédito (CRESOL e SICREDI), da ASSESOAR e



da Cooperativa de Leite da Agricultura Familiar (CLAF). Além disso, a cooperação está presente na forma de mutirão para plantio, colheita, aquisição de máquinas e implementos agrícolas pelas associações de agricultores.

O cooperativismo surge como uma forma de organização que pode dar mais autonomia ao agricultor, possibilitando a disponibilidade de financiamento para investimentos, além da implantação de estratégias que possibilitem renda maior aos agricultores, como por exemplo, a produção a baixo custo (BRAGA, 2010, p. 47).

A CLAF surge em 1997, com o propósito de “promover estratégias de organização e de tecnologias a baixo custo para que os agricultores não fossem excluídos da produção leiteira visando à venda conjunta do leite, viabilizando um sistema de coleta de leite, além da prestação de assistência técnica” (BRAGA, 2010, p. 53). Um sistema de redes que tem como base a produção familiar. Contudo, esse sistema não conquistou a confiança dos produtores de leite, que preferem entregar a produção à Latco por ser uma empresa maior e com histórico de mercado.

Braga (2010) não opõe a agricultura familiar ao agronegócio como se fossem excludentes um ao outro. O autor é enfático ao afirmar que a agricultura familiar é anterior ao agronegócio<sup>30</sup> e que embora correspondam a territórios distintos, são sobrepostos um ao outro; dois processos que se encontram relacionados e interpenetrados no tempo e no espaço. Contudo, essa relação origina uma série de conflitualidades, como por exemplo, no processo de comercialização e de estipulação de preços do fumo e do leite. Mais vulneráveis às oscilações do mercado, os produtores agrícolas da Linha Itaíba se mantêm nas duas atividades, mesmo demonstrando Braga (2010) que a rentabilidade da produção do fumo é menor em relação à do leite.

Nessas atividades, o agricultor investe na produção pela rentabilidade que a atividade possa oferecer e assim assegurar sua permanência no campo e a reprodução da família. Isso gera uma disputa e uma sobreposição de territórios da produção leiteira e fumageira com expressivas relações de poder e a criação de complexas redes de produção e circulação de pessoas, informações, tecnologias etc. entre o campo e a cidade subordinando os produtores agricultores familiares à lógica do mercado e às políticas de consumo.

---

<sup>30</sup> Devido à topografia e a organização fundiária, no Sudoeste do Paraná, também se desenvolve o agronegócio através do sistema de integração na produção de fumo, frangos, perus e suínos, constituindo um exemplo claro da introdução do capital financeiro no campo.

A diferença entre agricultura familiar e agronegócio resulta da estrutura de mercado e da base técnica de produção. Tanto no agronegócio quanto na agricultura familiar, a mecanização está presente, porém com características distintas. Desse modo, Braga (2010, p.85) “classifica o agricultor familiar como uma classe ou grupo social singular integrado aos circuitos mercantis, industriais e financeiros do Modo Capitalista de Produção”.

O produtor de fumo e de leite da Linha Itaíba utiliza a mão-de-obra da família para ter uma maior rentabilidade mensal. O emprego de mão-de-obra contratada, mesmo que esporadicamente, interfere na renda anual familiar, por isso faz-se pouco uso dela e utilizam mais, principalmente na produção de fumo, o sistema de parceria e/ou mutirão, em que ocorre a troca de dias de trabalho entre vizinhos.

É difícil conceituar o agricultor pela sua intenção, se é ou não de acumular capital, pois uma grande parte até tem a intenção de acumular, produzindo fundamentalmente para o mercado, deixando de lado as formas tradicionais de produção, mas para a maioria essa acumulação acaba não acontecendo e para sua sobrevivência retornam parcialmente às formas de produção tradicionais conjugando essas formas de produção com a produção mecanizada para o mercado (BRAGA, 2010, p. 174).

O autor não adentra a discussão paradigmática quanto à extinção ou não do agricultor familiar. Pelo contrário, faz uma leitura abordando novas problemáticas como a pluriatividade como fonte de renda alternativa para as famílias e a necessidade de repensar a dicotomia rural-urbano entendendo que, essas duas unidades espaciais distintas, compartilham de práticas culturais políticas e econômicas, sendo assim, dependentes uma da outra.

Contudo, para atender a demanda de mercado nacional e mundial, o espaço rural do Sudoeste do Paraná, principalmente a partir da década de 1950, passou a empregar contínuos avanços tecnológicos. O espaço, que é constantemente reconstruído, conforme os parâmetros de um modelo técnico, econômico e social de produção, têm suas estruturas econômicas e políticas organizadas em rede. Com isso, as forças produtivas que envolvem o capital se expandem criando articulações e relações de interdependência entre países e lugares do mundo. Pequenos, médios e grandes produtores são envolvidos nas estratégias políticas e econômicas de desenvolvimento do país. Paulatinamente, à agricultura destinam-se programas políticos de fomento, Braga (2010) destaca o PRONAF. O *desenvolvimento* está alicerçado em redes, nós e malhas sociais estabelecidas a partir da “integração” entre o rural e o urbano. Representa uma tentativa de ir além da modernização técnico-produtiva apresentando-se como uma estratégia de sobrevivência das unidades familiares que buscam sua reprodução em

meio a um modelo de produção convencional que estimula o individualismo, a competição entre os agricultores e cria novas relações territoriais transformando profundamente as relações cidade-campo.

O território passa a ser formado a partir de relações econômicas, de poder e de dominação construídas constantemente a partir das redes de produção, circulação e consumo em espaços articulados que, sob o comando do capital, são constantemente modificados tornando-se ainda mais dinâmicos e funcionais.

A agricultura familiar na Linha Itaíba adquire um caráter multifuncional, pois além de produzir matéria-prima para as indústrias do leite e do fumo, gera a permanência da população, inclusive de jovens, no campo. As atividades agrícolas e não-agrícolas estão integradas, ultrapassando o enfoque predominantemente setorial e agrícola ampliando a complexidade do espaço rural e da sua relação com o urbano. A pluriatividade, como fonte de renda, reforça a ideia de que o rural não deve ser pensado exclusivamente pelas atividades agrárias, embora sejam predominantes. No entanto, na Linha Itaíba ainda, há emprego de práticas produtivas nada ecológicas e muito prejudiciais a saúde.

Conforme Braga (2010) nota-se que as famílias da Linha Itaíba produzem o fumo e o leite por serem atividades que ainda oferecem um retorno financeiro que viabiliza a manutenção da família. Os pequenos produtores não veem outra possibilidade mais rentável que a integração, a não ser a produção de leite que, aos poucos, adquire fomento. O Estado não oferece políticas satisfatórias de desenvolvimento. Mesmo a ASSESOAR, a partir da criação da CLAF, não consegue implantar formas de produção alternativa que valorizem o cultural e o bem estar das famílias. Os agricultores mostram-se relutantes neste sentido. Embora almejem melhores condições de trabalho e melhores preços, dificilmente deixarão de produzir o fumo e o leite que constituem as atividades mais rentáveis da agricultura familiar na Linha Itaíba.

Braga (2010), baseando-se numa abordagem multidimensional, compreende o território a partir do estabelecimento de redes de produção, informação, circulação e consumo tanto interna como externamente ao local. O território é trabalhado também, como condição e referência para a consolidação e expansão do capital de empresas privadas e das ações estatais, permanecendo como sustentáculo das relações sociais de produção, imprimindo seu caráter político e econômico. O espaço resulta assim, das ações do homem acumuladas ao longo do tempo histórico e pelas ações atuais e o desenvolvimento tem seu alicerce em redes, nós e malhas sociais estabelecidas pela integração entre o rural e o urbano.

Contudo, a abordagem utilizada pelos autores, de um modo geral, está apoiada no método historicista do materialismo dialético, por fazerem uma leitura crítica da realidade na sua concretude, e por mostrarem as contradições existentes em cada objeto pesquisado. A complexidade do objeto de estudo de cada um, faz com que o abordem por ângulos diferentes, correspondendo, portanto, a caminhos metodológicos também diferenciados que elucidam além da idéia de trabalho com a terra, os aspectos econômicos, políticos, culturais e naturais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Sudoeste do Estado do Paraná, as transformações sociais que ocorreram a partir da ocupação efetiva da região, provocaram mudanças significativas na estrutura fundiária e nas relações de trabalho que foram ainda mais acirradas com a modernização da base técnica da agricultura e com a consolidação dos complexos agroindustriais (CAIs) do fumo, de frangos e de suínos.

Consoante observamos nas obras analisadas, emergindo da herança cultural e econômica de descendentes de imigrantes europeus desterritorializados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, a constituição atual da agricultura familiar no Sudoeste do Paraná, fez-se, aproximadamente nas décadas de 1940-70, consoante a política de povoamento, denominada *Marcha para Oeste* e por várias ações implementadas pelo Estado para integrar ao mercado as unidades produtivas familiares. O Estado também é visto pelos autores como o principal agente impulsionador da modernização da agricultura, anteriormente responsável pela CANGO e pelo GETSOP.

As relações entre os espaços rurais e urbanos são visíveis desde o início da organização territorial regional, e esta relação, no decorrer do tempo histórico, transformou-se, ampliando-se em diversas escalas com a interdependência das relações econômicas, políticas e culturais.

Nas décadas de 1980 e 1990, por subvenções do Estado, delineiam-se novos processos de produção e relações de trabalho em espaços de agricultura familiar, principalmente por meio da territorialização de cooperativas agrícolas. Os parâmetros característicos da agricultura familiar são modificados e direcionados à valorização da produção mercantil, à qualificação do sistema produtivo e à gradativa inserção das unidades produtivas no mercado local e internacional.

Tendo em vista o contexto político e a forte ideologização acadêmica, até a metade da década de 1990, as reflexões sobre produção familiar e pequena propriedade, estiveram reduzidas às análises de expansão do capitalismo no campo e às formas sociais resultantes desse processo (Schneider, 1999). Conforme trabalhamos no terceiro capítulo, a reflexão acadêmica sobre a questão agrária brasileira divide opiniões: há os que defendem que o desenvolvimento do capitalismo no campo levaria ao desaparecimento dos pequenos produtores ao longo do tempo; há os que consideram que o sistema de integração torna os agricultores familiares submissos ao capital agroindustrial, e/ou que a integração seja um

limitante da autonomia dos agricultores familiares, conforme demonstram, cada um a seu modo, Santos (2008), Pirin (2006), Sinhorini (2007), Eduardo (2008) e Braga (2010), ao estudar a inserção do capital no campo.

Na leitura das obras selecionadas, observamos que predomina, como orientação para a análise geográfica, a concepção histórico-crítica atrelada a estudos da teoria marxista. Nos dois últimos trabalhos, respectivamente, nas obras de Eduardo (2008) e Braga (2010), também é notório o método dialético, porém, associado a ele, os autores utilizam uma abordagem multidimensional.

No quadro 07, resumimos as principais concepções de Geografia, território, espaço, desenvolvimento e agricultura familiar identificadas nas leituras e análises das obras de Santos (2008), Pirin (2006), Sinhorini (2007), Eduardo (2008) e Braga (2010).

Em síntese, entendemos que os autores, na sua maioria, ao estudar aspectos da questão agrária do Sudoeste paranaense, tentando compreender as especificidades da agricultura familiar, baseiam-se na estrutura fundiária regional, no uso da força de trabalho familiar, no grau de tecnificação e na diversidade produtiva. No entanto, mesmo sem adentrar a discussão paradigmática, deixam transparecer que os paradigmas do campo da Economia, são insuficientes para compreender a organização territorial e a estrutura social da agricultura familiar no Sudoeste do Paraná e a sua relação com o agroartesanato, com as grandes agroindústrias e cooperativas agropecuárias, além de comprometer a interpretação política dos grupos sociais constituídos na região.

Para suprir essa lacuna, utilizam os conceitos próprios da ciência geográfica, como por exemplo, espaço e território. Destacam-se o *sistema territorial* elaborado por Claude Raffestin e a concepção de espaço geográfico de Milton Santos, ou mais especificamente, o movimento diacrônico e sincrônico (relação espaço-tempo).

A partir das leituras e análises das obras, organizadas numa ordem temporal a partir da data de defesa, o território passa a ser abordado para além da compreensão do Estado como único gestor e detentor do poder. Passa a ser apreendido a partir das dimensões que compõem o poder, isto é, econômicas, políticas e culturais. O território é produzido por diferentes atores sociais a partir da organização espacial; sua compreensão passa pela processualidade histórica do poder como essência do *sistema territorial* organizado em redes (de comunicação, circulação de pessoas, informações e produtos em diferentes escalas), nós (formados a partir das estratégias de cooperativas agrícolas, de empresas privadas e demais instituições) e malhas que resultam das relações sociais e espaciais estabelecidas entre as diferentes escalas geográficas, envolvendo distintas articulações econômicas, políticas e culturais. É construído

social e historicamente pelos imigrantes e seus descendentes, pelo comando do capital de empresas privadas e pela ação estatal em diferentes temporalidades.

Neste contexto, à medida que analisamos as obras, a compreensão de espaço geográfico adquire novas conotações, podendo ser definido enquanto construção social que emprega novos *conteúdos* e velhas *formas* espaciais, diferenciados e acentuados em virtude da divisão social e territorial do trabalho no processo de valorização do capital, das forças produtivas, das relações de produção e do consumo. A relação espaço-tempo é abordada de maneira dialética, conforme o tempo histórico e o das coexistências (tempos rápidos e lentos) a partir da concepção descrita por Santos (1996). Nas obras analisadas, no entanto, o conceito de espaço geográfico não foi mais utilizado para interpretação do objeto de estudos. O conceito principal foi o de território em virtude da opção pela abordagem territorial, em especial numa concepção multidimensional adaptada a partir de Raffestin (1993).

Assim, de maneira geral, compreendem o agricultor familiar no Sudoeste paranaense, como classe ou grupo social que combina pequeno estabelecimento, trabalho e família integrada aos circuitos mercantis, industriais e financeiros, ainda detentor da terra e dos demais meios de produção; agricultura familiar e agronegócio coexistem no tempo e no espaço com diferentes intencionalidades e investimentos territoriais. A agricultura familiar é originária do povoamento efetivo e da trajetória de organização e luta sindical, portanto, com um patrimônio cultural herdado do campesinato italiano, polonês e alemão. Embora o termo *camponês* seja muito pouco utilizado, é destacado por Eduardo (2008), enquanto a designação agricultor familiar é evidenciada por Santos (2008), Pirin (2006) e Braga (2010).

Portanto, o desenvolvimento é trabalhado pelos autores consoante a modernização agrícola entendida a partir da industrialização, da urbanização, da utilização de insumos químicos (fertilizantes, defensivos, sementes geneticamente modificadas, corretivos do solo, combustíveis etc.), pela mecanização produtiva (tratores, colheitadeiras, plantadeiras, etc.) pela utilização de financiamentos e políticas governamentais de crédito. O desenvolvimento decorre de um processo que é, ao mesmo tempo, local e global, por estar alicerçado em redes, nós e malhas sociais estabelecidas entre o rural e o urbano. Homens, mulheres, idosos, jovens e crianças são protagonistas do desenvolvimento local, que combina políticas públicas (aqui destaca-se o PRONAF e suas diferentes linhas de crédito) e conhecimento empírico. Apresenta-se como uma estratégia de sobrevivência das famílias que buscam sua reprodução por meio do agroartesanato, da integração às agroindústrias, da produção do leite, do milho, da soja e de produtos de subsistência, e da associação às cooperativas agrícolas e outras instituições representantes da agricultura familiar.

Quadro 07: Concepções de Geografia, território, espaço, desenvolvimento e agricultura familiar utilizadas por Santos (2008), Pirin (2006), Sinhorini (2007), Eduardo (2008) e Braga (2010) ao estudar a produção familiar no Sudoeste do Paraná.					
	<b>Geografia</b>	<b>Território</b>	<b>Espaço</b>	<b>Desenvolvimento</b>	<b>Agricultura familiar</b>
<b>Santos (2008)</b>	Histórico-crítica.	Entende-o a partir das relações de poder EPC.	Limitado à delimitação oficial de região.	Entende-o a partir da modernização agrícola, compreendida através da urbanização e da industrialização.	Resulta dos fluxos migratórios e de um processo histórico de articulações de poderes.
<b>Pirin (2006)</b>	Apesar de não deixar claro no texto que concepção de Geografia utiliza, sua abordagem está baseada no método historicista do materialismo dialético atrelada a estudos de orientação marxista.	Concebe o território como controle, domínio e apropriação política; o Estado é o principal gestor e detentor do poder.	Limitado à delimitação regional.	Entende-o a partir da utilização no campo de insumos químicos e da mecanização produtiva.	Originária na trajetória histórica de organização e luta sindical.
<b>Sinhorini (2007)</b>	Histórico-crítica.	Compreende-o a partir das relações econômicas de poder e dominação; é formado a partir das estratégias da COAGRO.	Construído social e desigualmente e tem suas diferenciações acentuadas ao longo do tempo.	Compreende-o a partir da instituição de políticas e órgãos de fomento para o campo principalmente os gestados e geridos pelo Estado.	A concepção está oculta entre as diferentes terminologias utilizadas: unidades de produção familiar e/ou pequenas unidades produtivas: é instituída com a colonização feita por gaúchos e catarinenses.
<b>Eduardo (2008)</b>	Método dialético com uma abordagem multidimensional e histórica.	Produzido por diferentes atores sociais a partir do uso do espaço.	Entende-o a partir da conjugação espaço-tempo que é abordada de maneira dialética conforme o tempo histórico e das coexistências.	Compreende-o a partir da articulação local X global apoiando-se na formação de redes de circulação, comercialização e comunicação entre os espaços urbanos e rurais.	Sujeitos políticos com um patrimônio cultural herdado do campesinato italiano, polonês e alemão.
<b>Braga (2010)</b>	Método dialético com uma abordagem multidimensional.	Formado pelas estratégias da Souza Cruz, da Latco e da CLAF, relações de subordinação e redes.	Resulta das ações do homem acumuladas ao longo do tempo histórico e pelas ações atuais. As mudanças e permanências coexistentes no espaço o tornam dinâmico e funcional.	Está alicerçado em nós, malhas e redes sociais estabelecidas a partir da integração campo-cidade.	Classe ou grupo social que combina propriedade, trabalho e família; está integrado aos circuitos mercantis, industriais e financeiros.
Fonte: SANTOS (2008), PIRIN (2006), SINHORINI (2007), EDUARDO (2008) e BRAGA (2010). Organização: ABRÃO, Joice A. A., 2012.					



Cabe salientar que, com exceção da dissertação de Pirin (2006), os demais autores estabelecem entre si um sistema de redes intermediado pela abordagem territorial trabalhada consoante ao pensamento do orientador (Marcos Aurelio Saquet) e ao Grupo de Estudos Territoriais (GETERR) do qual participam.

Processos que precisam ser estudados de maneira continuada e ampliada. Por isso, esperamos que nossa análise possa servir de motivação aos autores estudados, para continuarem pesquisando temas e processos da questão agrária no Sudoeste do Paraná: os estudos sistemáticos e aprofundados são fundamentais para reordenar a produção agrícola e as cooperativas, por exemplo, tentando fortalecer a autonomia dos agricultores e contribuir para que eles possam melhorar as condições de vida e trabalho.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. 3º ed. São Paulo: Edusp, 2007/1992<sup>31</sup>.

\_\_\_\_\_. **Transformações na vida camponesa: o sudoeste paranaense**. São Paulo: USP, 1981. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais).

ABRÃO, Joice Aparecida Antonello. Concepções de espaço Geográfico e território. **Sociedade e Território**, Natal, v. 22, nº1, p. 46-64, jan./jun. 2010.

ALTAFIN, Guimarães Iara. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. 2007. (Brochura de circulação restrita). Disponível em: eletrônico<http://redeagroecologia.cnptia.embrapa.br/biblioteca/agricultura-familiar/CONCEITO%20DE%20AGRICULTURA%20FAM.pdf/view>. Pesquisa realizada em 06/11/09 às 11:00hs.

ALVES, Flamarion Dutra; SILVEIRA, Vicente Celestino Pires. **As transformações capitalistas na agricultura e a questão agrária**. Disponível em: [http://66.102.1.104/scholar?hl=pt-BR&lr=&q=cache:o44piNd3U6AJ:www.artigocientifico.com.br/uploads/artc\\_1155347102\\_72.doc+direito+agrario+filetype:doc](http://66.102.1.104/scholar?hl=pt-BR&lr=&q=cache:o44piNd3U6AJ:www.artigocientifico.com.br/uploads/artc_1155347102_72.doc+direito+agrario+filetype:doc)> Acesso em: Dezembro, 2007.

ALVES, Flamarion Dutra; FERREIRA, Enéas Rente. Estudos rurais e o pensamento geográfico brasileiro: do positivismo clássico ao neopositivismo. In: **V Encontro de Grupo de Pesquisa: Agricultura, desenvolvimento regional e transformações socioespaciais**. Universidade Federal de Santa Maria/RS. 25,26 e 27 de novembro de 2009.

AMIN, Samir; VERGAPOULOS, Kostas. **A questão agrária e o capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. Tradução Beatriz Resende.

ANDRADE, Manoel Corrêa de. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 1995.

ANDRADE da SILVA, Enidi Rocha. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Relatório Técnico das Ações Desenvolvidas no Período 1995/1998. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Texto para discussão n.º 664. Brasília. Andrade, C. F. (2002). Os dez anos que mudaram o Brasil. **Valor Grandes Grupos**, agosto de 1999.

ANTONELLO, Joice A. A.; SAQUET, Marcos A. A Territorialização na Agricultura Familiar: materializações na paisagem de Francisco Beltrão (Paraná, Brasil). In: **Anais do V Simpósio Paranaense de pós-graduação e pesquisa em Geografia - SIMPGEO**. Curitiba PR, 2010. ISSN 2175-232X.

ANTONELLO, Joice A. SANTOS, Roselí Alves dos. SCHMITZ, Aline Motter. A Modernização da agricultura em Francisco Beltrão: mudanças e permanências. In: **Anais do IV Seminário Estadual de Estudos Territoriais (IVSEET) e II Seminário Nacional sobre Múltiplas Territorialidades (II SNMT)**. Francisco Beltrão, PR: Unioeste, 2009.

<sup>31</sup> Em algumas referências irão aparecer mais que um ano, isto se deve a repetição das mesmas obras com datas diferentes, principalmente as utilizadas pelos autores conforme os quadros sínteses.

BALBIM, Renato Nunes. Região, território, espaço: funcionalizações e interfaces. In CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **Ensaio de Geografia Contemporânea**. Milton Santos: obra revisada. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 160-170.

BARROS, Maria Cristina Lanza de. **A história da disciplina Geografia nas décadas de 1930 e 1940**: expressão da fisionomia do Estado. Dissertação de Mestrado em educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, centro de ciências humanas e sociais, Campo Grande, 2000.

BEDIM, Bruno Pereira. Perspectivas conceituais na controvérsia da abstração: o lugar histórico do camponês no mundo moderno. **GEOgrafias**, artigos científicos. Belo Horizonte, v.03, nº02, p.54-71, julho-dezembro de 2007.

BENETTI, Pablo Cesar. **Da migração à mobilidade da força de trabalho**: o trabalho clandestino: estudo de caso- Campos – RJ.(mestrado), UFRJ. Rio de Janeiro,1985.

BESPALEC, Paula da Silva e ANSELMO, Rita de Cássia Martins de Souza. A Abordagem Humanista na Geografia. **Observatorium**: Revista eletrônica de Geografia, v.1, n.3, p.64-88, dez. 2009. Disponível em: [http://www.observatorium.ig.ufu.br/pdfs/1edicao/n3/A\\_ABORDAGEM\\_HUMANISTA\\_DA\\_GEOGRAFIA.pdf](http://www.observatorium.ig.ufu.br/pdfs/1edicao/n3/A_ABORDAGEM_HUMANISTA_DA_GEOGRAFIA.pdf).

BITTENCOURT Gerson Luis. **Metamorfoses no sindicalismo rural**: atuação do STR/CUT de Chapecó e região na democratização do poder local. (Dissertação de Mestrado) – Universidade federal Rural do Rio de Janeiro – Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Rio de Janeiro, dezembro de 2000.

BONETI, Lindomar Wesller. Formação a apropriação do espaço territorial do Sudoeste do Paraná. In: ALVES, Adilson Alves; FLÁVIO, Luiz Carlos; SANTOS, Roseli Alves dos. **Espaço e território**: interpretações e perspectivas do desenvolvimento. Francisco Beltrão: Unioeste, 2005.

BRAGA, Luís Carlos. A territorialização da produção leiteira e fumageira na linha Itaíba, Marmeleiro-PR. Dissertação (Mestrado em Geografia), (2010). Programa de Pós-Graduação em Geografia, UNIOESTE, Francisco Beltrão.

Brasil, **LEI Nº 11.326**, DE 24 DE JULHO DE 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Pesquisado em 06/11/2009 às 10:23hs no endereço eletrônico [www.sda.ce.gov.br/.../Lei%2011.326%20-%20Agricultura%20Familiar.pdf](http://www.sda.ce.gov.br/.../Lei%2011.326%20-%20Agricultura%20Familiar.pdf)

BRAUDEL, Fernand. História e ciências sociais. A longa duração. In: **Escritos sobre a história**. Trad. Jacó Guinsburg e Tereza da Mota. São Paulo: Perspectiva, 2005.

BREITBACH, Áurea Correa de Miranda. Notas sobre a importância metodológica dos conceitos. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, nº9 (1): 121-125, 1988.

BRUM, Argemiro J. **Modernização da Agricultura; trigo e soja**. Petrópolis/Ijuí: Vozes/FIDENE, 1988.

CAMPOS, Janaina Francisca de Souza; FERNANDES, Bernardo Mançano. O conceito de paradigma na Geografia: limites, possibilidades e contribuições para a interpretação da Geografia agrária. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v.6, n. 11, p. 21-52, fev., 2011.

CARVALHO, Joelson Gonçalves de. Agricultura e questão agrária no Brasil – condicionantes estruturais da concentração fundiária. **VI Colóquio de la SEPLA**. Setembro de 2010, Montevideu, Uruguai.

CATAIA, Márcio Antonio. As desigualdades e a tecnificação do território brasileiro. In CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **Ensaio de Geografia Contemporânea**. Milton Santos: obra revisada. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 170-177.

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidade económica campesina**. Editora Nueva Visión, Buenos Aires, 1974.

COLETTI, Claudinei. **A estrutura sindical no campo**: a propósito da organização dos assalariados rurais na região de Ribeirão Preto. Campinas: Editora da UNICAMP: Área de Publicação CMU/UNICAMP, 1998.

CORAZZA, Gentil; MARTINELLI JR., ORLANDO. Agricultura e Questão Agrária na História do Pensamento econômico. **Revista Teoria Evidencia Econômica**. Passo Fundo. V.10, nº19, p.9-36, novembro 2002. Disponível em: [http://www.upf.tche.br/cepeac/download/rev\\_n19\\_2002\\_art1.pdf](http://www.upf.tche.br/cepeac/download/rev_n19_2002_art1.pdf) - Acesso em janeiro 2011.

CORDEIRO Ângela; SCHMITT, Claudia Job; ARMANI, Domingos. **Organizações sociais rurais diante do ajuste**: o caso do Brasil. Relatório preliminar do estudo encomendado pela FAO (América Latina) sobre o impacto do ajuste estrutural dos anos 90 sobre a dinâmica das organizações sociais do campo no Brasil. Abril de 2003.

CORRÊA, Roberto Lobato. Corporação, práticas espaciais e gestão do território, **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, 54 (3): 115-151, jul./set.1992.

\_\_\_\_\_. **Região e Organização Espacial**. São Paulo: Ática 7ª ed. 2000.

\_\_\_\_\_. Espaço, um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 5ª edição, 2003, p. 15-47.

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. A geografia cultural brasileira: uma avaliação preliminar. **Revista da ANPEGE**. v. 4, 2008. Disponível em <http://www.anpege.org.br/revista/ojs-2.2.2/index.php/anpege08/article/viewFile/12/pdf5B>

DELGADO, Guilherme C. A Questão Agrária no Brasil, 1950-2003. In **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. JACCOUD, Luciana [et.al] (org.). Brasília: IPEA, 2005. Capítulo 2 – pg.51 a 90.

\_\_\_\_\_. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965 – 1985**. Campinas: UNICAMP, 1985.

\_\_\_\_\_. Capital e política agrária no Brasil: 1930 – 1980. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; SUZIGAN, Wilson (orgs). **História Econômica do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

DEMATTEIS, Giuseppe. O Território: uma oportunidade para repensar a Geografia. In SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

\_\_\_\_\_. Sistema Local Territorial (SLOT): um instrumento para representar, ler e transformar o território. In ALVES, Adilson Francelino; CARRIJO, Beatriz Rodrigues; CANDIOTTO, Luciano Z. P. (Orgs). **Desenvolvimento Territorial e Agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 33-48.

EDUARDO, Marcio Freitas. A dinâmica territorial das agroindústrias artesanais de Francisco Beltrão/PR. Dissertação (Mestrado em Geografia), (2008). Programa de Pós-Graduação em Geografia, UNESP, Presidente Prudente.

ELIAS, Denise. Novas dinâmicas territoriais no Brasil agrícola. In: SPOSITO, E. S; SPOSITO, M. E. B; SOBARZO, O. (Org). **Cidades médias: produção do espaço urbano e regional**. São Paulo: Expressão Popular, 2006, sem paginação.

ESCOLAR, Marcelo. **Crítica do Discurso Geográfico**. São Paulo: Hucitec, 1996.

FAJARDO, Sergio. **Territorialidades corporativas no rural paranaense**. Guarapuava: Unicentro, 2008.

FAORO, Raymundo. A questão nacional: a modernização. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 6, n.14, jan/abr.1992.

FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930 – historiografia e história**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

FAVARETO, Arilson da Silva. **Paradigmas do Desenvolvimento Rural em Questão – do agrário ao territorial**. Tese de doutorado em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

FELICIO, Munir Jorge. **Contribuição ao Debate Paradigmático da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário**. Tese de doutorado em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2011.

\_\_\_\_\_. A conflitualidade dos paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário a partir dos conceitos de agricultura familiar e de camponês. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v.1, n.2, p. 14-30, ago. 2006.

FERES, João B. **Propriedade da terra: opressão e miséria - o meio rural na História Social do Brasil**. Amsterdam:CEDLA, (ca.1990).

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de reforma agrária. **Revista NERA**, Presidente Prudente, n.2, não paginado, dez.1998.

\_\_\_\_\_. Espaços agrários de inclusão e exclusão social: novas configurações do campo brasileiro. **Currículo sem Fronteiras**, v.3, n.1, pp. 11-27, Jan/Jun 2003.

\_\_\_\_\_. Entrando nos territórios do território In: PAULINO, E. T; FABRINI, J. E. (Org). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo, Expressão Popular, 2008. p.273-302.

\_\_\_\_\_. (Org.); MARQUES, M. I. (Org.); SUZUKI, J. C. (Org.). **Geografia agrária: teoria e poder**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007. v. 1. 382 p.

FERREIRA, Ana Paula de Medeiros; MESQUITA, Helena Angélica de. O sentido do desenvolvimento da agricultura sob o capitalismo: paradigmas em debate. **Revista Pegada**, vol. 10 nº.1, junho/2009.

FERREIRA, Angela Duarte Damasco. Movimentos sociais rurais no Paraná – 1978-1982. In: BONIM, A.A. et al. **Movimentos sociais no campo**. Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná, 1987.

FERREIRA, Conceição Coelho; SIMÕES, Natércia Neves. **A evolução do pensamento geográfico**. Gradiva Publicações, Lisboa 1986.

FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira. **Mundo rural e Geografia: Geografia Agrária no Brasil: 1930-1990**. São Paulo, UNESP, 2002.

FLEISCHFRESSER, Vanessa. **Modernização tecnológica da agricultura**. Curitiba: Ed. Livraria Chain, 1988.

FURTADO, Celso. **Análise do “modelo” brasileiro**. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

\_\_\_\_\_. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1977.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Proposição teórico-metodológica de uma Cartografia geográfica crítica e sua Aplicação no desenvolvimento do Atlas da questão agrária brasileira**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2008.

GOMES, Horieste. **Reflexões sobre teoria e crítica em Geografia**. Goiânia. CEGRA/UFG, 1991.

GOMES, Iria Zanoni. **1957 A revolta dos posseiros**. 2 ed. Curitiba: Criar, 1987.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia e Modernidade**. 5.<sup>a</sup> Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e Agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960 – 1980**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. Paz e Terra, 1963.

GRAZIANO NETO, Francisco. **Questão agrária e ecologia**: crítica da agricultura moderna. São Paulo: Brasiliense, 1982.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. In SANTOS, Milton; BECKER, K.Bertha [et.al] **Território, Territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

\_\_\_\_\_. **Des-territorialização e identidade: a rede gaúcha no nordeste**. Rio de Janeiro: EDUFF, 1997.

\_\_\_\_\_. **Territórios Alternativos**. São Paulo: Contexto, 2006.

\_\_\_\_\_. **Territórios Alternativos**. Niterói/RJ: Ed. UFF; São Paulo: Contexto, 2002.

\_\_\_\_\_. Des-caminhos e Perspectivas do Território. In: SPOSITO, E., SAQUET, M., RIBAS, A. **Território e desenvolvimento**: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2004. p. 87-120.

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2005, ps.187-218.

HESPANHOL, Antônio Nivaldo. **O binômio soja/trigo na modernização da agricultura do Paraná**. Rio Claro: UNESP-Instituto de Geociências, 1990. Dissertação de Mestrado.

\_\_\_\_\_. A atuação do Estado no processo de desenvolvimento brasileiro. In: MENEGUETTE JR, Messias; ALVES, Neri (orgs). **FCT 40 anos, perfil científico-educacional**. Presidente Prudente, UNESP/FCT, 1999.

IPARDES *et al.* Cooperativas de produção agropecuária do Estado do Paraná. In: **diagnósticos e análises**. Curitiba, 1974.

IBGE – censo agropecuário 2006/2007.

KAGEYAMA, Ângela. A questão agrária brasileira: interpretações clássicas. In **Refoma Agrária, Campinas**, SP: Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária/ABRA, V.23, nº03, set/dez 1993. Disponível em [http://www.reformaagraria.net/sites/default/files/3\\_set\\_dez1993.pdf](http://www.reformaagraria.net/sites/default/files/3_set_dez1993.pdf).

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo. Proposta editorial, 1980/1998.

LACOSTE, Yves. A Geografia. In CHÊTELET, François. História da Filosofia. **A Filosofia das Ciências Sociais**. Vol.7. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

LAZIER, Hermógenes. **Sudoeste do Paraná**: Região jovem, mas rica de acontecimentos. 2 ed. Francisco Beltrão: Gráfica da ASSESOAR, 1991.

LAZIER, Hermógenes. **Análise Histórica da posse de terra no Sudoeste Paranaense**. Curitiba, SECE/BPP, 1986.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e Política**. Tradução livre: Samuel Baima, 1999.

MAACK, Reinhard. **Geografia Física do Estado do Paraná**. Curitiba: BADEP: UFPR: IBPT, 1968.

MAIA, Antônio C. Sobre a analítica do poder de Foucault. **Tempo Social**, Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 7, n.1-2, p. 83-103, out. 1995.

MARCOS, Valeria de; FABRINI, João Edmilson. **Os camponeses e a práxis da produção coletiva**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista NERA**. Presidente Prudente. Ano 11, nº. 12, pp. 57-67. Jan.-jun./2008.

MARTINE, George. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia. **Lua Nova Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 23, p. 7-37, mar. 1991.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

\_\_\_\_\_. **Expropriação e Violência**. 3a ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

MARTINS, Rubens da Silva. **Entre Jagunços e Possseiros**. Curitiba, 1986.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. Livro 1. v. 1 e 2.

\_\_\_\_\_. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo, Martins Fontes, 1983.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômicos -filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MASSEY, Doreen. **Pelo Espaço: uma nova política da Espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. Tradução de Hilda Pareto Maciel e Rogério Haesbaert.

MATTEI, Lauro. Atualidades da teoria clássica sobre o capitalismo agrário. In: **Encontro Brasileiro de Economia Política**, Niterói, 1988.

\_\_\_\_\_. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): concepção, abrangência e limites observados**. Disponível em: <<http://gipaf.cnptia.embrapa.br/publicacoes/artigos-e-trabalhos/trabalhosbsp3.pdf>> Acesso em: 01/09/2007.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002.

MIYAZAKI, Vitor Koiti. Categorias e dimensões de análise na geografia: as articulações e as inter-relações. **Revista Formação**, v.1, nº.15, p. 193-196, s/d.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia: pequena história crítica**. São Paulo: Hucitec, 1986.

MOREIRA, Ruy. **O que é Geografia**. São Paulo: Brasilense, 1992.



\_\_\_\_\_. As categorias espaciais da construção geográfica das sociedades. In: **GEOgrafia**, revista de pós-graduação em Geografia. Rio de Janeiro, v. 3, nº5, p. 43-50, set. 2001.

\_\_\_\_\_. **Pensar e Ser em Geografia**. São Paulo: Contexto, 2010.

NASCIMENTO, Regina Maria Lassance de Oliveira. **O conceito de tempo histórico na formação inicial do professor de história**. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, São Paulo, n. 43, v.15, Set./Dez. 2001.

NUNES, Sidemar Presotto. PRONAF: 10 anos de existência. In: **Boletim do DESER**. N.º 145, agosto de 2005. p. 9-19.

OLIVEIRA, Antônio Flavio de. Igreja Católica: 1945-1970. In: FAUSTO, Boris (org). **O Brasil republicano: economia e cultura (1930-1964)**. São Paulo: DIFEL, 1986.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Geografia das lutas no Campo**. São Paulo: Contexto, 1999.

\_\_\_\_\_. Agricultura e Indústria no Brasil, **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, AGB, Nº58, 1981, p.5-64.

\_\_\_\_\_. **Agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

\_\_\_\_\_. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1990. (série princípios).

OLIVEIRA, Francisco. **A economia da dependência imperfeita**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989.

\_\_\_\_\_. **Elegia para uma Re(li)gião: SUDENE, Nordeste e planejamento e conflitos de classes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. O peso do trabalho leve. **Revista Ciência Hoje**- nº 28/1987.

\_\_\_\_\_. **Os produtores e agroindústria: consensos e dissensos, o caso de Santa Catarina**. Florianópolis, UFSC, 1990.

PAULINO, Eliane Tomiassi. Territórios em disputa e agricultura In: PAULINO, E. T; FABRINI, J. E. (Org). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo, Expressão Popular, 2008. p. 213-238.

\_\_\_\_\_. **Terra e Vida: a Geografia dos camponeses no norte do Paraná**. 2003. Tese (Doutorado em Geografia) Programa de Pós-graduação em Geografia, UNESP, Presidente Prudente.

PICOLOTTO, Evertorn Lazzarelli. O “fazer-se” dos agricultores familiares como sujeitos de direitos. **Pensamento Plural**, Pelotas (04):91-115, jan/jun, 2009.

PIRES, Marília Freitas de Campos. O materialismo histórico-dialético e a Educação. **Interface** — Comunicação, Saúde, Educação, v.1, n.1, 1997.

PIRIN, Lizandra. Sindicalismo Rural e Agricultura Familiar no Município de Francisco Beltrão – PR. Dissertação (Mestrado em Geografia), 2006. Programa de Pós-Graduação em Geografia Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Estadual de Londrina.

PRADO Jr., Caio. **A Questão Agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

\_\_\_\_\_. **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

\_\_\_\_\_. **A Revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1966.

\_\_\_\_\_. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

Projeto Vida na Roça: vivenciando e refletindo sobre as bases do desenvolvimento do campo. ASSESOAR. - Fco. Beltrão: UNIOESTE Campus e Fco. Beltrão/ASSESOAR/Prefeitura Municipal de Fco. Beltrão, 2002. 112 p.

QUAINI, Massimo. **Marxismo e Geografia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3 ed. 2002.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

\_\_\_\_\_. Uma concepção de Território, Territorialidade e Paisagem. In PEREIRA, Silvia Regina; COSTA, Benhur Pinós da; SOUZA, Edson Belo Clemente de (Orgs). **Teorias e Práticas territoriais: análises espaço-temporais**. São Paulo: Expressão Popular, 2010 – 13-23.

RANGEL, Ignácio. **A questão agrária brasileira**. Recife, comissão de desenvolvimento de Pernambuco, 1962.

RANGEL, Elyane. **Percepção de médicos cooperados sobre processos de controle de custos em uma cooperativa de trabalho médico estudo de caso**. Florianópolis: Dissertação de Mestrado em administração, área de concentração: gestão estratégica das organizações, da Universidade do estado de Santa Catarina (UDESC), 2005.

ROCHA, José Carlos. Diálogo entre as categorias da geografia: espaço, território e paisagem. **Caminhos da Geografia**, Uberlândia V9, n°27, set/2008 p.128-142. Disponível em <http://www.ig.ufo.br/caminhos.html> ISSN 1678.6343.

ROSSETTO, Miguel. **Desvelando a agricultura familiar**. Publicado em 04/01/2005 na Folha de São Paulo - TENDÊNCIAS/DEBATES. Disponível em: <http://www.eagora.org.br/arquivo/Desvelando-a-agricultura-familiar/> Pesquisa realizada em 27/10/2009, às 10:48hs.

RÜCKERT, Aldomar A. **Metamorfoses do território**. A agricultura de trigo/soja no planalto médio rio-grandense, 1930-1990. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

RÜCKERT, Aldomar A. A Política Nacional de Ordenamento Territorial, Brasil. Uma política territorial contemporânea em construção. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Vol. XI, núm. 245 (66), 1 de agosto de 2007. Acesso em 20/11/2007.

SANTOS, José V. Tavares dos. **Colonos do vinho**. São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: Hucitec, 1997/2006.

\_\_\_\_\_. **Espaço e Método**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008b.

\_\_\_\_\_. **Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia**. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2008/1997/1988.

\_\_\_\_\_. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec. 1980/1996.

\_\_\_\_\_. **A urbanização brasileira**. 5º ed. São Paulo: Edusp, 2008/2005.

SANTOS, Milton *et al.* **Território. Globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1994;

SANTOS, Milton *et al.* **Fim de século e globalização**. SP: Hucitec/ANPUR, 1993;

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1997.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra Globalização: Do pensamento único a consciência universal**. 10. ed. São Paulo: Record, 2003.

\_\_\_\_\_. A revolução tecnológica e o território: realidades e perspectivas. *In: Geografia, território e tecnologia*. São Paulo: AGB/Marco Zero. nº 9, p. 7-18,1991.

SANTOS, Roseli Alves dos. **O Processo de Modernização da Agricultura no Sudoeste Paranaense**. Tese de Doutorado em Geografia, Universidade Estadual Paulista “Julio Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2008.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

\_\_\_\_\_. Proposições para Estudos Territoriais. **Revista GEOgrafia** – ano VIII – N.15 – 2006.

SAQUET, Marcos Aurélio; CANDIOTTO, Luciano Z. P.; ALVES, Adilson Francelino. Construindo uma concepção reticular e histórica para estudos territoriais. *In PEREIRA, Silvia Regina; COSTA, Benhur Pinós da; SOUZA, Edson Belo Clemente de (Orgs). Teorias e Práticas territoriais: análises espaço-temporais*. São Paulo: Expressão Popular, 2010 – 53-68.

SAQUET, Marcos Aurélio; SINHORINI, José Marcos. Modernização da agricultura: territorialização, mudanças, dominação. **Terra@Plural**, Ponta Grossa, 2 (2):183-197, jul/dez, 2008.

SAQUET, Marcos Aurélio. Entender a Produção do espaço geográfico para compreender o território. In: SPOSITO, E. (Org.). **Produção do espaço e redefinições regionais: a construção de uma temática**. Presidente Prudente /SP: FCT/UNESP/GAsPERR, 2005, p. 35-51.

\_\_\_\_\_. O desenvolvimento numa perspectiva territorial, multidimensional e democrática. **Resgate**, v.XIX, nº21, jan/jun. 2011, p. 4-14.

\_\_\_\_\_. **A construção do espaço em Nova Palma/RS**. Nova Palma, RS: Prefeitura Municipal, 1996.

SAQUET, Marcos Aurélio; *et al.* **A Formação Territorial no/do Sudoeste /PR**. Francisco Beltrão: GETER, 2002a.

SAQUET, Marcos Aurélio. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: SPOSITO, E; SAQUET, M; RIBAS, A. **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2004. p.121-147.

\_\_\_\_\_. **Colonização italiana e agricultura familiar**. Porto Alegre: EST Edições, 2002.

\_\_\_\_\_. O tempo, o espaço e o território. In: MAGNOMI, L; SOUZA, A.L; SOUZA. E.B.C. **Paisagem Território Região: em busca da identidade**. Cascavel, Edunioeste, 2000.

\_\_\_\_\_. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. Porto Alegre/RS: EST Edições, 2003, p.240.

\_\_\_\_\_. O território: diferentes interpretações na literatura italiana In: SAQUET, M. , SPOSITO, E. e RIBAS, Alexandre (Org.). **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão/PR: UNIOESTE, 2004. p. 121-147.

\_\_\_\_\_. Por uma abordagem territorial das relações urbano-rurais no Sudoeste paranaense In: SPOSITO, M. E. B; WHITACKER, A. M. (Org). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo, Expressão Popular, 2006. p. 130-157.

SAQUET, Marcos Aurélio, SPOSITO, Eliseu. Território, Territorialidade e Desenvolvimento: diferentes perspectivas no nível internacional e no Brasil. In: CANDIOTTO, L., ALVES, A. e CARRIJO, B. (Org.). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 15-31.

SAQUET, Marcos Aurélio; *et al.* **Agroecologia**. Francisco Beltrão:Grafit, 2005.

SCHNEIDER, Sérgio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

STÉDILE, João Pedro. **A Questão Agrária no Brasil: o Debate Tradicional: 1500-1960**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

SAUER, Sérgio. **Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2008.

\_\_\_\_\_. **Terra e Modernidade**: A dimensão do espaço na aventura da luta pela terra. Tese (doutorado em Sociologia). Programa de pós-graduação em Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2000.

SCHMITZ, Motter Aline; ANTONELLO, Joice A; SANTOS, Alves Roselí dos. A Modernização da Agricultura em Francisco Beltrão: mudanças e permanências. In: **Anais do IV Seminário Estadual de Estudos Territoriais e II seminário Nacional sobre Múltiplas Territorialidades (IV SEET)**. Francisco Beltrão – PR, 2009.

SCHMITZ, Motter Aline; *et al* (orgs.). **Mulheres agricultoras do Sudoeste do Paraná: uma luta em construção**. Francisco Beltrão: SETI, Fundo Paraná, Unioeste, 2010.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SERRA, Elpídio. **COCAMAR: sua história sua gente**. Maringá: Ed. Hamburg, 1989.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista NERA**. Presidente Prudente. Ano 8, n. 7, pp. 1-21 Jul./Dez. 2005.

SILVA, José Graziano da. **O que é questão agrária**. São Paulo: brasiliense, 1980.

\_\_\_\_\_. **Tecnologia e Agricultura Familiar**. 2ª edição. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SILVA, Sueli Santos da. **Milton Santos: concepções de Geografia, Espaço e Território**. Dissertação de Mestrado em Geografia, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2009.

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. **Complexo agroindustrial do fumo e território: A formação do espaço urbano e regional no Vale do Rio Pardo – RS**. Florianópolis, 2007. 531 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Setor de Ciências Agrárias. Universidade Federal de Santa Catarina.

SINHORINI, José Marcos. A COAGRO e seu processo de territorialização no Sudoeste do Paraná. Dissertação (Mestrado em Geografia), 2007. Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente.

\_\_\_\_\_. **Os conhecimentos Geográficos e o Ensino de Geografia**. Disponível em: <http://www.famper.com.br/2010/arquivos/mundo-contemporaneo/jose.pdf> Acesso em 03/12/2010.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 5ª edição, 2003, p. 77-116.

SORJ, Bernardo. **Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

SPOSITO, Eliseu Savério. O propósito dos paradigmas de orientações teórico-metodológicas na Geografia contemporânea. **Terra Livre**, ano1, nº1, p.99-112, São Paulo, 1986.

\_\_\_\_\_. **Geografia e filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

\_\_\_\_\_. **Redes e cidades**. São Paulo: UNESP, 2008.

\_\_\_\_\_. A noção de território: uma leitura pela noção de desenvolvimento. In: HEIDRICH, A. L. *et al.* **A emergência da multiterritorialidade**: a ressignificação da relação do humano com o espaço. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008<sup>a</sup>. p.63-76.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Contexto, 1991.

\_\_\_\_\_. A questão cidade-campo perspectivas a partir da cidade. In: SPOSITO, M.E.B; WHITACKER, A.M (Org). **Cidade e campo**: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 80-111.

TERRA, Ademir. Evolução histórica da categoria geográfica território e a sua atual multiplicidade interpretativa. **Caderno Prudentino de Geografia**, nº31, vol.1, 2009.

THOMAZ Jr. Antonio. O sindicalismo rural no Brasil, no rastro dos antecedentes. In: **Scripta Nova Revista Electrónica de Geografía y Ciencias sociales**. Universidad de Barcelona [ISSN 1138-9788] n.º15, 15 de enero de 1998.

\_\_\_\_\_. **Por Trás dos canaviais os (nós) da cana**. 1996. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

TORRENS, João Carlos Sampaio. **Movimentos Sociais no campo na região Sudoeste do Paraná**: Avaliação e perspectivas. Conselho deliberativo do Diagnóstico Regional: Pesquisas do Diagnóstico da pequena produção agrícola. DESER/dez. 1993.

VEIGA, José Eli da. **A Face Rural do Desenvolvimento**: natureza, território e agricultura. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2000.

\_\_\_\_\_. **Metamorfoses da Política Agrícola dos Estados Unidos**. São Paulo: Anna Blume/FAPESP, 1984.

\_\_\_\_\_. Agricultura familiar e sustentabilidade. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.13, n.3, p. 383-404, 1996. (Debates)

VAINER, Carlos Bernardo. Estado e migrações no Brasil: Anotações para uma história das políticas migratórias. In: **Travessia**. Janeiro/Abril 2000. p.15-32.

VENDRAMINI, Célia Regina. Educação do Campo: Educação virada para o Futuro? In CANÁRIO, Rui; Rummert, Sonia Maria (orgs.). **Mundos do Trabalho e Aprendizagem**. Educa Formação, Universidade de Liboa, 2009.

WACHOWICZ, Ruy. **Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização**. Curitiba: Ed. Literotecnica, 1985.

\_\_\_\_\_. **História do Paraná**. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1995.